



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA**

NILDA RODRIGUES DE SOUZA

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL E AÇÃO SINDICAL
NO BRASIL**

LONDRINA
2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

NILDA RODRIGUES DE SOUZA

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL E AÇÃO SINDICAL
NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação
em Nível Mestrado em Ciências Sociais da
Universidade Estadual de Londrina, (Área de estudo:
Trabalho e Relações Industriais).

Orientador: **Prof.º Doutor Ariovaldo de Oliveira
Santos**

LONDRINA
2006

**Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina.**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

S729f Souza, Nilda Rodrigues de.
Formação profissional e ação sindical no Brasil / Nilda
Rodrigues de Souza. – Londrina, 2006.
240f. : il.

Orientador : Ariovaldo de Oliveira Santos.
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –
Universidade Estadual de Londrina, 2006.
Bibliografia : f. 90-99.

1. Sindicalismo – Teses. 2. Formação profissional – Teses.
3. Ensino profissional – Teses. I. Santos, Ariovaldo de
Oliveira. II. Universidade Estadual de Londrina. III. Título.

CDU

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Giovanni Alves

Prof. Dr. Ariovaldo Santos de Oliveira (Orientador)

Prof. Dr. (a) Simone Wolff

DEDICATÓRIA

A todos aqueles que acreditam que educar não é levar o conhecimento de fora para dentro, mas despertar no indivíduo o que ele já sabe. (Aranha, 1996)

AGRADECIMENTOS

A minha família, por existir e participar da minha luta.

Ao meu namorado Sérgio pela paciência e dedicação.

As todas as minhas amigas, em especial a Ileizi, Gisely, Adriana, Geneviane, Cibélia, pela dedicação e paciência, muito obrigada.

Ao meu orientador Professor Doutor Ariovaldo de Oliveira Santos, a Banca de Qualificação pelas sugestões que muito auxiliaram no término do trabalho dissertativo.

E a todos os amigos leais, professores do Departamento de Ciências Sociais que me auxiliaram e apoiaram.

SOUZA, Nilda Rodrigues de – **Formação Profissional e Ação Sindical no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais. Universidade Estadual de Londrina. Londrina –Pr: 2006.

RESUMO

O presente trabalho visa demonstrar como duas centrais sindicais, Central Única dos Trabalhadores e Força Sindical, desenvolveram ações de formação e qualificação a partir da reestruturação do mundo do trabalho e da apropriação de um fundo público (Fundo de Amparo ao Trabalhador). Analisamos as concepções e as práticas de formação desenvolvidas entre 1998 e 2002, no Paraná, tendo como pressuposto que tais ações poderiam significar resistência ou adaptação às exigências do capital. Destacamos, também, como, através da educação a relação entre Estado-empresa-sindicatos se recoloca, sobretudo na lógica da administração dos fundos públicos destinados à qualificação da força de trabalho, apreendendo as contradições dessas parcerias e o enfraquecimento das lutas sindicais. Analisamos as características, os princípios e os pressupostos que norteiam a visão educativa, especialmente no que se refere à qualificação, avaliando a posição assumida pela ação sindical, diante do contexto da formação profissional; se esta comunga, de forma ilusória, com a idéia de que a educação é caminho para que os trabalhadores escapem do desemprego. Pretendemos contribuir para o debate, mostrando as principais intervenções da ação sindical para formar o trabalhador para o emprego, num quadro em que cresce o desemprego e onde a situação do trabalho é cada vez mais incerta. A metodologia usada fundamenta-se na utilização de referenciais bibliográficos que versem sobre a temática, documentos e entrevistas com as lideranças sindicais filiadas as Centrais Sindicais. O método de abordagem empregado é a perspectiva dialética histórica, que possibilita a compreensão dos meios e processo que acarretaram mudanças, correlacionando-as com as perspectivas que permeiam o debate sobre as políticas sociais, bem como, a compreensão da historicidade dos processos simultaneamente às suas particularidades internas, preservando suas especificidades.

Palavras chave: ação sindical, FAT, formação profissional, qualificação.

SOUZA, Nilda Rodrigues de – **Formação Profissional e Ação Sindical no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais. Universidade Estadual de Londrina. Londrina –Pr: 2006.

ABSTRACTS

The present work aims at to demonstrate as two syndical central offices, Central Only of the Workers and Syndical Force, had developed action of formation and qualification from the reorganization of the world of the work and the appropriation of government securities (Deep of Support to the Worker). We analyze the developed conceptions and the practical ones of formation between 1998 and 2002, in the Paraná, having as estimated that such action could mean resistance or adaptation to the requirements of the capital. We detach, also, as, through the education the relation between State-company-unions if recollect, over all in the logic of the administration of government securities destined to the qualification of the work force, apprehending the contradictions of these partnerships and the weakness of the syndical fights. We analyze the characteristics, the principles and estimated that they guide the educative vision, especially as for the qualification, evaluating the position assumed for the action filed by labor union, ahead of the context of the professional formation; if this communal, of illusory form, with the idea of that the education is way so that the workers escape of the unemployment. We intend to contribute for the debate, being shown the main interventions of the action filed by labor union to form the worker for the job, in a picture where the unemployment grows and where the situation of the work is each more uncertain time. The used methodology is based on the use of bibliographical referenciais that turn on the thematic one, documents and interviews with the syndical leaderships filiadas the Syndical Central offices. The employed method of boarding is the perspective historical dialectic, that makes possible the understanding of the ways and process that had caused changes, correlating them with the perspectives that permeiam the debate on the social politics, as well as, the understanding of the historicidade of the processes simultaneously to its particularities.

Words key: action filed by labor union, FAT, professional formation, qualification.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BIRD	-	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	-	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAGED	-	Cadastro Geral de Empregados
CEEP	-	Centro Estadual de Educação Profissional
CGT	-	Central Geral dos Trabalhadores
CLT	-	Consolidações das Leis Trabalhistas
CNM	-	Confederação Nacional dos Metalúrgicos
CODEFAT	-	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
CONCUT	-	Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores
CONTAG	-	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CUT	-	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	-	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos
ETM	-	Escola Temática Metodológica
FAT	-	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FINEP	-	Financiadora Nacional de Estudos e Projetos
FMI	-	Fundo Monetário Internacional
FS	-	Força Sindical
FHC	-	Fernando Henrique Cardoso
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
ICT	-	Instituto Cultural do Trabalho
LDB	-	Lei de Diretrizes e Bases
MTE	-	Ministério do Trabalho e Emprego
OCDE	-	Organização de Cooperação para o Desenvolvimento
OMC	-	Organização Mundial do Comércio
ONGs	-	Organizações Não Governamentais
PASEP	-	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PCDA	-	Programa de Capacitação de Dirigentes e Assessores
PEA	-	População Econômica Ativa
PIS	-	Programa de Integração Social
PLANFOR	-	Programa de Formação Profissional
PBQP	-	Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade

PLANSINE	-	Programa Nacional do Sistema Nacional de Emprego
SDS	-	Social Democracia Sindical
SENAC	-	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	-	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAT	-	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SENAR	-	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESC	-	Serviço Social do Comércio
SESI	-	Serviço Social da Indústria
SINE	-	Sistema Nacional de Emprego
SPPE	-	Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
TCU	-	Tribunal da União de Contas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A AÇÃO SINDICAL BRASILEIRA E AS MUDANÇAS NO MUNDO TRABALHO.....	16
1.1 A Atuação da Ação Sindical Frente à Reestruturação Produtiva	17
1.2 Os Sindicatos Brasileiros e Transformações no Mundo do Trabalho	23
2 EDUCAÇÃO GERAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: AS PRINCIPAIS ATUAÇÕES DA AÇÃO SINDICAL NO BRASIL	33
2.1 O Movimento Operário no Brasil e as Tendências na Educação Geral.....	33
2.2 Ação Sindical e a Educação Profissional	37
2.2.1 As principais iniciativas da CUT e da FS para a educação sindical	41
2.3 As Experiências Sindicais no Campo da Educação Profissional na Atualidade	43
2.3.1 A ação sindical e a educação profissional segundo o PLANFOR	47
2.3.2 A posição da ação sindical frente o contexto da formação profissional	49
3 AS PROPOSTAS DE QUALIFICAÇÃO DAS CENTRAIS SINDICAIS (CUT E FS) PARA ENFRENTAMENTO DO NOVO CENÁRIO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO PARANÁ	55
3.1 As Falas das Lideranças Sindicais Paranaenses Sobre os Cursos de Qualificação Ofertados aos Trabalhadores de 1998 a 2002.	60
3.2 Contradições nas falas das lideranças sindicais sobre as ações das centrais na oferta de cursos de “qualificação”.	63
3.3 Ação Sindical e os Cursos de Qualificação na Gestão Lula	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS.....	87
APÊNDICES	97
Apêndice A - Questionário com Roteiro de Entrevistas.....	98

Apêndice B - Texto com Transcrição das Entrevistas Abertas Feitas com Lideranças

Sindicais.....99

ANEXOS 127

Anexo A - Certificados.....128

Anexo B - Planilhas.....129

Anexo C - Folder130

Anexo D – Cartilha131

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E AÇÃO SINDICAL NO BRASIL

INTRODUÇÃO

Esta dissertação demonstra como duas centrais sindicais, Central Única dos Trabalhadores e Força Sindical, desenvolveram ações de formação e qualificação a partir da reestruturação do mundo do trabalho e da apropriação de um fundo público, ou seja, o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT. Analisamos as concepções e as práticas de formação desenvolvidas entre 1998 e 2002, no Paraná (Londrina e Curitiba), tendo como pressuposto que tais ações poderiam significar resistência ou adaptação às exigências do capital.

Nesse sentido, abordaremos os efeitos da crise do capitalismo sobre a organização dos trabalhadores. Dentro do enfrentamento entre sindicatos e capital, temos a criação e reprodução de mecanismos, responsáveis em organizar e reordenar as forças constitutivas. Essa reconstituição é decidida pelo capital.

Perpassamos um quadro em que as forças produtivas, a divisão do trabalho, as relações de trabalho, o Estado, a classe trabalhadora e os movimentos sindicais têm as suas atuações, enquanto agentes sociais, sendo redefinidas bruscamente, a fim de auxiliar o capital, na superação de mais uma de suas crises. Analisando esses elementos compreendemos os aspectos gerais e específicos das contradições e determinações do capital, que interferem na atuação e decisões desses principais agentes.

Através deste quadro, tentaremos perceber qual a posição que a ação sindical¹ - Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Força Sindical (FS) - assume diante do contexto da qualificação ou educação profissional, uma vez que as implicações das mudanças tecnológicas tanto no trabalho, como na educação são vistas como um desafio tanto para os próprios sistemas: capitalistas e de educação, como para Ação Sindical. Sendo assim, em que medida o Estado subordina a educação profissional à lógica do capital e quais as respostas dadas pela Ação Sindical organizada? Quais as principais diretrizes da Ação Sindical para informar ou formar o trabalhador para o mercado de trabalho?

Outra preocupação que norteia nossos questionamentos é a de que se as propostas da CUT para a formação do profissional se modificaram mediante as interferências da reestruturação produtiva e do discurso apregoado de que o desemprego é por falta de qualificação do trabalhador ou se através da qualificação via educação, o trabalhador conseguirá a empregabilidade²? Nos primeiros estudos sobre tal conceito, a CUT analisa que esta questão deve ser aprofundada, porque não depende do trabalhador o fato de se manter empregado, obrigando-o a se qualificar continuamente para o emprego, como se esta fosse uma relação individual e não um problema social complexo, para qual deve acontecer grandes ações a fim de resolvê-lo (LIMA, 2000, p. 48-49).

Desta forma, queremos pontuar as contradições que estão acortinadas no discurso dos membros da CUT e da FS, que por um lado objetivam disputar a hegemonia, sem pretender substituir a escola pública e gratuita de qualidade, e por outro lado aparentemente está em concordância com a perspectiva neoliberal de que o trabalhador precisa se qualificar ou requalificar para se manter ou estar empregado. Assim o quadro de qualificação profissional trabalhado pela CUT e FS, de certa forma não rompe com a perspectiva proposta pelo neoliberalismo, apesar das intensas discussões sobre quais os objetivos da CUT e da FS, no que se refere à formação profissional³, porém observamos que as propostas implementadas pela ação sindical tende a “reforçar” os principais pressupostos neoliberais implementados dentro do contexto de reestruturação produtiva. E isso ocorre

¹ Optamos por estudar a FS e a CUT devido as mesmas terem captado recursos em volumes consideráveis do FAT para investirem cursos de qualificação.

² Este conceito de empregabilidade passou a ser empregado por Gentile (1998) como sendo a capacidade individual dos sujeitos para disputar as limitadas possibilidades de inserção que o mercado oferece, na era do fim dos empregos, onde somente a competência empregatícia flexível do indivíduo pode ser garantida com sucesso para conseguir o trabalho.

³ Utilizamos esse conceito no título, mas no decorrer do trabalho vamos trabalhar mais o conceito Educação Profissional. Outrossim, informamos que um não é sinônimo do outro, e que cada um contém suas especificações. No entanto, na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso o conceito de formação profissional foi adaptado na tentativa de atender aos novos imperativos capitalistas, ou seja, a formação profissional anterior estaria obsoleta, e não corresponderia as exigências da reestruturação da produção. Nesse sentido, foi necessário promover a revisão desses conceitos e das práticas, assim o termo “formação” foi substituído pelo de educação profissional, na busca de inserir essa modalidade de prática educativa, no que se chama de agenda de modernização das relações de trabalho.

porque a noção de qualificação e requalificação, proposta pela educação profissional prende-se à flexibilização do mundo do trabalho e à apreensão de conhecimentos que tornem o indivíduo apto a exercer vários tipos de funções no meio produtivo, não o instigando um aprendizado dos saberes e fazeres técnicos/teóricos das profissões em questão (SOUZA, 2002).

No primeiro capítulo *A ação sindical brasileira e as mudanças no mundo trabalho* pontuamos, em linhas gerais, os efeitos das transformações no mundo do trabalho e como elas tiveram sérias implicações sobre a relação dos trabalhadores entre si e com o trabalho, determinando novas formas de identidades sociais, construindo assim, relações extremamente frágeis, visto que a referência deixa de ser coletiva ou sustentada em coletivos de trabalhadores, e passa a ser individual, fragmentada, alimentada e incentivada pelo isolamento no mercado.

Sendo assim, tais mudanças têm forte impacto sobre os trabalhadores e os sindicatos, levando à precarização nas formas de contratação ou utilização da força de trabalho e ao enfraquecimento da ação coletiva, pulverizando o poder sindical e colocando os sindicatos numa posição defensiva. Esse enfraquecimento atenua-se, principalmente do ponto de vista político, diante da incapacidade de neutralizar o fortalecimento dos mecanismos de controle do trabalho pelo capital.

A nova cena produtiva, dificulta a dinâmica associativa e inibe a tendência reivindicativa⁴, desafiando os sindicatos a alterar sua agenda histórica, de modo a produzir novas estratégias de ação, e principalmente, repensar o próprio lugar do sindicato, sua natureza, funções e objetivos numa sociedade em que o trabalho aparece sob novo formato (HERRERA, 2000). Dessa forma, buscou outros campos de atuação, como na definição das políticas públicas para qualificação e requalificação da força de trabalho, sobretudo, daquela colocada na reserva, ou seja, no desemprego.

Para entender a participação da ação sindical nesses novos campos, fizemos no segundo capítulo *Educação geral e formação profissional: as principais atuações da ação sindical no Brasil*, uma descrição sobre a preocupação do movimento sindical com a educação geral e profissional, assim como as principais atuações da ação sindical junto ao campo da educação geral, sindical e de formação profissional, analisando como ocorreu a

⁴ Apesar de que alguns autores entenderem que algumas conquistas não foram além das conquistas históricas, Alves (2000, p. 276,278) considera que a literatura, principalmente a marxista, se ateu as determinações políticos-ideológicas da prática sindical e operária no país, tais como as greves, os limites da estrutura sindical... No entanto, não analisaram, de certo modo, a nova ofensiva do capital na produção e seus desdobramentos duradouros na objetividade (subjetividade) da classe. Dessa forma, a tendência reivindicativa não foi tão intensa assim, visto que a mesma incorporou o fetichismo da mercadoria como ardil da própria sobrevivência da institucionalidade sindical. Além do mais o sindicato sempre esteve na posição defensiva.

relação das centrais sindicais com os recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), a partir de 1998.

A fim de responder os outros questionamentos, empreendemos uma pesquisa junto aos sindicatos filiados as centrais, para entender como foram aplicadas as ações na área de formação profissional. Dessa forma, no terceiro capítulo abordamos quais foram as *propostas de qualificação das centrais sindicais (CUT e FS) para enfrentamento do novo cenário da reestruturação produtiva no Paraná*. Nesse capítulo, analisamos as propostas de qualificação das centrais sindicais (CUT e FS) no Paraná, privilegiando a região de Londrina, verificando a relação trabalho e educação profissional dentro do projeto neoliberal, e quais eram as propostas de qualificação (educação) para os trabalhadores, oriundas do capital e implementadas pelo Estado no período que compreende 1998 a 2002, respectivamente, no Estado do Paraná.

Como metodologia de trabalho, fizemos uma intensa pesquisa bibliográfica e documental, com material encontrado nos sindicatos filiados a CUT e a FS, em jornais, documentos do Governo Federal e várias entrevistas abertas com as lideranças sindicais filiadas as centrais, de modo a perceber como que os mesmos analisam tais cursos de qualificação, e se esses cursos qualificam de fato para o trabalho e para que tipo de trabalho, pois diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões acabam tirando proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de força de trabalho excedente, impondo assim, regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. Também foi questionado sobre o uso do espaço dos cursos para orientar o trabalhador sobre as mudanças na relação de trabalho e entre outras questões.

Fomos averiguar a participação dos sindicatos filiados as centrais: cutista e da Força Sindical, a fim de verificar a participação desses sindicatos no processo de expansão dos Programas de Educação Profissional do PLANFOR, para amenizar os desconfortos do desemprego.

Conversamos com 16 lideranças sindicais, no entanto, entrevistas foram feitas apenas com 08 (oito) lideranças sindicais, sem falar que tivemos dificuldades com as agendas, principalmente dos filiados a CUT. Os sindicatos filiados a Força não demonstraram nenhuma resistência em responder as questões, já no sindicato dos Bancários filiado a CUT, encontramos resistências. Foram entrevistadas seis lideranças de sindicatos filiados a Força Sindical (Sindicato dos Empregados de Condomínio e Imobiliários de Londrina e o Sindicato dos Empregados do Comércio, Hotelaria e Similares de Londrina; Sindicato dos

Trabalhadores das Indústrias em Gráficas do Estado do Paraná; Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação de Londrina (SIEMACO); Sindicato dos Empregados em Empresas de Refeições Coletivas, regiões Norte e Oeste do Paraná; Sindicato dos Metalúrgicos de Londrina).

A proposta apresentada, consistiu em entrevistar lideranças sindicais que estivessem envolvidas com os trabalhadores da área privada, ou seja, aqueles que não têm estabilidade no emprego e estão em constante risco de perder o trabalho. A CUT em Londrina tem um número maior de sindicatos filiados, pertencentes ao funcionalismo público, por isso o único sindicato que atuou com cursos de qualificação, financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador foi o Sindicato dos Bancários.

Dessa forma, entrevistamos duas lideranças cutistas desse sindicato que estão em Curitiba e 01 (uma) liderança do Sindicato dos Bancários de Londrina e membro da Federação dos Bancários representando as regiões de Apucarana, Cornélio Procópio e Arapoti.

Como não conseguimos muitas entrevistas com os filiados do sindicato dos Bancários de Londrina, o único filiado a CUT, que ofertou cursos no período em análise, recolhemos alguns documentos e material bibliográfico no próprio sindicato, que mencionasse sobre a questão da qualificação. Conseguimos recolher apenas materiais didáticos (livros e uma dissertação) e informativos. Observamos que Londrina apesar de ser uma cidade que concentra um grande número de trabalhadores, essa não teve tanta atenção, com os recursos do FAT, distribuídos pelas centrais. Os recursos foram centralizados na maior parte no Sindicato dos Metalúrgicos, filiado a FS. Tanto que, os entrevistados revelaram não ter tido as demandas solicitadas atendidas, apesar de que foi na década de 90, na primeira gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, que cresceu, significativamente, o número de escolas sindicais com experiências na formação profissionalizante.

Contudo, as principais centrais, CUT e Força Sindical tiveram participação de destaque na captação dos recursos do FAT. Em 2001, a Secretaria de Políticas Públicas e de Emprego, liberou pelo PLANFOR cerca dos R\$189.460.385,541. Desde montante a Central Única dos Trabalhadores angariou R\$30.000.000,00 enquanto a Força Sindical ficou com R\$36.000.000,00. Já em 2002 a CUT recebeu R\$35.000.000,00 e a FS recebeu R\$38.000.000,00 dos R\$ R\$185.180.000,00 (BRASIL.... 2000-2002).

Na finalização do trabalho, fizemos nas considerações finais, uma reflexão respondendo aos principais questionamentos da pesquisa que confirmaram a nossa tese de que, o quadro de qualificação profissional trabalhado pela CUT e FS, de certa forma não

rompe com a perspectiva proposta pelo neoliberalismo, apesar das intensas discussões sobre quais os objetivos da CUT e da FS, no que se refere à formação profissional, porém observamos que as propostas implementadas pela ação sindical tende a “reforçar” os principais pressupostos neoliberais implementados dentro do contexto de reestruturação produtiva. Isso ocorre porque a noção de qualificação e requalificação, proposta pela Educação Profissional prende-se à flexibilização do mundo do trabalho e à apreensão de conhecimentos que tornem o indivíduo apto a exercer vários tipos de funções no meio produtivo, não o instigando um aprendizado dos saberes e fazeres técnicos/teóricos das profissões em questão (SOUZA, 2003).

De qualquer forma, a ação sindical, no período estudado ofertou vários cursos para “qualificar” os trabalhadores no Paraná. Entretanto, nos anos iniciais deste século, a CUT parou de ofertar cursos de qualificação, como informática e passou a ofertar cursos de formação de lideranças. Já os sindicatos filiados a Força Sindical continuaram a ofertar os cursos, mas direcionado apenas para alguns grupos, como a dos metalúrgicos, não contemplando demandas de outros sindicatos filiados.

1 A AÇÃO SINDICAL BRASILEIRA E AS MUDANÇAS NO MUNDO TRABALHO

O mercado de trabalho passa por uma radical reestruturação⁵. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, o patronato tirou proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis (HAVEY, 1993). Tal processo tem sérias implicações sobre a relação dos trabalhadores entre si e com o trabalho, determinando novas formas de identidades sociais. Em geral, elas são extremamente frágeis, à medida que a referência deixa de ser coletiva ou sustentada em coletivos de trabalhadores e passa a ser individual, fragmentada, alimentada e incentivada pelo isolamento no mercado.

Sendo assim, tais mudanças têm forte impacto sobre os trabalhadores e os sindicatos, levando à precarização nas formas de contratação ou utilização da força de trabalho e ao enfraquecimento da ação coletiva, pulverizando o poder sindical e colocando os sindicatos numa posição defensiva. Esse enfraquecimento atenua-se, principalmente do ponto de vista político, diante da incapacidade de neutralizar o fortalecimento dos mecanismos de controle do trabalho pelo capital. O desemprego crescente tende a reforçar a não negociação com os trabalhadores diante as formas e conseqüências da reestruturação produtiva. (DRUCK; FIQUEIRAS; NEVES, 2000). Dessa forma, neste capítulo a proposta reside em expor a atuação da ação sindical no contexto em que ocorre a reestruturação produtiva, o ajuste neoliberal e a crise do mundo do trabalho.

⁵ A questão da reestruturação produtiva perpassa um quadro muito complexo (por isso fosse de nosso objetivo a definição mais extensa do mesmo). Faz se importante destacar que nesse quadro temos a fragmentação heterogeneizada e a desestruturação do trabalho, polarizadas no trabalho/flexível/integrado e o trabalhador precarizado marginalizado. Essa reestruturação de mercado procura conciliar políticas de corte neoliberal, que reúnem a flexibilização do trabalho e a desregulamentação da proteção social, sobretudo a trabalhista. Assim a chamada crise do trabalho está na base de uma instabilidade continuada do capitalismo contemporâneo. E as contradições envolvidas nesse processo, certamente, projetam para o futuro incertezas, violências e uma degradação acentuada das condições de vida e de trabalho (KORNIS, 1998), principalmente para os países em desenvolvimento. Contudo, nesses trabalho pontuamos alguns elementos que achamos pertinentes para expor sobre as conseqüências dessa reestruturação sobre os sindicatos, a educação e o trabalho.

1.1 A Atuação da Ação Sindical Frente à Reestruturação Produtiva

A partir do final dos anos 70, e particularmente na década de 80, presenciou-se nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho⁶, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política.

O fim do socialismo real e da Guerra Fria, simbolizada pela queda do Muro de Berlim, inaugura uma nova era nas relações internacionais, agora lideradas pelos Estados Unidos da América [...] Essa nova ordem, em formação, de supostas relações multipolares apoiadas nas teorias ditas modernas, está sob o domínio das grandes empresas transnacionais, que tem a seu serviço, além dos governos de seus países, todos os organismos e agências internacionais, como BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - Banco Mundial), OCDE (Organização de Cooperação para o Desenvolvimento), a OMC (Organização Mundial do Comércio) o FMI (Fundo Monetário Internacional) [...]. (QUEIROZ, 2000, p. 31).

Sob o forte impacto de uma crise estrutural e da reconfiguração do Estado, novas repostas foram buscadas, como alternativas do capital para a sua crise (ANTUNES, 2000). A partir desse contexto os setores significativos do universo do trabalho sofrem maior impacto, pois, toda a sua organização é redefinida dentro processo que recebe o nome de reestruturação produtiva. Esse processo, de forma restrita, refere-se à incorporação nas plantas produtivas de novas formas de organização e gestão do trabalho⁷. Mediante tais mudanças,

⁶ As transformações oriundas das constantes crises do modo de produção capitalista, assinalam espaços para definição de um “novo” padrão de acumulação. E no último quartel do século XX, o quadro delineado consiste no fato de que a Humanidade atravessa uma crise global, extremamente grave. A atual crise do sistema capitalista mundial é em primeiro lugar econômica. Manifesta-se fundamentalmente pelos lucros retirados da exploração capitalista - em alta nos Estados Unidos e em numerosos grandes países da tríade desde os anos 80 - e pela submissão das economias a mundialização neoliberal - que não encontram colocação nos sectores produtivos em condições de rentabilidade suficientes e se vêm constrangidos a procurar novas saídas para evitar uma desvalorização. As novas saídas encontradas por estas enormes massas de capitais flutuantes, de grande mobilidade, virados para a mais elevada rentabilidade imediata, indiferente às necessidades do desenvolvimento e da necessidade de satisfação das necessidades humanas, tomam a forma de aplicações financeiras (HERRERA, 2003).

⁷ A atual reestruturação produtiva engendrou-se na era do pós-fordismo e da Especialização flexível. Essa expressão, conforme Cattani (1997) “especialização flexível”, consagrada por Piore e Sabel (1984) se constitui como um paradigma alternativo para a crise da produção capitalista, a qual se funda em elementos da produção multipropósito, ancorado em trabalhadores “qualificado” e dotado de capacidade de inovar, constantemente, produtos e processos a baixos custos. Ao mesmo tempo em que precariza a parte a classe trabalhadora localizada nas franjas das grandes cadeias de produção por um lado, e por outro, em virtude das novas tecnologias gera um desemprego estrutural. Ocorre, assim, uma reconversão da produção em massa. O trabalho, igualmente sofre uma radical reestruturação, caracterizada, entre outras coisas, por um aumento da rotatividade, da competição e estreitamento das margens de lucro. Com isso, acarreta-se uma reorganização do sistema capitalista promovendo mudanças abruptas e consideráveis nos processos produtivos e de trabalho. A especialização flexível utiliza-se também do toyotismo. Alves (2004) considera que o toyotismo pode ser tomado como a mais radical (e interessante) experiência de organização social de mercadorias sob a era a mundialização do capital. Segundo Antunes (2003) o fato de a produção ser variada e voltada para os nichos de consumo demanda um trabalhador polivalente, que opere várias máquinas rompendo com a relação um homem/uma máquina que fundamentava o fordismo. Com isso, ocorre uma desespecialização dos operários. Tal modelo de produção supõe a continuidade da mesma lógica, ao mesmo tempo uma simplificação e uma intensificação da exploração do trabalho, própria da produção capitalista. Uma equipe de trabalhadores opera frente a um sistema de máquinas automatizadas.

novas transformações são delineadas profundamente, envolvendo não apenas o processo de produção de mercadorias, mas todo um arranjo societal.

Através de medidas de reorganização da acumulação capitalista, investidores saem ganhando, enquanto o trabalhador sai prejudicado duramente pelo capital. As necessidades e desejos do capital financeiro - organizados no plano do imaginário social pela mídia dominante - incorporam-se no cotidiano da linguagem e do senso comum de homens e mulheres. Por isso, como reflexo da lógica sistêmica do capital parasitário-especulativo, a financeirização não é apenas uma política ou ideologia, é uma cultura hegemônica de um sistema de capital global em crise.

As ações empreendidas pelo capital na busca de recuperar a sua acumulação, leva à desestruturação de formas anteriores de organização do trabalho calçadas nos princípios do fordismo/taylorismo, reorganizando outras formas constitutivas ancoradas na financeirização, que privilegia grupos restritos. Como consequência, tem-se o aumento dos grupos que não participam das benéficas e dos privilégios, assim como o aumento consideravelmente do desemprego⁸ e a exclusão social. Em busca de um crescimento econômico razoável nos países centrais do capitalismo, esses resultados são normais.

Na América Latina, assim como o Brasil, por exemplo, essas estratégias políticas de dominação burguesa de cariz neoliberal⁹ significam um conjunto de propostas e exigências de credores para o pagamento da dívida externa efetuada, sobretudo ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (BALTAR, 1996). Tais orientações objetivam a máxima abertura a importação de bens e serviços e a entrada de capitais de risco, ou seja, tudo em nome da soberania absoluta do mercado auto-regulável nas relações econômicas tanto internas quanto externas (BATISTA, 1995).

⁸ Segundo Mészáros (2003), na realidade, a dramática ascensão do desemprego nos países capitalistas avançados não é um fenômeno recente. Ela surgiu no horizonte - depois de 25 anos de uma expansão do capital no pós-guerra relativamente sem perturbações - com o princípio da crise estrutural do sistema do capital como um todo. Surgiu como a característica necessária e sempre em agravação desta crise estrutural. O problema não é mais apenas a condição difícil dos trabalhadores não qualificados mas também a de vastas quantidades de trabalhadores altamente qualificados que estão agora a perseguir, em acréscimo ao primitivo mar de desempregados, os escassos empregos disponíveis. Além disso, a tendência da amputação "racionalizante" já não está mais confinada aos "ramos periféricos da indústria envelhecida" mas abrange alguns dos mais desenvolvidos e mais modernizados sectores da produção - desde estaleiros navais e aviação à eletrônica, e do *engineering* à tecnologia do espaço. Assim, já não estamos preocupados com os "normais", e bem aceites, subprodutos do "crescimento e desenvolvimento", mas sim com sua tendência para uma travagem, nem na verdade com os problemas periféricos dos "bolsões de subdesenvolvimento" e sim com uma contradição fundamental do modo de produção capitalista como um todo que converte até as últimas conquistas do "desenvolvimento", da "racionalização" e da "modernização" em fardos paralisantes de subdesenvolvimento crônico. E, acima de tudo, a agência humana que se considera como a receptadora final já não são as pessoas "desfavorecidas" socialmente e sem poder, multidão apática e fragmentada, mas todas as categorias de trabalho qualificado e não qualificado: i.e, objetivamente a força de trabalho total da sociedade.

⁹ Expressão trabalhada por Alves (1996).

No Brasil e na América Latina, a estratégia adotada para impor as reformas de cariz neoliberal foi o discurso de que se deveria aumentar a flexibilidade do mercado de trabalho com a retirada de alguns benefícios sociais. Entre eles o seguro-desemprego e demais empecilhos ao livre jogo das forças de mercado, pois, nessa ótica, o problema do desemprego é a rigidez do mercado de trabalho. O resultado dessas estratégias foi uma enorme destruição de empregos locais em troca de uma pequena redução no preço do produto do consumidor e um grande custo fiscal para a sociedade como um todo, e, sobretudo para os próprios consumidores que conseguirem manter-se empregados (TAVARES, 1995). Entretanto, salientamos que no Brasil, o processo de reestruturação, não foi da mesma intensidade que ocorreu em outros países da América Latina, apesar de ter recebido as mesmas orientações das agências internacionais, no início da década de 80.

Antunes (2004) enfatiza que no final da ditadura e no período posterior, logo no Governo Sarney, na década de 80, o Brasil se encontrava distante do processo de reestruturação produtiva do capital e do ajuste neoliberal, já em curso nos países centrais. O processo teve início na Gestão Fernando Collor, final da década de 80. Segundo Tavares (1995) essas medidas ocorreram em virtude das ameaças de recessão e pelas perspectivas de diminuição da proteção cambial e tarifária. Diante disso grandes empresas reagiram tentando pela primeira vez um ajuste microeconômico, com redução de custos internos, o que confirmou a recessão e aumentou o desemprego, dando início a uma busca de modernização visando os mercados internacionais.

Desse modo, aos poucos se consolidou a reestruturação produtiva e do trabalho no Brasil, mediante as novas tendências de inovação tecnológicas. Das indústrias transnacionais, o setor industrial foi o mais atingido pelo impacto da dinâmica dos acontecimentos que sacudiram o mercado externo fomentando a crise do capitalismo no país. O objetivo dessas estratégias era buscar a integração das indústrias e empresas nacionais, dentro dos parâmetros no palco econômico, por meio de racionalização e a otimização dos recursos e flexibilidade, em particular na definição do perfil dos clientes, a partir da introdução de novos paradigmas tecnológicos e organizacionais marcados respectivamente, pelas novas tecnologias e o toyotismo¹⁰ (LEITE, 1996).

Por conseguinte, o processo de abertura comercial e financeira, intensificado a partir do final da década de 80, jogou a economia na acirrada competição internacional sem qualquer proteção e com o crescimento da produção apresentando poucos resultados. Em tal

¹⁰ Vide nota 5

dinâmica, as grandes empresas nacionais tornaram-se débeis frente aos seus concorrentes internacionais, do setor financeiro e do governo, submetendo-se ao predomínio da esfera financeira¹¹ e dos credores, bem como a destruição da produção e do emprego nacional. Por outro lado, Mattoso (apud CASAGRANDE, 2004, p. 9) discorre:

[...] estas mesmas empresas se viram fortalecidas relativamente aos trabalhadores, cujo poder de barganha foi ainda mais depauperado pelo desemprego e pela precarização do trabalho. Em geral, quanto mais debilitadas e subservientes ao governo, às finanças e aos concorrentes são as empresas, mais tendem a exercer, de forma autoritária e unilateral o seu acrescido poder junto aos trabalhadores.

O produto destas posturas políticas que se apresentaram naquele período e que têm sido hegemônicas na história brasileira apresentou suas formas mais degradantes durante a década de 90, anos em que o crescimento econômico e a mobilidade social pareciam ter desaparecido à nossa realidade. Nesse período a reestruturação produtiva do capital desenvolveu-se intensamente no país, através da implantação de vários receituários oriundos da acumulação flexível e do ideário japonês, com a intensificação da *lean production*, do sistema *just-in-time*, *kanban*, do processo de qualidade total, das formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho (ANTUNES, 2004). Para Mattoso (apud CASAGRANDE, 2004), depois dos anos 80, a "década perdida", parecia que nada poderia ser pior. No entanto, o desempenho econômico da década de 1990 não somente foi a metade do ocorrido nos anos 80, como foi o pior do século, e com ele se esvanece o sonho de uma melhor distribuição de renda e de uma sociedade mais justa.

Essa situação só ocorreu, segundo Debrey (2003), em virtude da forma com que a reestruturação produtiva se realiza no Brasil, ou seja, de forma dependente e subordinada ao capital externo monopolista e a política desreguladora do Estado neoliberal adotada pelos governos dos anos 90, bem como da forma seletiva e excludente, com a colaboração dos grupos dirigentes locais e de associados secundários aos interesses hegemônicos dos Estados centrais e das empresas transnacionais. Essa reestruturação, ou seja, a globalização excludente e seletiva, se traduz na desnacionalização da economia brasileira e em uma maior dependência histórico-estrutural ao capital monopolista externo acarretando o desemprego estrutural, a degradação do trabalho e a exclusão de milhões de trabalhadores do processo produtivo.

¹¹ A expansão da área financeira, na análise de Chesnais (1996), passa a ser o território que mais se expande, formando assim, o capital financeiro. Tal área está atrelada ao capital fictício, do crédito governamental e da especulação, formando o capitalismo cassino de dimensões globais (ALVES 1996).

Tanto que nessa fase (ao longo dos anos 90), intensificam-se não apenas o desemprego, assim como a precarização das condições e relações de trabalho, fenômenos de amplitude nacional que apresentam maior destaque no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC)¹² (1995 -1998). O Brasil nunca conviveu com um desemprego tão elevado, tampouco com um grau crescente de deterioração das condições de trabalho, com o crescimento vertiginoso do trabalho temporário, praticado em tempo determinado, sem renda fixa e em tempo parcial, enfim, os milhares de “bicos” que se espalharam pelo país (MATTOSO apud CASAGRANDE, 2004).

Ampliam-se assim, a centralização e a concentração do capital em setores estratégicos da economia brasileira. Em uma articulação com o capital flexível, o mundo do trabalho transforma-se profundamente, ou seja, acentuam-se e ganham velocidade as mudanças na esfera do trabalho. Exemplo disso é a desproletarização do trabalho industrial, intensa nos Estados centrais; sendo incipiente nos periféricos e dependentes, e a ampliação do trabalho salarial no setor de serviços, de perfil heterogeneizado com a incorporação da força de trabalho das mulheres (DEBREY, 2003).

Nesse sentido, durante esse contexto foram queimados cerca de 3,3 milhões de postos de trabalho formais da economia brasileira, sendo que após a entrada do governo de FHC, foi contabilizada uma queima de 1,8 milhões de empregos formais, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados (CAGED), do Ministério do Trabalho. Assim, em dez anos, a taxa de desemprego no Brasil pulou de 3,4% em 1989 para 7,8% em 1999, aumentando também o processo de precarização das relações e condições de trabalho (MATTOSO apud CASAGRANDE, 2004).

Os dados de maio de 2002 ainda demonstram a continuidade do agravamento destes índices, conforme podemos ver nos percentuais de desemprego de algumas das principais capitais brasileiras: Salvador (28,4%), Recife (21,7%), São Paulo

¹² O governo de Fernando Henrique Cardoso, que, assumiu a presidência em 1995, teve como principais medidas a busca da estabilidade econômica e as reformas constitucionais necessárias para atrair investimentos estrangeiros para o país. Durante os anos de 1995-1997, consegue derrubar o monopólio em setores como petróleo, telecomunicações, gás canalizado e navegação de cabotagem, também privatizando grandes empresas estatais como a Companhia Vale do Rio Doce. Em 1997, seu governo investe toda sua força política para conseguir a aprovação da emenda que permite a reeleição dos ocupantes de cargos executivos, o que também permitiu sua reeleição em 1998. Este governo consolidou a abertura comercial e financeira indiscriminada, iniciada por Collor e Itamar Franco, dispensou a constituição de um projeto de desenvolvimento ou de políticas setoriais de defesa da produção e do emprego nacional e caracterizou-se como "corporativas" ou "inflacionárias". [...] Essa política aventureira - baseada no tripé abertura econômica e financeira indiscriminada, sobrevalorização do real e juros elevados - teve por consequência um crescimento econômico medíocre e uma profunda desestruturação produtiva, cujas trágicas consequências sobre o mercado de trabalho nacional já observamos, além da ampliação dos desequilíbrios das contas públicas e das contas externas e do veloz desmonte do Estado. (MATTOSO apud CASAGRANDE, 2004, p.11).

(19,7%) e Porto Alegre (16,0%). O crescimento dos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e os que atuam por conta própria demonstra a redução do mercado formal de trabalho, diante ao regulamentado pelas leis trabalhistas e integrado aos mecanismos institucionais; trabalho formal que garante a proteção social ao trabalhador tais como a Previdência Social, Seguro-Desemprego e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Nesse período, as pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), observaram que:

[...] mais de 50% dos ocupados brasileiros das grandes cidades se encontravam em algum tipo de informalidade, grande parte sem registro e garantias mínimas de saúde, aposentadoria, Seguro-Desemprego, FGTS. Ou seja, três, em cada cinco brasileiros ativos das grandes cidades estão ou desempregados (um em cinco) ou na informalidade (dois em cada cinco), sendo que destes últimos uma grande parcela apresenta evidente degradação das condições de trabalho e de seguridade social em que seriam cerca de 24 milhões de brasileiros nessas condições, dos quais mais de 12 milhões trabalhariam sem registro em carteira porque se encontram desempregados e não conseguem outro tipo de trabalho. (MATTOSO apud CASAGRANDE, 2004, p. 12).

Contudo, no ano de 2005 o quadro só tende a se agravar mais, apesar do número de pessoas ocupadas ter aumentado na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, conforme o DIEESE (2005) mais de 3,241 milhões de brasileiros se encontravam desempregados em seis regiões metropolitanas. Na grande São Paulo, o trabalhador em busca de uma colocação leva 13 meses para encontrar um novo posto. Cerca de 40% dos que atuavam no setor privado não têm carteira assinada no Brasil (SANDRINI, 2006).

Em linhas gerais, a história de uma política sócio-econômica favorável apenas às classes dominantes predominante no Brasil, tem demonstrado o brutal ataque que a classe trabalhadora enfrenta em âmbito mundial e que se expressa com suas particularidades em cada país. Frigotto (1998) - destacando que os limites mais cruciais do capital se exprimem no espectro da destruição de postos de trabalho, precarização e abolição dos direitos sociais (aumentando o trabalho morto e diminuindo o trabalho vivo) - questiona se esta crise de final de século do modo de produção capitalista seria igual às anteriores. Sua resposta é que a continuidade desta lógica apenas se manterá sob o aumento cada vez maior da destruição do meio ambiente, destruição e esterilização do trabalho e o aumento da expropriação dos trabalhadores.

1.2 Os Sindicatos Brasileiros e Transformações no Mundo do Trabalho

Os sindicatos não estavam preparados para o início dessa nova configuração. Foram então, desafiados, tendo que incorporar novos temas e formas de lutas em um mundo globalizado, com robôs substituindo os homens nos postos de trabalho, além da formação de blocos econômicos regionais, avanço das privatizações, expansão da economia informal, terceirização do trabalho, flexibilização das relações de emprego, enfim, com a ofensiva neoliberal (QUEIROZ, 2000).

Tem-se um quadro em que:

[...] as crescentes transformações do mundo do trabalho, a construção internacional da hegemonia neoliberal [...] as mudanças na estrutura da América Latina e do Brasil, a persistência da estrutura sindical corporativista, enfim, uma evolução marcada pela instabilidade e pela fragmentação/dissolução dos padrões anteriores de acumulação e de regulamentação social, vergam o Novo Sindicalismo em direção a uma realidade na qual ele se constituía como sujeito coletivo, mas também objeto das relações sociais. (CRUZ, 2000, p. 147).

Contudo, observa-se que as mudanças ocorridas no mundo do trabalho acarretam profundas repercussões na ação sindical. Tais repercussões segundo Tumolo (2002), são expressões de metamorfoses junto ao movimento dos trabalhadores, seja no universo da materialidade, seja no da subjetividade, e a crise dos sindicatos que daí advém.

Os contornos dessa crise são verificados por meio de:

- 1) Uma nítida tendência de diminuição das taxas de sindicalização, especialmente na década de 80.
- 2) Um abismo que se amplia entre os trabalhadores 'estáveis', de um lado e os trabalhadores vinculados ao trabalho precarizado, de outro, o que enfraquece o poder sindical e questiona o sindicalismo vertical.
- 3) Avanços na organização sindical dos assalariados médios.
- 4) Intensificação da tendência neocorporativa, que procura preservar os interesses do operariado estável, vinculado ao sindicato, contra os segmentos que compreendem o trabalho precarizados.
- 5) Fragmentação e heterogeneização dos trabalhadores afetando as ações grevistas, que diminuíram significativamente.
- 6) Em razão dos itens anteriores, obstaculizam-se as possibilidades de desenvolvimento e consolidação de uma consciência dos trabalhadores. (TUMOLO, 2002, p. 103)

Tumolo (2002, p. 103-104) com base nas reflexões teóricas de Antunes (1995) enfatiza que a crise sindical se defronta com uma contextualidade que tem, em síntese, as seguintes tendências:

- 1) Uma crescente individualização das relações de trabalho, cujo desdobramento mais nefasto é o sindicalismo de empresa, o 'sindicato-casa'.
- 2) Um processo de desregulamentação e flexibilização no limite do mercado, atingindo duramente conquistas históricas do movimento sindical.
- 3) A opção pelo sindicalismo de participação que agora contabiliza prejuízos de brutal envergadura - dos quais as mais evidentes é [...] o desemprego estrutural que ameaça implodir os próprios sindicatos.
- 4) Uma crescente burocratização e institucionalização das entidades sindicais, que se distanciam dos movimentos sociais autônomos, optando por uma alternativa de atuação cada vez mais integrada à institucionalidade, ganhando com isso, 'legitimidade' e estatuto de moderação, pelo distanciamento cada vez maior de ações anticapitalistas e a conseqüente perda de radicalidade social.
- 5) O capital amplia enormemente - por métodos mais ideológicos e manipulatórios do que diretamente repressivos - sua ação isoladora e coibidora dos movimentos de esquerda, especialmente aqueles que ensaiam práticas dotadas de dimensão anticapitalista.

Os estudos indicam que existem distinções sobre o quadro delineado na década de 90, na primeira no final da gestão e do Presidente Fernando Henrique Cardoso¹³. Enquanto a CUT enfatiza os sérios riscos que o novo quadro tem trazido para os trabalhadores; a FS - ainda que timidamente assinala alguns problemas do novo cenário, parece ver nele a possibilidade de espaços a serem utilizados pelos trabalhadores, no sentido de melhorarem suas condições de vida e de trabalho. Por seu turno, a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) parte de uma análise semelhante à da CUT, porém com uma visão mais favorável acerca das possibilidades que teriam os trabalhadores em obter melhores espaços no novo quadro (SOUZA, 2000).

Esse quadro delineia a existência de uma crise que por um lado, na concepção de Druck, Figueiras, Neves (2000, p. 6):

[...] apresenta características globais: a perda da capacidade de mobilização e organização, o enfraquecimento do potencial para unificar e representar massivamente os trabalhadores; a mudança de suas perspectivas políticas, diante das dificuldades impostas pelo patronato e diante das pressões sofridas para aderirem cada vez mais à ordem; um processo de despolitização crescente dos sindicatos, expresso, essencialmente, na incapacidade de avançar com propostas políticas que tenham um conteúdo ofensivo e que apontem um caminho independentes para a classe trabalhadora; a transformação dos sindicatos num fim em si mesmos dentro da legalidade do capital e não num meio para constituir uma legalidade da

¹³ Segundo Alves (2000, p. 279) o sindicalismo brasileiro nos anos 80 caminhou em direção contrária a do sindicalismo nos países capitalistas desenvolvidos, e mesmo nos países capitalista latino americano.

classe trabalhadora na busca por sua emancipação. Por outro lado, essa crise assume especificidades, em função da história das lutas operárias no país, do tipo de sindicato que se construiu e do quadro político nacional, assim como pelas transformações ocorridas no âmbito do trabalho e do emprego, com a reestruturação em curso, e a forma subordinada como o Brasil se inseriu na nova (des) ordem econômica internacional.

É temerário falar do sindicalismo brasileiro como uma totalidade¹⁴, dada à coexistência de diversas concepções sindicais e à heterogeneidade observada no grau de organização e na capacidade de ação. Para alguns autores, isso ocorre em virtude do modelo corporativista¹⁵ de relações de trabalho existente no Brasil e que estabelece entraves para que o sindicato desenvolva seu papel de forma a buscar a solução dos conflitos, mesmo sabendo que uma boa parte deles defende equivocadamente, a manutenção dessa situação (LAIMER, 2003).

As mudanças ocorridas no plano sindical podem ser expressas na observação do que se passa no campo do movimento herdeiro do novo sindicalismo. Mais de duas décadas depois de ser incorporado como ator coletivo mais importante na sociedade brasileira, esse sindicalismo, responsável pela renovação da tradição sindical, encontrou-se frente ao desafio de alterar discursos e práticas, o que implicou na redefinição de sua própria identidade.

¹⁴ Talvez essa temeridade se dê em função de como os sindicatos se formaram no país. Segundo Laimer (2003) no Brasil, particularmente na segunda metade do século XIX, os trabalhadores urbanos mais qualificados, em sua maioria exercendo ofícios artesanais, organizaram-se em sociedades de socorros mútuos, tendo em vista que o fato de que a Constituição de 1824 impedia que fossem criadas quaisquer formas de organização sindical. Em 1903 o decreto nº. 979 regulamentou a atividade sindical ao prever a criação de sindicatos mistos com a função de estudo, custeio e defesa dos interesses de seus integrantes. Na seqüência, o Decreto nº. 1.637 de 1907, em complemento ao anterior, estabeleceu como finalidade dos sindicatos “o estudo, a defesa e o desenvolvimento dos interesses gerais da profissão e dos interesses profissionais de seus membros”. Regulamentou-se a sindicalização no Brasil em março de 1932, por meio do Decreto nº. 19.770, foi a primeira vez que o Estado reconheceu a existência do sindicato enquanto instituição que auxiliava no pleno funcionamento da ordem constituída, embora o sistema sindicalização fosse facultativo e aproximasse os sindicatos do Estado para servirem de colaboradores e consultores do poder público. Com a instituição da CLT em 1º/5/1943 (Decreto nº. 5.452) foi mantida e regulamentada a unicidade sindical então existente. Essas diversas iniciativas estatais na área das relações de trabalho concretizaram o ideário corporativista, fortemente influenciado pelo modelo italiano. Em 1964, o golpe militar cerceou a atuação sindical por meio de repressões, intervenções nos sindicatos, cassação de mandatos sindicais, gerando um maior esvaziamento do sindicato e muitas dificuldades para a realização das negociações coletivas. No final dos anos 1970, os sindicatos pressionaram por reformas e democracia, o que contribuiu para a convocação da Constituinte que promulgou a Constituição de 1988, que afastou as restrições à atividade sindical imposta pelos militares. Surgiu nesse período, o novo sindicalismo, cuja pretensão foi romper com as práticas sindicais tipicamente pelegas, constituindo-se num movimento de mobilização e organização nos locais de trabalho, onde a greve e as assembléias massivas passaram a ocupar papel central nas lutas sindicais (DRUCK; FIGUEIRAS; NEVES, 2000). Foi desse movimento que nasceu a CUT, uma central sindical que surge contra e fora do Estado, não permitida nem prevista na legislação, mas que conquista seu espaço. Legitima-se politicamente junto aos trabalhadores, ao empresariado e ao Estado. É uma corrente política no interior do movimento sindical brasileiro, cujo termo significa diferenciando aquele conjunto de práticas das práticas anteriores, implicitamente, do “velho sindicalismo” (CRUZ, 2000).

¹⁵ Contudo, autores como Almeida (1998) pontuam que o corporativismo depois de prevalecer por meio século no país está em declínio, em razão das dramáticas mudanças nas próprias condições institucionais e sistêmicas que lhe deram alento. Na verdade, para a autora isso ocorre em virtude das relações Estado-Sociedade estarem transformando não menos que as políticas de governo em face dos interesses organizados. Estes continuam a existir e explicam a persistência dos arranjos corporativos - embora canhestramente combinados com instituições pluralistas. Contudo, o corporativismo exibe na atualidade uma estrutura dispersa e descentralizada, faltando-lhe coesão política.

Desse modo, o novo sindicalismo vem gradativamente se afastando da prática de confrontação, sua marca registrada, e se iniciando num sindicalismo de negociação¹⁶ (FERREIRA, 2002).

Embora a crise do sindicalismo tenha um caráter geral, sua manifestação concreta é determinada pelas características particulares e específicas de cada formação histórica. No Brasil a crise sindical parece se revestir de outros conteúdos e significados. Contudo, vários estudiosos do sindicalismo, embora unânimes em diagnosticar que essa crise que afeta os sindicatos, diverge em natureza e intensidade. Alguns afirmam tratar-se da crise do modelo sindical oriundo do pós-guerra, e outros a consideram mais profunda, ao admitir a crise da própria instituição sindicato. Os primeiros apontam como saída à construção de um novo pacto, que considere as alterações processadas no mundo do trabalho¹⁷. No segundo caso, trata-se de repensar o sindicato, suas funções, natureza e lugar numa sociedade onde o trabalho encontra-se em processo de mutação (FERREIRA, 2002).

De qualquer forma, ocorre:

[...] uma diminuição do campo de atuação dos sindicatos, principalmente do que tange às atividades sindicais que lhes são próprias e específicas, tais como as mobilizações e ações grevistas, a luta por melhores salários e pelo incremento dos postos de trabalho para a absorção dos novos membros da PEA (População Econômica Ativa), a luta pela diminuição da jornada de trabalho e do tempo de vida ocupado com o trabalho, melhoria nas condições de trabalho e de vida - saúde, educação, previdência, lazer, etc. (TUMOLO, 2002, p. 105).

Analisamos, dessa forma, que dentre as leituras das centrais sobre esse quadro, uma das grandes distinções entre as leituras e propostas formuladas pelas Centrais está no fato de que enquanto a CUT centra, fundamentalmente, sua análise e proposições na lógica do sistema, as outras acabam por centrar-se na perspectiva individual. Assim, ao passo que a CUT procura combater a visão de uma "adequação" dos trabalhadores às "novas

¹⁶ Parte das críticas ao redirecionamento da ação sindical pode ser explicada pelo fato de se defrontar com a nossa pequena tradição de negociação. Na estrutura sindical brasileira a negociação trabalhadores-empresários foi substituída pela atuação da Justiça do Trabalho, como forma de evitar o conflito. O novo sindicalismo foi o responsável pela ruptura desse padrão e pela criação de espaços políticos e institucionais que possibilitaram a participação dos sindicatos nas negociações salariais. Nos anos 80, em um cenário de inflação alta e de regressão das atividades produtivas, um sindicalismo conflitivo expresso em grandes e numerosas greves passou a definir as negociações. A partir dos anos 90, a crise do emprego alterou significativamente esse quadro, o que vai se refletir na dificuldade de mobilização dos trabalhadores e diminuição da ocorrência de greves (FERREIRA, 2002). Enfim, o quadro delineado pelo cenário econômico, além de provocar transformações e interferências na ação dos sindicatos, também reflete as pressões, incertezas, ou seja, todas as mazelas decorrentes da reestruturação produtiva. Desse modo, devemos considerar todos esses aspectos, juntamente com os relativos ao modelo corporativista (LAIMER, 2003).

¹⁷ Crise do trabalho é resultado da crise estrutural do capital, que nesse contexto é desenhado de acordo com algumas tendências. A primeira refere-se ao padrão produtivo taylorista e fordista que vem sendo crescentemente substituído ou alterado pelas formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas, das quais a chamada acumulação flexível e o modelo japonês ou toyotismo são exemplos. E o segundo, reside que o modelo de regulação social democrático, que deu sustentação ao chamado estado de bem estar social, em vários países centrais, vem também sendo solapado pela desregulamentação neoliberal, privatizante e anti-social (ANTUNES, 2000).

exigências", buscando mesmo disputar as idéias-chaves do processo - como qualidade e produtividade -, as duas outras, principalmente a FS, que indicam a necessidade do trabalhador em se potencializar, no sentido de ocupar seus espaços no novo modelo. É por isso que raramente encontra-se a preocupação com a empregabilidade¹⁸ nos documentos da CUT, e quando ocorre é em sua forma crítica, a medida que é bem mais freqüente o tratamento da questão nas formulações das duas outras Centrais (SOUZA, 2000).

Diante do novo cenário produtivo, as Centrais Sindicais se empenham não só em compreender o processo em curso, mas também, a partir deste entendimento, empreender formas de ação que as coloquem em posição favorável no sentido de defender o interesse dos trabalhadores frente aos impactos da reestruturação produtiva. Neste particular, a distinção entre as duas Centrais, (as quais estão em análise) diz respeito ao fato de que, enquanto FS, aquela mais enfaticamente do que esta, toma como dado os marcos da mudança corrente, buscando uma maior adequação à mesma, a CUT tenta reverter os fundamentos do processo, impondo-lhe outra trajetória. Assim, FS acaba por colocar sobre os trabalhadores uma maior responsabilidade de *adaptação* aos novos tempos e, da mesma forma, sobre os riscos que daí decorre (SOUZA, 2000).

Registramos com isso, um deslocamento de prioridades: os embates em torno da remuneração da força de trabalho que caminharam paralelamente a outras demandas, elevadas também a primeiro plano. Soma-se a isso uma maior mobilização pela manutenção dos postos de trabalho, geração de novos empregos e, especialmente, em defesa dos direitos sociais ameaçados no interior da cena produtiva flexibilizada.

A incapacidade de responder às atribuições clássicas de proteção ao emprego, melhor remuneração da força de trabalho e condições de trabalho abalou a confiança dos filiados. O desemprego e o trabalho precarizado minaram seus efetivos. A fragilidade diante dos novos desafios impactou profundamente os sindicatos, provocando mudanças no seu discurso e nas suas práticas (FERREIRA, 2002).

¹⁸ Isso é pertinente do discurso do Governo e do patronato que se utilizam do conceito de empregabilidade, atribuindo parte dos índices de desemprego à baixa formação da mão-de-obra brasileira, omitindo a ocorrência de fatores como a ausência de uma política de crescimento econômico, com vistas à geração de emprego. Educadores e trabalhadores recusam a noção de empregabilidade por considerar que trata o desemprego como resultante da incapacidade individual do trabalhador, de sua inadequação aos requisitos técnicos do mercado de trabalho. É como se o emprego dependesse apenas da iniciativa do trabalhador em se qualificar. Governo e patronato ao assumirem a noção de empregabilidade postergam a discussão das causas estruturais que resultam em baixa escolaridade, formação precária e desemprego. Ao mesmo tempo se desobrigam da elaboração e definição de políticas públicas capazes de promover alterações definitivas nos âmbitos da educação, qualificação profissional e geração de empregos. Contrapondo-se à noção de empregabilidade, os trabalhadores propõem a concomitância da formação profissional e da educação formal, de modo a capacitar o trabalhador para enfrentar com maior possibilidade de sucesso as vicissitudes de um mercado de trabalho em constante transformação (FERREIRA, 2002).

Observamos que os sindicatos vêm se defrontando com uma nova realidade trazida pela globalização¹⁹ da economia, que significou um aumento da concorrência entre as empresas e a exigência de mais qualidade e eficiência no processo produtivo. Embora tenham se constituído, pela sua organização e pelas greves articuladas nos anos 70 e 80, em atores de fundamental importância na cena política do país, as entidades de representação dos trabalhadores vem sofrendo, acima de tudo, com a gradativa flexibilização das relações de trabalho - que fez precarizar os empregos existentes e aumentar o desemprego, trazendo incerteza e insegurança para os assalariados.

A CUT - com leituras e propostas mais abrangentes do que as das outras duas Centrais - assume uma perspectiva crítica, abordando de forma mais aprofundada o desenvolvimento e os impactos do processo de reestruturação produtiva em curso. Em termos de alternativas, a CUT não só aponta a importância da negociação nas mais diversas esferas, como também enfatiza a dimensão organizativa e mobilizatória, instrumentos fundamentais e indispensáveis à barganha por parte dos trabalhadores (SOUZA, 2000).

Não obstante, podem-se detectar certas áreas consensuais entre as Centrais Sindicais. A CUT e a FS, por exemplo, defendem ampla mobilização contra o desemprego, no qual consideram um dos frutos mais cruéis de todo o processo. Ao mesmo tempo, fica patente na proposta das Centrais, ainda que diferenciadamente, a idéia de que os trabalhadores podem e devem se organizar para os novos tempos, qualificando-se profissionalmente, fazendo com que a educação - geral e específica - possa ter um papel de destaque na proposição dessas Centrais Sindicais (SOUZA, 2000).

Um outro ponto de destaque na leitura e propostas das Centrais é aquele que trata da questão do Estado e seu papel social. Para a CUT e a CGT, assumem a importância das formulações que indicam a necessidade da democratização do Estado, da manutenção de seus investimentos na área social e de uma valorização do setor público. Por sua vez, a FS assinala a necessidade de uma reformulação geral nos espaços direta ou indiretamente sob controle do Estado. Esta reformulação deve incorporar, entre outras, uma política de

¹⁹ Esse quadro é resultado de um contexto no qual os setores significativos do universo do trabalho sofrem maior impacto, pois toda a sua organização é redefinida dentro processo que recebe o nome de reestruturação produtiva. Esse processo, de forma restrita refere-se à incorporação, nas plantas produtivas, de novas formas de organização e gestão do trabalho. Mediante as mudanças, novas transformações são delineadas profundamente, envolvendo não apenas o processo de produção de mercadorias, mas todo um arranjo societal. Arranjo promovido pela globalização financeira. Essa globalização, para Belluzzo (1998) é resultante das políticas que buscaram enfrentar a desarticulação do bem sucedido arranjo capitalista pós-guerra. Essas mudanças, conforme Singer (1996) afetam diretamente as economias nacionais, embora isso dependa das políticas adotadas por cada governo. Todavia, o impacto dessas mudanças, devido à globalização, é devastador, visto que a globalização contribui para a crise no mercado de trabalho, porque aumenta o desemprego e a exclusão social, em grande medida, porque ela efetivamente produz a desestruturação do universo salarial que pese as formas de contratação e exploração da força de trabalho.

qualificação²⁰ para seu funcionalismo e a privatização de alguns de seus setores (SOUZA, 2000).

No entender da CUT, o Estado teria papel preponderante na tentativa de reduzir os efeitos perversos das transformações. Seria através desta intervenção que os trabalhadores poderiam ver garantidos seus direitos básicos²¹ como produtores e cidadãos, resguardando-se das possibilidades negativas trazidas pelo novo quadro (SOUZA, 2000).

Percebemos, dessa forma, uma preocupação das Centrais no que diz respeito à ampliação e ocupação dos espaços institucionais de debate e definição das políticas sociais. Neste sentido, têm crescentemente participado de fóruns que antes ficavam restritos a empregadores e representantes do Estado. Esta intervenção tem garantido o suporte para diversos projetos na área sindical, utilizando recursos que, até então, estavam distantes de seu alcance (SOUZA, 2000).

Segundo Pochman, Barreto e Mendonça (1998, p. 15), a participação mais intensa nesses espaços decorre:

Da sua compreensão, cada vez mais consolidada, de que o encaminhamento das questões relativas ao confronto da negociação entre o capital e o trabalho não pode ser desvinculado da ação do Estado, em suas diversas esferas, e de que as políticas públicas, particularmente nos campos econômico e social, dizem respeito diretamente às organizações sindicais [...].

Atualmente, esses espaços assumem uma grande diversidade de formas. Com característica mais geral do tripartismo, eles podem ser classificados conforme os seguintes tipos, com implicações na definição das limitações e possibilidades de atuação:

- quanto à estrutura da representação, paritários e não-paritários;
 - quanto ao poder de decisão, deliberativos e consultivos;
 - quanto à abrangência, nacionais, regionais (estaduais e municipais) e internacionais;
 - quanto ao objeto de decisão, formulação de diretrizes e liberalização de recursos;
 - quanto à natureza jurídica, de ordem em lei, de origem em atos do Poder Executivo e organização da sociedade.
- (POCHMAN; BARRETO; MENDONÇA, 1998, p. 15).

²⁰ Segundo Marx (1975) a qualificação é o processo de realização do trabalho onde quem o realiza conhece todos os processos que serão utilizados na confecção de uma determinada mercadoria. A qualificação está atrelada a compreensão total do trabalho, que na verdade, é o saber do artesão ou do artífice que domina todo o processo de realização de um determinado trabalho.

²¹ Todavia, na década de 90 evidenciam dois movimentos aparentemente contraditórios e ambíguos na trajetória do movimento sindical. A base de representação e atuação das organizações de trabalhadores começa a ser bastante afetada, como consequência das mudanças da base material da economia e do mercado de trabalho, reduzindo-se o seu papel de mobilização, e se intensifica a ação sindical no plano institucional, com maior participação no espaço de políticas públicas, assim como no campo econômico e social (SOUZA, 1999).

De qualquer forma, o processo de negociação nesses espaços institucionais apresenta características que o diferencia da negociação coletiva entre capital e trabalho, em que se estabelecem as normas reguladoras das condições de trabalho e remuneração (POCHMAN; BARRETO; MENDONÇA, 1998). São oportunidades de negociação uma vez que a nova cena produtiva dificulta a dinâmica associativa e inibe a tendência reivindicativa, desafiando os sindicatos a alterar sua agenda histórica, de modo a produzir novas estratégias de ação e, principalmente, repensar o próprio lugar do sindicato, sua natureza, funções e objetivos numa sociedade em que o trabalho aparece sob novo formato (FERRERA, 2000). A partir do momento em que ocupa uma posição defensiva, a ação sindical brasileira obriga-se a reconfigurar seus espaços de ação.

Assim, para além das diferenças existentes, as Centrais vão tentando enfrentar o novo cenário no qual se encontram. Certamente, o movimento sindical terá de lidar com desafios quantitativa e qualitativamente bastante distintos daqueles que enfrentou ao longo de sua história. Isto porque, não só as condições de vida e trabalho dos trabalhadores e o próprio mundo do trabalho parecem estar em xeque, como também a sobrevivência de suas organizações de representação, sendo um dos desafios em questão, refere-se à ação das Centrais no campo da educação (SOUZA, 2000).

O desafio de atuar no campo da educação também é consequência da procura desses outros espaços, visto que, com a participação na definição das políticas públicas há brechas para dar suporte na formação profissional da força de trabalho, sobretudo, daquela colocada na reserva, ou seja, no desemprego. Contudo, há um ponto de partida consensual entre as duas Centrais (em estudo) de que a educação quer geral, quer profissional, não sendo apenas uma tarefa exclusiva do Estado e do patronato, cabendo, igualmente, aos trabalhadores. Neste sentido, as Centrais afirmam que estariam em vias de superar as limitações históricas impostas à configuração do movimento sindical brasileiro, em virtude de estarem atualmente abarcando as questões educacionais no mesmo grau de importância reservado às suas outras linhas de ações. Apesar disto, as Centrais Sindicais irão diferenciar-se justamente no que diz respeito as formas de incorporação e as propostas de ação em torno das questões educacionais, conforme será visto mais adiante (SOUZA, 2000).

De antemão, considerando os pressupostos político-ideológicos que sustentam as visões das Centrais, é possível afirmar que a CUT, por tomar como princípio a crítica ao neoliberalismo, refuta o ajuste da educação aos interesses empresariais. Nestes

termos, a Central entende que o ajuste em questão se configura em mais uma estratégia daquela classe em deter o controle da educação e da qualificação profissional do trabalhador. Espelha, portanto, o perfil contra-hegemônico de sua linha de ação sindical. A CGT declara estar compromissada com uma educação para a transformação da realidade social brasileira, enquanto que a FS diz-se empenhada em elevar a qualificação profissional e o nível de ensino dos trabalhadores, de acordo com as exigências postas pelo processo de reestruturação produtiva (SOUZA, 2000).

De qualquer forma, na década de 90, na primeira gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso cresceu significativamente o número de escolas sindicais e experiências de escolas profissionalizantes²². A ação sindical passa dar maior importância à educação, principalmente a profissional devido à política adotada pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), bem como, passou a ter um novo tipo de intervenção na questão da formação profissional desenvolvendo de forma direta, programas de qualificação e aperfeiçoamento de trabalhadores e participando de fóruns de gestão desses recursos, desde o próprio CODEFAT até as Comissões Estaduais e Municipais de Emprego.

Além de participar ativamente na discussão sobre o sistema público de educação e atuar no Programa de Formação Profissional²³ (PLANFOR), participando em nível nacional do CODEFAT - fonte de recursos do programa, observamos a presença da ação sindical em outros espaços institucionais nos planos federal, estadual e municipal, como o Conselho Curador do FGTS, Conselho de Administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), assim como nos conselhos de saúde e de emprego.

Esse quadro mostra um sindicalismo que se propõe a disputar a gestão dos fundos públicos e a intervir na formulação das políticas públicas em todo o país (Balanço político/CUT-97). Embora governo, patronato e trabalhadores convirjam sobre a importância da formação profissional, a diversidade de concepções politizou o debate dando origem a uma nova arena de discussão. Persistem as divergências sobre seu conteúdo, forma e significado para as relações de trabalho, e repercussões para a sociedade brasileira (FERREIRA, 2002).

Ao final da década, contudo, pode-se dizer que, mesmo com grandes dificuldades e mantendo suas diferenças políticas, o sindicalismo como um todo busca elaborar novas estratégias para manter sua força de negociação. E isso se verifica à medida

²² Isso ocorre, especificamente, a partir de 1996 quando o PLANFOR libera recursos do FAT para as centrais sindicais desenvolverem programas de âmbito nacional (MANFREDI, 2002, p.245).

²³ Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador criado em 1995 com objetivo de capacitar trabalhadores.

que há a introdução da formação na agenda sindical, mesmo estando longe de resolver o problema de desemprego, vem aportando legitimidade aos sindicatos, via reaproximação dos seus membros, em um momento de intensa descrença em sua ação. Podemos supor que essa reaproximação venha a ter outras conseqüências internas e externas. No plano interno ela pode vir a atuar sobre um sindicalismo distanciado das condições concretas de existência de seus membros, alterando a burocrática relação direção-bases, em proveito da própria prática sindical.

Observamos por meio da revisão literária que parece ser consensual a idéia de que o mundo do trabalho, em particular, e a sociedade, como um todo, passam por transformações radicais. Mas, o diagnóstico e as conseqüências para o mundo do trabalho são divergentes, bem como as propostas de políticas públicas para a qualificação. Após pontuarmos, as preocupações da ação sindical sobre a reestruturação produtiva e as mudanças no mundo do trabalho abordaremos, no próximo capítulo, as principais preocupações da ação sindical com a educação e a formação profissional do trabalhador.

2 EDUCAÇÃO GERAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: AS PRINCIPAIS ATUAÇÕES DA AÇÃO SINDICAL NO BRASIL

Privilegiamos no capítulo anterior a reflexão teórica na busca do entendimento das transformações do mundo do trabalho, a reestruturação produtiva e a percepção da ação sindical ainda na primeira gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), de modo que isto nos permita obter elementos mais sólidos para a compreensão do significado da educação e da qualificação profissional no atual momento histórico. A seguir descreveremos sobre as principais atuações da ação sindical junto ao campo da educação geral, sindical e de formação profissional. Analisaremos também, como permaneceu a relação das centrais sindicais com os recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador)²⁴, a partir de 2003.

2.1 O Movimento Operário no Brasil e as Tendências na Educação Geral

Com certeza, não podemos negar as possibilidades existentes para que através da educação, o trabalhador adquira instrumentos que permitam a busca de uma emancipação, e é com base nesses pressupostos que algumas lideranças começaram a organizar o movimento operário no Brasil, no sentido de orientar o trabalhador brasileiro reivindicar seus direitos. Conforme Ghiraldelli Junior (1987) no final do século XIX, o Movimento Operário concentrava suas reivindicações referentes à educação em questões ligadas a qualidade do ensino, mas no Brasil a luta era completamente diferente. Existia no país três tendências e correntes na Primeira República, que articulavam as questões pedagógicas e educacionais no seio do Movimento Operário Brasileiro: os socialistas, os libertários e os comunistas.

Os socialistas se preocupavam com uma educação voltada em primeiro lugar, pelo mínimo, pela alfabetização, pela escola de ler, escrever e contar. Tanto que, os mesmos insistiam na questão da difusão da instrução através de toda e qualquer entidade da sociedade civil que tivesse contato com trabalhadores, principalmente nos partidos socialistas.

²⁴ O Fundo de Amparo ao Trabalhador, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) é formado a partir do recolhimento do PIS/Pasep e tem um patrimônio de quase R\$ 40 bilhões. Uma parte estava destinada ao BNDS (Banco Nacional de Desenvolvimento) (ESPÓSITO, 1999).

Dessa forma, atuaram com ardorosos fundadores de “escolas operárias” e bibliotecas populares²⁵.

Ghiraldelli Junior (1987) descreve que os libertários eram trabalhadores que vindo de outros países, engajados em lutas sociais no continente europeu. Contudo, introduziram no movimento operário brasileiro um componente novo: “o internacionalismo proletário²⁶”. Assim como os socialistas, a preocupação dos mesmos era com as dificuldades provocadas pelo analfabetismo generalizado nas camadas trabalhadoras. Um ponto que distanciava os libertários dos socialistas consistia no fato de que os primeiros ainda tinham dúvidas se era necessária a centralização de esforços para uma campanha de alfabetização.

Contudo, segundo Ghiraldelli Junior (1987, p. 103):

[...] a luta pela instrução não se enquadrava numa estratégia paliativa, forjada no sentido de criar ilusões aos trabalhadores, que passariam a sonhar com a possibilidade de um mundo melhor a partir do desenvolvimento individual através do estudo. Pelo contrário, a luta por uma educação popular se inseria no contexto das demais batalhas que se desenrolavam no sentido de recuperar instrumentos de atuação social, historicamente monopolizados pelas classes dirigentes. Intuitivamente, os operários percebiam que o ‘saber escolar’ apesar de patrimônio da humanidade, era monopolizado por grupos dominantes.

As ações dos militantes libertários brasileiros na reflexão dos assuntos educacionais e pedagógicos recebiam a influência do pensamento anarquista internacional, que de certa forma, já possuía essa tradição. Entretanto, as experiências educacionais libertárias²⁷ foram delineadas, inspiradas no arcabouço teórico dos pedagogos anarquistas europeus (GHIRALDELLI JUNIOR, 1987).

O outro grupo, representado pelos comunistas, deu inícios às reflexões sobre as realizações bolcheviques na educação no Brasil em 1920, quando foi promovido o III Congresso Operário Brasileiro. Foram travados diversos debates sobre a fixação de escolas dentro dos sindicatos. Sem falar que o movimento sindical brasileiro atravessava um momento difícil, em virtude das transformações ocorridas no campo econômico, devido as derrotas grevistas sofridas no Rio e São Paulo e com a expulsão dos estrangeiros, fechamento das escolas, etc. (GHIRALDELLI JUNIOR, 1987).

²⁵ Mais informações sobre a atuação ver a obra de GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **Educação e movimento operário**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.

²⁶ Essa maneira nova de pensar procurava estabelecer vínculos teóricos e práticos entre as diversas lutas dos trabalhadores no mundo todo, contudo não retirou do mesmo a capacidade de perceber os reais problemas do país (GHIRALDELLI JUNIOR, 1987, p. 100-101).

²⁷ Nem todas as experiências estavam ligadas diretamente ao movimento operário brasileiro.

Entre 1919 a 1922 o Movimento Operário passou por um período de transição, de discussão interna e de procura por novos caminhos. Uma parcela de militantes do anarco-sindicalismo, mesmo não abandonando as idéias libertárias, passou a assumir a defesa incondicional da Revolução de Outubro e de Lênin. No bojo desse processo, coube ao anarco-sindicalismo e ao anarquismo, a defesa e a divulgação das idéias comunistas em face aos problemas educacionais, e principalmente, a divulgação da solução soviética para as questões de educação popular. (GHIRALDELLI JUNIOR, 1987, p. 142).

De qualquer forma, os comunistas ampliaram as reivindicações dos socialistas e construíram uma verdadeira plataforma partidária incluindo um plano nacional de política educacional, ou seja, pautaram uma educação político-partidária (GHIRALDELLI JUNIOR, 1987).

Em linhas gerais, essas foram algumas das preocupações, projetos e realizações referentes à pedagogia e a educação no campo do movimento operário, no final do século XIX e início do século XX. Verificou-se por meio do trabalho de Ghiraldelli Junior (1987) que, no caso brasileiro, o movimento operário sempre se preocupou com a educação, principalmente em nível de instrução, visto que havia altos índices de analfabetismo, enquanto na Europa, no início do século XX, o mesmo problema estava reduzido a índices muito baixos (EBY apud GHIRALDELLI JUNIOR, 1987).

Podemos perceber essa preocupação ainda hoje, nas duas principais centrais: Central Única dos Trabalhadores e Força Sindical. A CUT²⁸ advoga a necessidade de se construir mecanismos democráticos de controle social dos fundos públicos, em especial com a participação efetiva dos trabalhadores, seja no fortalecimento da escola pública e gratuita de qualidade para a população, seja reivindicando que todos os recursos compulsórios ou na forma de incentivos fiscais destinados à Formação/ou requalificação Profissional venham a ser considerados e administrados enquanto fundos públicos.

No seu projeto educacional, a CUT apresenta:

[...] um compromisso histórico, que é contribuir para a construção de uma sociedade socialista e, com base nesses marcos, formula seu projeto político-sindical. Assim sendo, os debates inscritos em suas teses sobre a questão

²⁸ Segundo Manfredi (1996) dentro do "novo sindicalismo" existem as denominadas "três matrizes discursivas", da formação sindical a matriz marxista, a da educação popular e a da pedagogia Paulo-Freiriana. Como observa a autora, é importante ressaltar que essas três matrizes foram incorporadas de modo distinto nas formulações pedagógicas e nas práticas formativas das três centrais brasileiras. No primeiro caso, está muito presente a influência do pensamento Gramsciano, enquanto na segunda vertente sobressaem os trabalhos de Carlos Rodrigues Brandão, Luiz Eduardo Wanderley e Frei Betto. Já na terceira perspectiva, Paulo Freire, obviamente, e Madalena Freire são os intelectuais cujas obras são examinadas (MANFREDI, 1996 apud RODRIGUES, 1998).

educacional revelam uma perspectiva de construção de alternativas ao capitalismo, por meio de um projeto que por suas características emancipatórias, possibilite a conquista da hegemonia, revertendo a situação de miséria e de exclusão a que está submetida a maioria dos brasileiros. Nesse sentido, a educação, a democracia e a cidadania constituem dimensões vitais e indissociáveis da luta contra - hegemônica. É, portanto, dentro dos marcos de uma visão de mundo crítica, e emancipatória do ponto de vista político-cultural, em que se valorizavam a solidariedade, as ações coletivas e a afirmação de direitos sociais fundamentais, que se constroem suas propostas educacionais, bem como as transformações na qual vem passando o mundo do trabalho e a sociedade brasileira como um todo. (RUMMERT apud MANFREDI, 2002, p. 254).

Para a CUT, a laicidade corresponde à exclusão no processo educacional dos aspectos religiosos. Não caberia à escola tratar de credos, mas do conhecimento científico, embora devendo respeitar a heterogeneidade religiosa do país. O caráter unitário, de base científica, tecnológica e politécnica, teria o *trabalho como princípio educativo*, organizador do Sistema Nacional de Ensino, da estrutura escolar, de seus currículos e métodos. A CUT reivindica ainda, a universalização do ensino médio, sobretudo, por intermédio de políticas governamentais de crescimento de vagas na rede pública e especialmente, pela democratização e revitalização das Escolas Técnicas de nível médio (SOUZA, 1999).

Quanto à Força Sindical, o enfrentamento dos desafios no contexto atual, se faz de acordo com a integração entre os sistemas produtivo e educacional, no sentido de que a formação profissional e a escolarização, juntas, respondam aos problemas de competitividade das empresas, da exclusão social e da geração de empregos. Para eles a educação é vista também como fator que integra o mundo do trabalho, como direito atinente a todos os trabalhadores, capaz de propiciar o enriquecimento pessoal, portando ainda, como instrumento básico para o exercício da cidadania. Busca-se assim, reafirmar a importância do papel desempenhado pela escola pública, gratuita e de qualidade, de forma a permitir que o trabalhador eleve permanentemente seu patamar de escolaridade (SOUZA, 1999).

Na realidade observamos, que não se evidenciam na perspectiva educacional da Força Sindical, enfoques críticos sobre as demandas colocadas à educação pelo processo de reestruturação produtiva contemporânea. Em consonância com o discurso dominante, a Central tende a naturalizar os acontecimentos político-econômicos da atualidade, apontando para a necessidade de adaptação da educação e dos trabalhadores às novas exigências do mercado. Deixando de analisar os determinantes estruturais do desemprego moderno, a FS desloca o problema para o âmbito das possíveis deficiências educacionais, gerais e/ou específicas, do trabalhador.

Com isso, o projeto político-sindical da FS se inscreve no âmbito da:

[...] modernização da sociedade capitalista, tendo como modelo uma sociedade baseada na livre concorrência do mercado, na competição, na prosperidade, na produtividade, na democracia e na participação. Assim, a FS luta pela transição do capitalismo selvagem para uma sociedade moderna, avançada e competitiva (apud RODRIGUES, 1993). Com base nesses parâmetros, como se pode constatar pelos trechos extraídos dos documentos da central a educação - em especial à educação escolar - é vista como um mecanismo de elevação das condições de barganha e de competição dos trabalhadores no mercado, para que eles tenham condições de satisfazer os novos requisitos de um mundo de trabalho cada vez mais voltado para a qualidade e para a produtividade. (MANFREDI, 2002, p. 254).

No entanto, na atualidade, as centrais que representam os sindicatos entendem que é responsabilidade do Estado a oferta da educação geral.

2.3 As Intervenções da Ação Sindical na Educação Profissional

As necessidades sociais por educação transcendem o âmbito da escolaridade formal e exigem a adoção de políticas que respondam às demandas gerais dos trabalhadores por profissionalização. Esse quadro é delineado a partir do processo de industrialização implementado nas primeiras décadas do século XX. Nesse período, o aparato estatal estava sendo remodelado – isso foi consumado à medida que Getúlio Vargas implantou seus programas político e econômico. Aparentemente, nesse contexto, o Brasil assistia a uma tentativa sem precedentes de modernização da economia através da industrialização que se exigia das classes trabalhadoras melhores e maiores quesitos educacionais.

Contudo, nesse período a indústria brasileira ficou extremamente polarizada entre uma grande massa de trabalhadores semi-qualificados ou sem “qualificação” e uma parcela bem menor composta por trabalhadores “qualificados”, técnicos de nível médio e superior e pessoal de direção. Metade dos trabalhadores empregados na indústria (setor informal) não iam além dos quatro anos de escola (CARVALHO, 1996). Dessa forma, temos um movimento operário que estava atento a essas mudanças, e portanto, preocupados com a educação, principalmente com a profissional indispensável ao trabalhador industrial, que necessitava de qualificação em uma determinada profissão que substituísse as artes e ofícios dos antigos artesãos.

A notoriedade sobre a questão da formação profissional atravessou a história brasileira. Os estudos feitos por Manfredi e Bastos (1997), indicam que esta preocupação estava presente, por exemplo, entre as categorias dos alfaiates, gráficos, metalúrgicos,

bancários. As autoras encontraram como indícios, algumas chamadas, anunciando a promoção – por parte destas entidades – de cursos de breve duração com temáticas de caráter profissionalizante. Assim como referências, de tais cursos na imprensa sindical, desde o início do século até o final da década de 1930, e nos períodos subsequentes a partir da criação dos sindicatos oficiais, durante o Estado Novo²⁹.

Com a criação do sindicalismo oficial, impediu-se a proliferação de muitas experiências autônomas, posto que a própria imprensa sindical menciona a extinção de tais iniciativas de qualificação profissional (que quase sempre faziam parte de programações que também incluíam atividades político-culturais e recreacionais). No final da década de 1940 e início da década de 1950, época de ascensão do sindicalismo oficial, muitos sindicatos tomaram a iniciativa de construir e organizar escolas regulares de 1º grau (envolvendo o antigo primário – de 1ª a 4ª série) e técnicas de nível ginásial; cursos noturnos supletivos de alfabetização, de admissão ao ginásio (para o ingresso no ciclo de 5ª à 8ª série); cursos noturnos intensivos de formação profissional em áreas como desenho técnico, português e redação, contabilidade, prática bancária, corte e costura, e culinária (sendo estes dois últimos mais voltados para associadas e familiares do sexo feminino). Essas iniciativas respaldavam-se na legislação sindical da época, que vinculava a aplicação dos recursos financeiros obtidos através do imposto sindical a atividades assistenciais e educacionais.

Neste período destacam-se as iniciativas tomadas pelos sindicatos de trabalhadores metalúrgicos, gráficos, bancários, portuários, entre outros³⁰. (MANFREDI; BASTOS, 1997).

Uma outra característica sobre a proliferação em entidades sindicais, dos chamados cursos de supletivos de 1º e 2º graus (de 5ª a 8ª série e/ou colegial), é que se transformaram em verdadeiros refúgios para alguns militantes de esquerda, durante o período dos governos militares (principalmente entre 1968 e 1974). De modo geral, estes dois tipos de

²⁹ Mencionam alguns exemplos como: curso de corte e desenho (envolvendo modelagem, corte e costura de roupas femininas e masculinas), ministrado pela União dos Alfaiates (Rio de Janeiro, 1923); curso de novas técnicas (abordando estudos de cálculo sobre as velocidades de impressão das novas máquinas de imprensa), ministrado na União dos Trabalhadores Gráficos (Rio de Janeiro, 1930); cursos práticos de línguas e contabilidade, ministrados pela Associação dos Funcionários de Bancos do Estado de São Paulo (São Paulo, 1923). Essa associação organizou, em 1929, o primeiro curso de contabilidade, que tinha a duração de três anos, e nele podiam matricular-se os trabalhadores bancários associados, seus familiares e parentes. Outras iniciativas no campo da formação profissional serão reiteradas após a transformação da associação em sindicato, em meados da década de 1930 (MANFREDI; BASTOS, 1997).

³⁰ No estado de São Paulo, durante o período de 1962 a 1974, registram-se três tipos de atividades educativas mais sistemáticas desenvolvidas em sindicatos: os cursos regulares de 1º e 2º graus, cursos pré-vocacionais (cursos profissionalizantes de curta duração) e cursos especiais. Duas características à respeito destas atividades de educação merecem destaque: a primeira refere-se ao fato de que eram realizadas mediante convênios com entidades oficiais - Senai, Sesc, Sesi e/ou órgãos competentes ligados do Ministério do Trabalho. Através de tais convênios, os sindicatos entravam com a sede e a infra-estrutura físico-administrativa e as entidades conveniadas, com os professores e os materiais pedagógicos. A proposta curricular era desenvolvida pelas agências educativas sem a participação das direções sindicais (MANFREDI apud MANFREDI e BASTOS, 1997).

iniciativas estavam desarticulados das demais atividades de formação político-sindical desenvolvidas pelas novas direções sindicais, durante o período do surgimento do novo sindicalismo³¹, no final da década de 1970 e toda a década de 1980.

Durante esse período, a grande maioria das entidades sindicais ora suprime os convênios e os cursos supletivos (mesmo naqueles em que havia gestado experiências inovadoras, do ponto de vista político-pedagógico), ora dá continuidade aos cursos regulares e aos cursos profissionais, redesenhando os currículos e assumindo o controle político-pedagógico-administrativo. Embora o interesse e a necessidade das entidades sindicais desenvolverem iniciativas de educação profissional tenham variado ao longo do século, constatamos que a apropriação e a manutenção do saber técnico constituem uma das "bandeiras históricas" do movimento operário brasileiro contra a crescente desqualificação e expropriação do saber pelo capital (MANFREDI; BASTOS, 1997).

Na contemporaneidade, a intensificação da participação das centrais³² sindicais contou com várias agravantes. Dentre elas, destacamos que a criação de instâncias de discussão sobre questões educacionais, como o Conselho de Escolas Operárias, o Fórum de Ensino Profissional e o Fórum de Formação Profissional, contribuíram consideravelmente para abrir alguns espaços e isso que o movimento sindical e o movimento popular retomam a educação como uma de suas bandeiras de luta. Outra agravante seria a elaboração de teses e resoluções de encontros e congressos sindicais que passam a pautar a temática da formação profissional. Esses elementos permitiram as centrais e sindicatos de trabalhadores realizar experiências de formulação e gestão partilhada de projetos inovadores, como os Centros Públicos de Formação Profissional.

Contudo, a agravante mais determinante e proeminente que possibilitou as ações das centrais e sindicatos dos trabalhadores foi o fato desse movimento, (na gestão do presidente FHC) estar sendo implementado medidas que reordenam a intervenção do Estado. Por isso, assumimos como ponto de partida da reflexão, a reforma do Estado que vem sendo encaminhada pelo governo brasileiro desde a década de 90, e que segue diretrizes dos organismos internacionais de financiamento que direcionam o papel a ser exercido pelo Estado Nacional quanto à elaboração, execução e avaliação das políticas públicas, entre elas as educacionais. A crise atual pela qual passam as economias capitalistas, é considerada como

³¹ Mais informações sobre o assunto vide o Capítulo 1.

³² Na CUT a preocupação com a Educação Profissional, nasceu em 1992, quando da criação, junto a Secretaria Nacional de Políticas Sociais, de um Grupo de Trabalho, com ênfase na questão formação profissional em nível médio. Segundo Manfredi (2002) conforme foi deliberado no Concut (1994) a entidade entende a natureza da Educação Profissional como parte de um projeto educativo global e emancipador. Ela tem por objetivo contribuir para a formação de trabalhadores tecnicamente competentes e politicamente comprometidos com a luta pela transformação da sociedade (7ª Plenária, 1995)

um problema das instituições do Estado, neste sentido, são empreendidas reformas nos aparelhos estatais, visando instituir princípios gerenciais na administração pública, para que esta atinja níveis satisfatórios de eficácia (HIDALGO, 2004, p. 170).

Não podemos esquecer que, a inserção das entidades que representam os trabalhadores, ocorre uma vez que o país vive um processo onde:

[...] um verdadeiro recorde dos recursos que financiam programas estatais na área social tem sido visto como um fenômeno natural e/ou necessário (de modernização estatal), dada à dita crise fiscal e a ineficiência (sic) do Estado, mas que tem sido acompanhada por um crescimento da intervenção da sociedade civil nessa área. Tem sido visto, portanto, como um processo de passagem da intervenção estatal para a intervenção comunitária na área social [...]. Justifica-se, então: a diminuição da intervenção estatal nas seqüelas da questão social, e que teria sido 'compensada' pelo crescimento da intervenção da sociedade civil. (MONTAÑO, 2002, p. 222).

Por conta disso, o Estado tem atuado de modo a envolver vários segmentos sociais tais como patronato, o mercado de trabalho e as ONGs³³ - que englobam a Ação sindical (MANFREDI, 2000). Tais elementos permitem que as centrais sindicais possam assim, atuar com questões de formação educacional.

Trocando em miúdos: o que é parte substantiva da atual estratégia de reestruturação do capital - a desresponsabilização do Estado e do capital com respostas as seqüelas da questão social, - passa a ser mostrado (e interpretado) como modernização, *aggiornamento*, mecanismo de superação da crise fiscal, necessidade geral, e processo natural. O que é um recorte das políticas sociais e assistenciais do estado e uma redução relativa do seu gasto social passa a ser visto como uma passagem de um setor (o estatal, o primeiro) para outro (o terceiro setor, a sociedade civil). O que é uma perda - de direitos conquistados - passa a ser considerado como aumento - da atividade civil. (MONTAÑO, 2002, p. 223).

Dentro desse quadro, o Estado pontua em seu discurso ideológico, a qualificação como diretriz para amenizar o desemprego, advindo da nova configuração socioeconômica e das profundas mudanças tecnológicas e organizacionais no trabalho, em um movimento de atração de todas as forças sociais para execução do projeto neoliberal.

Tanto que alguns estudos indicam que se verifica um compartilhamento entre ação sindical e a idéia apregoada por capitalistas, empresariado e das agências

³³ Lembrando que não vamos aprofundar essa discussão, visto que não é nosso objeto de análise a reforma do estado, e sim a formação profissional, mais informações. Ver MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** São Paulo: Cortez, 2002.

internacionais no sentido de formar um “novo trabalhador” para atender as atuais exigências da produtividade na indústria, e assim competir no mercado internacional (SOUZA, 2006).

Faz-se importante ressaltar que a articulação de questões relativas às entidades representativas dos interesses do trabalho, com àquelas relativas aos interesses do capital fundamenta-se na compreensão do caráter contraditório do real.

Evidentemente, a trajetória não é uniforme. Assim como, a conjuntura, como as greves, as mobilizações, os documentos gerais de orientação da Central mantêm uma evolução marcada por ambigüidades, contradições, recuos e retomadas em torno discurso oficial original. (CRUZ, 2000, p. 147).

Dessa forma, as políticas públicas, no âmbito da educação, são aqui compreendidas, basicamente, como uma das expressões da forma do Estado capitalista administrar a correlação das forças sociais, preservando os interesses dominantes mas contemplando também, de forma subordinada, as demandas das classes subalternizadas, objetivando a mediação de interesses em conflito, e em decorrência, a manutenção da hegemonia e das condições de controle social (RUMMERT, 2005).

2.2.1 As principais iniciativas da CUT e da FS para a educação sindical

Nesse tópico vamos pontuar sobre educação sindical por entender que ela não está desvinculada das questões atuais, ou seja, a concepção vigente é a de que esta deve se dar articuladamente à formação geral, à formação profissional, à formação cultural e à formação de formadores. Verifica-se um consenso entre as duas Centrais em torno da importância estratégica que a Educação Sindical assume no enfrentamento do panorama atual do mundo produtivo (SOUZA, 1999).

A CUT promoveu algumas discussões que sobre a Educação Sindical que acabaram por se concentrar na resolução do 5º CONCURT (1995). Uma das principais preocupações foi levar para o campo da educação sindical a discussão sobre os problemas atuais relativos ao mundo do trabalho, ao processo de reestruturação e a formação profissional. Esta intenção concretizou-se, a partir de 1996, pela via de ações, como o Projeto CUT/CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) de Pesquisa e Formação Sindical, o Projeto – CUT/FINEP (Financiadora Nacional de Estudos e Projetos), o Programa de Capacitação de Dirigentes e Assessores (PCDA), o Programa de Capacitação de

Conselheiros das Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho e Emprego e o desenvolvimento da Escola Temática - Metodológica (ETM/ORIT) (SOUZA, 1999).

No que concerne a CUT, é possível afirmar que suas iniciativas atuais no campo da educação sindical, vêm contemplando fortemente diversas questões relativas à reestruturação produtiva, seja pela via da realização de diagnósticos e pesquisas globais e setoriais, seja por intermédio da organização e promoção de seminários e cursos. Em seu conjunto, estas atividades ocorrem de modo integrado a organismos nacionais e internacionais, articulando-se à capacitação dos trabalhadores para que intervenham no plano das políticas públicas de educação e emprego, assim como no processo de reestruturação produtiva.

Tudo isso ocorre em coerência com as concepções e propostas defendidas, e buscando avançar na formulação e implementação de políticas públicas de educação e formação profissional, a CUT alega que rejeita as atuais medidas governamentais, efetivadas em sua maioria por meio de decretos, e que normatizam a educação de nível médio e profissional, separadas em dois sistemas independentes pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (cujo substitutivo oficial sufocou a mobilização democrática da sociedade), mas que guardam, ambas, profundas relações com o mercado, apoiando-se reciprocamente para promover competências laborais e a empregabilidade, levando isso para seu campo de atuação educacional, sem maiores esclarecimentos ou críticas.

Já a FS, objetiva a capacitação de suas lideranças e assessorias para negociações em torno da reestruturação produtiva, da Educação Profissional e da escolaridade fundamental do trabalhador no conjunto das pautas de reivindicações e de campanhas salariais, em nível das empresas, das categorias e dos setores que a Central representa. Na realidade, essa central está em concordância com os pontos deliberados pelas ações do projeto neoliberal e da reestruturação produtiva, sem impor ou desenvolver nos seus filiados uma capacidade crítica do processo, sobre as ações de desconstrução das relações de trabalho e da unidade ou solidariedade entre as classes trabalhadoras.

O que ocorre é uma preocupação mais enfática na importância da escolaridade básica e da formação profissional para a empregabilidade, estimulando o individualismo. A entidade se prende a idéia de que as mudanças no mundo trabalho, exigem a elevação das exigências em torno da qualificação profissional e do nível de ensino, e de outro lado, tornam o trabalho inacessível para um grande contingente de trabalhadores que não se preparam para tais exigências. No primeiro caso, é destacada a importância da formação profissional e da escolaridade básica para a empregabilidade, enquanto que, no

segundo caso, a precariedade das possibilidades de trabalho, no sentido da expansão da atividade informal, é apontada como resultante do não preparo do trabalhador segundo os novos requisitos do mundo produtivo moderno (SOUZA, 1999).

2.3 As Experiências Sindicais no Campo da Educação Profissional na Atualidade

A literatura revela que a atuação dos sindicatos no que concerne a formação profissional, conseguiu alguns avanços à medida que dentro da negociação coletiva, verifica-se o atendimento de reivindicação em acordos e convenções coletivas, inscrevendo em um número razoável, cláusulas sobre qualificação e treinamento, especialmente quando comparados a outros dos chamados novos temas em negociação.

Observamos que empresários e trabalhadores, através de suas organizações representativas, conseguiram iniciar a negociação e acordar um conjunto de medidas e ações visando ampliar a qualificação e o desenvolvimento profissional dos trabalhadores, ultrapassando o âmbito do auxílio-educação e abrangendo temas relacionados à própria formação dos trabalhadores. Por isso, o compartilhamento entre ação sindical, capitalistas, empresariado e agências internacionais sobre a idéia em formar um “novo trabalhador” para atender as atuais exigências da produtividade da indústria, e assim competir no mercado internacional.

Conforme DIEESE (1998, p.5):

[...] a análise por setores de atividades, além das pautas, convenções coletivas e acordos formais, implementa-se uma série de outras iniciativas e fóruns, bipartites ou tripartites, em que uma outra forma de negociação coletiva se desenvolve. As câmaras setoriais, que floresceram especialmente no período 1991/94, foram um espaço privilegiado para este debate. No caso da câmara de maior visibilidade - a do complexo automotivo -, que contou com a presença de sindicatos da CUT e Força Sindical e firmou, em 1992, o segundo acordo tripartite, possuía um tópico especificando o desenvolvimento de iniciativas setoriais em prol da qualificação profissional, vinculadas ao Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP). Na realidade, entretanto, essas iniciativas foram desenvolvidas muito mais no âmbito de cada fábrica.

A partir da década de 90, percebe-se que no tocante a formação profissional no Brasil, apesar de recorrentes, as cláusulas sobre qualificação e treinamento quase não sofreram alterações de conteúdo ou quantidade. Especialmente, no que diz respeito à diversidade de conteúdo das cláusulas, é necessário ampliar o debate do tema para que

ocorram avanços significativos no processo de negociação coletiva. A passagem da negociação de cláusulas exclusivamente sobre o direito à qualificação, para aquelas que contemplam a influência sindical sobre as concepções dos programas de formação surge como uma tendência possível, apesar das barreiras colocadas pelo empresariado (DIEESE, 1998).

A continuidade da experiência vivenciada na câmara setorial automotiva possibilitaria o desenvolvimento de interessantes negociações por empresa, vinculando a formação profissional ao processo de inovação tecnológica e organizacional. No âmbito das atividades localizadas e da sua relação com a própria base profissional e a sociedade civil, uma série de entidades sindicais desenvolvem experiências de condução própria de cursos para trabalhadores empregados e desempregados (DIEESE, 1998).

Um fato interessante é que a formação profissional vem se destacando pelo surgimento de novas formas de elaboração, financiamento e execução de programas de educação para o trabalho. São experiências que derivam de fóruns multipartites, com repercussões nos projetos de qualificação da força de trabalho nacional e dos países vizinhos, como a Comissão Nacional de Formação Profissional do Subgrupo de Assuntos Trabalhistas do Mercosul. Além desses fóruns, os últimos anos vêm registrando um número crescente de programas desenvolvidos pelo movimento sindical, atividades educativas nos assentamentos e acampamentos dos trabalhadores rurais e até programas de formação profissional promovidos por associações da sociedade civil no interior do país e nos grandes centros urbanos (DIEESE, 1998).

Destaca-se o grande número de projetos educativos³⁴ realizados pelo movimento sindical, assim como a diversidade e agilidade nas respostas dadas às demandas por formação profissional. Estes projetos visam a implementação de escolas e cursos que têm como objetivo a educação para o trabalho, por meio da qualificação e requalificação de jovens

³⁴ Expansão de agências de formação - a elaboração, financiamento, gestão e execução da formação profissional deixam de ser exclusividade do governo e do Sistema S. A preocupação com a preparação para o trabalho agora passa, também, por fóruns multipartites, pelo movimento sindical, pelas comunidades, pelas organizações não-governamentais e demais instituições de iniciativa privada. Incorporação de novos temas - as discussões sobre a formação profissional abrangem hoje a capacitação de pesquisadores, gestores e executores dos programas de educação profissional. Diversificação do público a que se destina - o público alvo dessas novas experiências tem sido jovens em busca do primeiro emprego, adultos empregados, desempregados e famílias em comunidades agrícolas. Relativa articulação com a rede de ensino regular - os programas oferecidos englobam cursos de alfabetização de adultos, educação básica, cursos de graduação e alguns de pós-graduação, em convênio com universidades. Financiamento com recursos públicos e privados - embora grande parte dessas novas experiências de formação profissional venham sendo financiadas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), são frequentes os convênios patrocinados por prefeituras e estados da federação, empresas, entidades assistenciais, entidades sindicais e agências como o Senai, Senac, Sebrae, Senar e Senat. Descentralização da certificação - ao lado da certificação emitida pelos órgãos oficiais de ensino e formação profissional, algumas instituições estão certificando os cursos que oferecem, muitas vezes em convênio com seus financiadores e outras organizações locais (DIEESE, 1998).

e adultos empregados ou desempregados, trabalhadores das várias categorias profissionais abrangendo os diversos setores da indústria, comércio e serviços.

Através dessas ações o Movimento Sindical pretendeu responder nos últimos anos aos problemas relacionados à capacitação para o trabalho. As propostas sindicais resultam da conjugação de três ordens de fatores: de um lado, as definições estratégicas dos trabalhadores sobre as relações entre educação e sociedade; de outro, as avaliações das práticas correntes de formação profissional, implementadas pelo patronato e pelos programas oficiais, através de agências como as escolas públicas, escolas técnicas, centros federais de educação tecnológica, universidades, centros e empresas de pesquisa aplicada; e por fim, a sua própria experiência (DIEESE, 1998).

A inserção do movimento sindical nesses debates e ações revela também, o acúmulo possibilitado pelo caminho percorrido desde o projeto do Centro de Aperfeiçoamento Técnico, idealizado pelos gráficos nos anos 40, até a atual participação em fóruns de negociação tripartite, inclusive no âmbito do Mercosul. Os trabalhadores têm ocupado o espaço desses debates para divulgar e colocar em discussão seus projetos e demandas nos marcos de três diretrizes principais.

A primeira consiste em intervir no debate sobre formação profissional com propostas próprias, oriundas de definições políticas e do mais apurado diagnóstico das condições reais do mundo do trabalho. Já a segunda reside em fortalecer a articulação entre educação básica e formação profissional, como um dos princípios orientadores das ações sindicais sobre a educação do trabalhador. Enquanto a terceira, busca promover a articulação das questões da formação profissional com as demandas por garantia de emprego, remuneração digna, organização dos trabalhadores por local de trabalho e políticas públicas que garantam o desenvolvimento social do país.

Segundo o DIEESE (1998) os projetos e demandas em questão, dão conteúdo e estruturam propostas sindicais. Nesses projetos encontramos ações que intentam a criação de Centros Públicos de Ensino Profissional, que se deve articular em um sistema geral e público de ensino. Esses centros públicos devem tratar da qualificação, de jovens e adultos desempregados, através do ensino profissional para jovens em idade escolar (modalidades de ensino profissional e de atualização científica e cultural) e do ensino profissional como parte da educação continuada (alfabetização e pós-alfabetização de adultos, cursos de qualificação e requalificação profissional de empregados e desempregados, cursos de atualização científica, artística e cultural). Assim como, a implementação de Programas de Revitalização de

Supletivos Públicos de alta qualidade, e a adoção do controle social dos Fundos Públicos destinados ao financiamento da formação profissional.

Os trabalhadores propõem que todos os recursos de arrecadação compulsória ou oriundos de incentivos fiscais destinados à formação e/ou requalificação profissional, sejam considerados e administrados como fundos públicos com a participação dos trabalhadores. Já a instalação de conselhos tripartites paritários para gestão de agências de formação profissional, que possibilitem rigoroso controle fiscal e avaliação dos serviços prestados. Esses conselhos devem supervisionar as atividades do SENAI, SENAC, SESI, SESC, SENAR e SENAT e de outras iniciativas complementares ao ensino regular seja em nível municipal, estadual ou federal. Definição de instâncias de certificação legal para os cursos e demais atividades de formação profissional.

Priorizam também a adoção de co-gestão dos Programas de Formação Profissional realizados pelas empresas, propiciando a participação dos sindicalistas na formulação e gerenciamento das atividades de formação profissional e de outros processos educacionais realizados no âmbito das empresas e nos locais de trabalho, através da constituição de comissões paritárias. Institucionalização da escola pública, gratuita, laica, universal e de qualidade, responsável pela educação básica (1º e 2º graus), articulada com o ensino profissional. Definição da política de formação profissional integrada à Política Nacional de Educação. Operacionalização das políticas educacionais aliadas às demais políticas sociais, para os atendimentos da população pobre e de grupos desprotegidos: crianças, idosos, aposentados e desempregados.

E pretendem direcionar ações voltadas para a elaboração de políticas públicas de educação e de ensino profissional com a participação dos trabalhadores. Direcionamento das políticas públicas de educação básica e de formação profissional para o atendimento das demandas empresariais e das necessidades dos trabalhadores. Organização do ensino técnico no país, tematizando a integração do ensino de 1º e 2º graus com o ensino profissional, criando a educação integral ou politécnica. Implantação de um Sistema Público de Emprego que atenda às necessidades de qualificação, requalificação e reingresso do trabalhador no mercado de trabalho (DIEESE, 1998).

A ação sindical passou a ter um novo tipo de intervenção na questão da formação profissional, desenvolvendo de forma direta, programas de qualificação e aperfeiçoamento de trabalhadores e participando de fóruns³⁵ de gestão desses recursos, desde o próprio CODEFAT até as Comissões Estaduais e Municipais de Emprego. Com base nessas articulações e graças à participação no CODEFAT, cresce o número de escolas sindicais e experiências de escolas profissionalizantes.

2.3.1 A ação sindical e a educação profissional segundo o PLANFOR

A participação das centrais sindicais com a política de educação profissional, ocorre dentro de um quadro em que o Governo Fernando Henrique Cardoso, começava a redefinir um modelo de desenvolvimento, que segundo a sua concepção de mundo pudesse abrir para o Brasil a perspectiva de um futuro melhor para o conjunto da sociedade.

Sendo assim, elaborou três condições básicas:

1) refazer o esquema de financiamento do desenvolvimento; 2) eleger a criação de empregos como forma mais Efetiva e duradoura de distribuição de renda; 3) reorganizar o Estado, fortalecendo o poder publico decisório para a realização eficiente de projetos sociais compensatórios e para a defesa dos interesses nacionais em plano internacional. (SOUZA, 2006, p. 302).

Contudo, para implementar essas três condições básicas, a gestão FHC buscou elaborar parcerias com o setor privado na propriedade e gestão de infraestrutura nacional, exigindo, assim a redefinição do papel do estado, como já expomos em parágrafos anteriores. Segundo Souza (2006, p. 304) a educação teve prioridade dentro desse contexto, visto que:

[...] o Plano de Governo FHC atribuía à educação o papel de formação e qualificação profissional da força de trabalho, com base em um patamar mais avançado de uso diretamente produtivo de ciência e de tecnologia no trabalho e na vida urbano industrial.

Toda a articulação da educação com o mundo do trabalho, dentro dos limites do capital, aconteceu na medida em que as instituições e o conceito de formação

³⁵ Os conselheiros enfrentaram muitas dificuldades, no principio quando inseridos no conselho. Contudo os avanços devem ser contrastados com os limites. No CODEFAT a influência do Governo Federal estende-se sobre as centrais sindicais e confederações patronais que se alinham com o governo atual. De toda a forma, é inegável que as políticas ganham, no mínimo, mais transparência até porque todas as informações pertinentes deveriam, em tese, estar à disposição dos representantes das centrais (EMPREGO e RENDA, 2000).

profissional foram adaptados na tentativa de atender aos novos imperativos capitalistas, ou seja:

A formação profissional anterior estaria obsoleta, e não corresponderia as exigências da reestruturação da produção, pois essa estaria promovendo uma grande revisão dos seus conceitos e práticas, uma mudança de peso nos seus métodos de produzir, de fazer a gestão e a organização das empresas e do trabalho. Tal orientação, teria dentre suas conseqüências, o enxugamento do quadro da força de trabalho do setor industrial, mudanças no conceito e no perfil das qualificações profissionais e alterações na estrutura do emprego de maneira geral. (FIDALGO; MACHADO, 2000, p. 95-96).

Nesse sentido, era necessário que os conceitos e as instituições de formação profissional teriam que ser alterados para entrar em sintonia com as mudanças ocorridas no país e que teriam feito avançar as práticas democráticas, a participação e os direitos de cidadania de todos os brasileiros. Com isso, o termo “formação” foi substituído pelo de educação profissional, na busca de inserir essa modalidade de prática educativa, no que se chama de agenda de modernização das relações de trabalho. Dentro desse novo quadro, no qual o PLANFOR se coloca como instrumento de implementação de uma política pública de trabalho e renda, é que deve ser desenvolvida em articulação com programas de Seguro-Desemprego, de crédito popular e de intermediação de desempregados (FIDALGO; MACHADO, 2000).

O PLANFOR passa a entender

[...] que a função e a natureza pública dessa educação profissional devem ser recuperadas e consolidadas, mas atribui ao Estado o papel de simples articulador e fomentador de políticas globais, deixando para as instituições da sociedade civil todas as iniciativas de execução direta dessa atividade educacional. Tendo em vista esse conceito de centralização das diretrizes gerais e descentralização da implementação, o PLANFOR se propõe a fazer a integração dos que atuam no campo da profissionalização, estimulando sua participação e fortalecendo sua capacidade de execução. (FIDALGO; MACHADO, 2000, p. 96).

Sendo assim, as entidades que representam a ação sindical e que aos poucos abriam espaços de participação, tanto em fóruns multipartites como em conselhos tripartites paritários, conseguiram se envolver mais e mais nas questões pertinentes a essa nova modalidade chamada de educação profissional. Por conseguinte, a questão fundamental reside no fato de que essa educação profissional, trabalhada pelas centrais sindicais na verdade não rompe com os ditames da nova ordem neoliberal e de reestruturação produtiva, a qualificação promovida pelas mesmas insere num contexto que visa tornar o trabalhador mais flexível, e com isso estar apto a exercer várias tarefas no seu cotidiano para ingresso ou manutenção no

mercado de trabalho. A qualificação na realidade, tende a ser decidida no campo técnico – empresarial, ou seja, no mercado.

2.3.2 A posição da ação sindical frente o contexto da formação profissional

No plano do sistema regular de ensino, a CUT combate por um lado, concepções de formação profissional como um tipo de ação destinada àqueles que fracassaram na escola regular e refuta, por outro lado, o caráter demasiadamente generalista e teórico do ensino médio, isento de quaisquer vinculações com as questões práticas da realidade do trabalho. Para a entidade, estes enfoques espelham a dicotomia imanente às sociedades capitalistas industriais: a cisão entre teoria e prática, agravada, no caso particular do Brasil, pelo desprezo ao trabalho manual (SOUZA, 1999).

As formulações teórico-metodológicas do Projeto Nacional de Educação Profissional da CUT, fazem parte de uma construção edificada com base na confluência de três ordens, de experiências e acúmulos: as práticas e as elaborações provenientes do Projeto Integrar da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM) e das reflexões, e sistematizações realizadas no âmbito do núcleo de Educação do Trabalhador, da Secretaria Nacional de Formação desde 1996 (MANFREDI, 2002).

Manfredi (2002) expõe que embora os diferentes projetos que compõem o Projeto Nacional, com formulações próprias, existem alguns pressupostos comuns que são as matrizes com base nas quais se estruturam os diferentes currículos e as atividades pedagógicas atinentes aos programas nacionais e regionais.

O primeiro pressuposto, refere-se à centralidade do trabalho como processo fundador da existência humana, e constituinte do ser humano como ser social e cultural. O segundo, concerne a visão histórica-dialética de construção e apropriação do conhecimento. O terceiro, diz respeito à valorização das posturas críticas ante as concepções socialmente hegemônica, que dão suporte a exploração, a exclusão sócio-econômica e política e as posturas, e visões educacionais que legitimam e respaldam tais estruturas e práticas. O quarto e último, relaciona-se a valorização de trajetórias e processos coletivos de construção de experiências pedagógicas (MANFREDI, 2002).

A centralidade que as ações da CUT passaram a expressar, no âmbito da educação da classe trabalhadora, não resultou de um significativo processo de compreensão, por parte da maioria das entidades cutistas, da importância da problemática da educação básica e profissional, em decorrência de seu papel essencial para a formação integral dos

trabalhadores, tendo em vista a construção de uma reação contra-hegemônica aos ditames do Capital.

Não significou, assim, a expressão de uma plena valorização da temática educacional, mas decorreu sobretudo, de uma ênfase conferida por pelo menos duas vertentes externas: a exigência explicitada pelo capital de que a classe trabalhadora apresentasse maior grau de escolaridade e qualificação, e a política pública de formação profissional³⁶ implementada pelo governo federal, que possibilitou o acesso, por diferentes agências da sociedade civil, entre elas as sindicais, a significativos recursos oriundos do FAT (RUMMERT, 2005).

Não devemos ignorar o fato de que, ao longo da vigência do PLANFOR, embora o montante de recursos tenha se alterado de modo significativo a cada ano, comparativamente, a CUT recebeu uma parcela significativamente menor, em relação, por exemplo, ao recebido pelo Sistema S, e menos do que a Força Sindical, para realizar as ações de formação profissional. Por outro lado, é necessário registrar que, apesar disso, tais recursos eram bastante expressivos para a agência, num período de ampla retração do emprego formal e, conseqüentemente, de redução de arrecadação pelas entidades sindicais. Vários estudos demonstram que o volume de recursos destinados à CUT para o desenvolvimento das ações educativas, ao longo dos últimos anos, vem superando, em muito, o orçamento anual de várias entidades sindicais. Tal aspecto, mobilizou de forma significativa vários setores da Central, que viram no FAT uma via de ampliação de recursos para o movimento sindical (RUMMERT, 2005).

Já na Força Sindical, o debate sobre a Educação Profissional é recente (MANFREDI, 2002). A FS salienta a importância de seu envolvimento na educação profissional - produto de uma relação complementar entre a escolaridade básica e a formação profissional - a partir da necessidade dos sindicatos criarem condições que corroborem para a *empregabilidade* do trabalhador. Contudo, a garantia da *empregabilidade* não é declarada pela FS apenas como dependente das ações sindicais, na área da educação profissional, mas

³⁶ Lembrando que essas ações estão situadas no conjunto de deliberações que perpassam a reforma do Estado e que se pautam na argumentação da transferência de responsabilidades para a promoção de fortalecimentos da sociedade civil. Isso acaba por promover um processo de desobrigação do Estado para com o financiamento de políticas públicas, reforma esta, idêntica às defendidas e encaminhadas por governos que investiram na criação de mecanismos de mercado para regulação das políticas públicas (HIDALGO, 2004). Para tanto, o governo para levar adiante seu intento reformista, mormente na educação profissional, busca constituir um amplo arco de alianças que vai desde a adesão aos setores conservadores e liberais, à articulação do apoio dos movimentos sociais, que defendem o trabalho como princípio educativo, a concepção de educação profissional politécnica, a formação omnilateral e o ensino integrado que objetivam uma formação humanizadora, que visa libertação, a inclusão e a transformação social (SINDOCEFET, 2005).

também, enquanto ação paralela à criação de políticas públicas de educação, de emprego e de desenvolvimento regional. Por defender uma Educação Profissional, e não necessariamente uma Formação Profissional desarticulada do sistema regular de ensino, a FS reafirma a importância do papel desempenhado pela escola pública, gratuita e de qualidade, de forma a permitir que o trabalhador eleve permanentemente seu patamar de escolaridade (SOUZA, 1999).

Do ponto de vista das iniciativas concretas da FS na área, é importante destacar seu Programa de Educação Profissional, iniciado em Agosto de 1997, que conta com recursos do FAT. Tal programa, visa à qualificação e requalificação de trabalhadores em diversos setores da atividade produtiva, através de três linhas de atuação básicas, tais como:

- A realização de Cursos de Qualificação Profissional (cursos de informática voltados para diversos setores: metalúrgicos, vestuário, comércio, etc.), o desenvolvimento de Projetos Especiais (tendências da Reconversão Profissional da Grande São Paulo; Banco de Informação sobre a Formação Profissional; projeto Centro de Apoio e Referência ao Emprego; Negociação das Novas Competências; Educação e Trabalho; Capacitação de Dirigentes para a Orientação Profissional;
- Desenvolvimento de Metodologia para a Elaboração de Material Didático; Formação de Gerenciadores de Projetos de Formação Profissional) e a promoção de Seminários (Ações Sindicais para a orientação Profissional dos Jovens; A Negociação da Formação Profissional; As Novas Competências Laborais e a Certificação, Educação e Trabalho e; A Participação Institucional dos Trabalhadores). Objetiva, com isto, facilitar sua inserção [a do trabalhador], reinserção e/ou manutenção no mercado de trabalho. Contemplam, entre diversos aspectos, o aprimoramento profissional dos participantes e seu acesso aos conhecimentos relativos aos novos processos de trabalho, decorrentes dos avanços tecnológicos em curso no mundo da produção. (SOUZA, 1999; MANFREDI, 2002).

Dando continuidade as atividades, em 1999, segundo Manfredi (2002) a CUT captou 21 milhões em recursos do FAT atendendo assim, 47.700 pessoas. A FS, no mesmo período angariou cerca de 17 milhões e atendeu 66.900 pessoas. No ano de 2000, a

CUT recebeu 35 milhões, e com isso conseguiu fornecer treinamento para 246 mil indivíduos. Enquanto a FS que obteve 38 milhões, conseguiu treinar 175.000 trabalhadores.

Em 2001, a Secretaria de Políticas Públicas e de Emprego, liberou pelo PLANFOR cerca dos R\$189.460.385,54l. Desse montante a Central Única dos Trabalhadores angariou R\$30.000.000,00 enquanto a Força Sindical ficou com R\$36.000.000,00. A CUT recebeu em 2002, cerca de R\$35.000.000,00 e a FS recebeu R\$38.000.000,00 dos R\$ R\$185.180.000,00. Estes recursos foram distribuídos de acordo com as entidades filiadas às centrais (BRASIL..., 2000-2002).

Em 2003, quando Luiz Inácio Lula da Silva, assumiu a Presidência da República, algumas medidas, foram tomadas a fim de reordenar a estrutura sindical. Desse modo, em virtude de averiguação por parte do Tribunal da União de Contas (TCU), detectou-se irregularidades nas prestações de contas no período de 2000 a 2002 das centrais sindicais (CUT, FS, CGT, SDS). "Foi constatado, que as prestações de contas limitam-se a informar para quais executoras os recursos foram transferidos pelas centrais sindicais, faltando dados essenciais sobre a execução financeira e física, tais como quem ministrou os cursos, quando, onde e para quantos alunos, consistindo em peças que não atendem a sua finalidade precípua", informa o relator do TCU, Lincoln Magalhães da Rocha. Segundo ele, foram encontradas outras irregularidades, como a "utilização da dispensa de licitação como regra geral para contratação de executoras, as quais prosseguiram incorrendo em práticas irregulares de pagamentos antecipados e falhas no atesto da execução" (GONZALEZ, 2005).

A SPPE (Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, vinculada ao Ministério do Trabalho) repassou recursos às centrais sindicais em 2001 e 2002, antes de ter aprovado as prestações de contas dos exercícios anteriores (2000 e 2001). Em 2001 e 2002, recursos foram liberados sem o saneamento de irregularidades notificadas, o que deveria ter acarretado a suspensão das liberações.

O relator informou que dos R\$ 137 milhões destinados aos convênios em 2001, faltaram a comprovação da aplicação de R\$ 30,6 milhões. Outro problema, segundo o relator do TCU, é que o Ministério do Trabalho firmou termos aditivos no final de 2001, que aumentaram em R\$ 3,4 milhões as liberações para a Força Sindical, SDS e ICT (Instituto Cultural do Trabalho), "sob o pretexto de antecipação de metas físicas". "No entanto, quando as centrais sindicais não conseguiam comprovar parte das aplicações, a SPPE não exigia a devolução dos recursos, utilizando a justificativa de reprogramação de metas físicas para o exercício seguinte, sem formalizar aditivo especificando a nova meta." Por conta dessas irregularidades, o Tribunal Contas da União (TCU) determinou em 2003, que o Ministério do

Trabalho reexaminasse as prestações de contas dos convênios firmados com as centrais sindicais e apurasse eventual prejuízo aos cofres públicos (GONZALEZ, 2005).

Apesar de ter recebido a determinação no período para a suspensão dos repasses dos recursos do FAT, o Ministério do Trabalho só cumpriu essa decisão em Agosto do referido ano, depois de ser notificado pela Controladoria Geral da União (CGU). Dessa forma, o TCU suspendeu os recursos do Plano Nacional de Formação Profissional³⁷ (PLANFOR) para as centrais sindicais. Naquele ano, o TCU solicitou ao Ministério do Trabalho um reexame das prestações de contas das centrais, quanto ao repasse de recursos para a qualificação profissional. Também adotou medidas de controle e fiscalização dos programas de qualificação profissional, com o objetivo de acabar com as irregularidades comuns em anos anteriores (GONZALEZ, 2005).

Mesmo com tantas intervenções contrárias do TCU, o MTE repassou recursos, em 2005, para a intermediação de mão de obra, no total de R\$ 8,3 milhões, no âmbito do Programa Nacional do Sistema Nacional de Emprego (PLANSINE). Segundo Carlos Augusto, por entender que as ações de emprego foram de “seguridade social” e que referido acórdão do TCU não alcançava tal Programa. O TCU, no entanto, em entendimento alegou que a verba para intermediação de mão-de-obra também não pode ser repassada. Acatando a decisão o Ministério suspendeu as duas últimas parcelas dos recursos, no valor de R\$ 6,7 milhões. Elas seriam liberadas para o ICT e para as Centrais: FS e CUT até o final deste ano (2005). De qualquer forma, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), suspendeu os repasses dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) destinados à intermediação de mão-de-obra para as centrais sindicais, atendendo a determinação do TCU, contida no acórdão 851/2003 (GONZALEZ, 2005).

Em linhas gerais, analisamos que no decorrer da década de 1990, construiu-se de forma cada vez mais ampla, um modelo de ação sindical pautado no trinômio proposição/negociação/participação, que expressou de forma extremamente clara a “postura propositiva”, incorporada pelas Centrais no campo da qualificação profissional e da elevação de escolaridade dos trabalhadores. Em meados dos anos de 1990, tal postura adquiriu efetiva materialidade, em decorrência dos recursos disponibilizados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para a realização do Programa Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) implementado pelo MTE. Ainda merece destaque, o fato de que em muitos casos, a oferta de cursos profissionalizantes, ou de elevação de escolaridade, representou um

³⁷ Esse plano foi criado em 1995, com o objetivo capacitar trabalhadores.

caminho para os sindicatos criarem novos laços com suas bases, uma vez que os anteriores foram comprometidos ou mesmo rompidos em decorrência da hegemonia do ideário neoliberal, e do que dela adveio ou do próprio anacronismo de algumas de suas propostas e práticas (RUMMERT, 2005).

Em suma, a proposta residiu em apresentar as tendências do movimento operário brasileiro com a educação, para melhor compreender as ações das centrais sindicais, hoje, no que diz respeito ao trato com a educação geral, profissional e sindical. Contudo, com relação a educação profissional verifica-se um atrelamento da idéia apregoada por capitalistas, empresariado e das agências internacionais, no sentido de formar um “novo trabalhador”. Tanto que as centrais captaram um montante considerável de recursos para dar continuidade aos possíveis trabalhos.

Dessa forma, a seguir versaremos a respeito das propostas de qualificação das centrais sindicais (CUT e FS), para enfrentamento do novo cenário da reestruturação produtiva no Paraná, privilegiando a região de Londrina analisando a relação trabalho e Educação Profissional dentro do projeto neoliberal, propostas de qualificação (educação) para os trabalhadores, oriundas do capital e implementada pelo Estado no período que compreende 1998 a 2002, respectivamente, no Estado do Paraná.

3 AS PROPOSTAS DE QUALIFICAÇÃO DAS CENTRAIS SINDICAIS (CUT E FS) PARA ENFRENTAMENTO DO NOVO CENÁRIO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO PARANÁ

No Brasil, na década de 1970 o movimento sindical emergente possuía uma perspectiva classista. Essa fase caracterizada de *novo sindicalismo* formou-se mediante um crescimento extraordinário das organizações destinadas aos trabalhadores em resposta ao avanço do capital. Vimos que nos anos 1980 houve uma expansão desse movimento, enquanto no contexto internacional os movimentos já estavam passando por um período de refluxo (BILEK, 2004).

Sendo assim, aos poucos o movimento sindical brasileiro acaba se transformando e abandona o enfrentamento, acompanhando as tendências do sindicalismo internacional no sentido de atuar como gestor (BILEK, 2004). Isso ocorre à medida que as políticas neoliberais conseguem limitar a ação dos movimentos sindicais, adequando-os a reformas. Os sindicatos não se apresentam mais como um núcleo capaz de garantir condições mínimas de segurança e previsibilidade no ciclo de vida dos trabalhadores. Por conta disso, podemos entender porque a ação sindical, a partir dos anos 1990 destaca o caráter propositivo³⁸. Dentro dessa roupagem, novos elementos norteiam e provocam o deslocamento das principais ações do movimento sindical para o plano das políticas públicas.

Dessa forma, novas relações entre Estado-Empresa-Sindicatos se recolocam, sobretudo na lógica da administração dos fundos públicos destinados a qualificação da força de trabalho. Central Única dos Trabalhadores e Força Sindical, vão inserir em suas práticas educativas, cursos de curta duração que buscam preparar trabalhadores polivalentes e/ou empreendedores, ou seja, promovem cursos de “qualificação” que não inserem uma leitura crítica sobre a realidade do trabalhador e do contexto do trabalho.

³⁸ Boito salienta o que seria a passagem de um sindicalismo de massa e de confronto para um sindicalismo neocorporativo de participação, apontando a trajetória da Central Única dos Trabalhadores (CUT), como exemplar dessa mudança: “[a CUT] desde o seu surgimento como movimento de massa em 1978, transitou de um sindicalismo que ‘tendia’ à ação unificada de amplos setores das classes trabalhadoras, contra a política de desenvolvimento pró-monopolista e pró-imperialista do Estado burguês brasileiro – ou, pelo menos, contra a política salarial que era um aspecto fundamental da política de desenvolvimento – para uma ação sindical na qual os diferentes setores das classes trabalhadoras isolam-se em suas reivindicações específicas, desenvolvem uma nova segmentação corporativa, e procuram reduzir as perdas de seu setor particular numa conjuntura de crise, mesmo quando a redução das perdas implica a aceitação ativa da política de desenvolvimento pró-monopolista e pró-imperialista” (BOITO, 1994 apud ALVES, 2000).

Esse quadro se constitui, uma vez que a ação sindical vê que o desemprego crescente tende a reforçar a ausência de negociação com os trabalhadores, diante das formas e conseqüências da reestruturação produtiva. A partir do momento em que ocupa uma posição defensiva, a ação sindical brasileira obriga-se a reconfigurar seus espaços de ação. Dessa forma, buscou outros campos de atuação, como na definição das políticas públicas para qualificação da força de trabalho, sobretudo, daquela colocada na reserva, ou seja, no desemprego.

Rodrigues (apud ALVES, 2000), em trabalhos anteriores, já indicava que a partir de uma perspectiva liberal, o novo cenário do capitalismo global (no qual o Brasil está integrado) colocava vários desafios. Assim, as lideranças sindicais brasileiras deveriam preparar-se para atuar num cenário novo e instável, que lhes colocaria muitos desafios numa conjuntura econômica particularmente difícil. Desse modo, a mesma flexibilidade que se impõe aos empresários ante os requisitos trazidos pelas novas tecnologias e mudanças gerais do mercado, impõem-se às lideranças sindicais. A outra observação do mesmo autor é de que, diante das transformações estruturais na economia e na sociedade capitalista, no limiar do século XXI (a partir de 2000), o sindicalismo no Brasil tende cada vez mais a incorporar, para si, a lógica do capital. Ou seja, perder os seus vínculos históricos com o movimento social de contestação à dominação capitalista (o que já ocorre nos principais países capitalistas desenvolvidos)

Ao partir para a qualificação profissional CUT e FS, de certa forma não rompem com a perspectiva proposta pelo neoliberalismo, apesar das intensas discussões sobre quais os objetivos da CUT e da FS, no que se refere à formação profissional. Talvez isso ocorra porque a noção de qualificação, proposta pela educação profissional prende-se à flexibilização das relações de trabalho, e a compreensão pelas centrais, de que se faz necessário a apropriação pelos trabalhadores de conhecimentos que tornem o indivíduo apto a exercer vários tipos de funções no meio produtivo, não o instigando ao aprendizado dos saberes e fazeres técnicos/teóricos das profissões em questão (SOUZA, 2002).

Esses dados são identificados no próprio discurso das lideranças de filiados ou ex-filiados as centrais CUT ou Força Sindical.

Vejamos essas falas:

“[...] em parte, eu acho que em parte e não totalmente porque não depende só da qualificação e não acho que é só a qualificação, que vai, vamos dizer o seguinte, melhorar as condições do trabalhador é um conjunto de situações que vai fazer isso ficar um pouquinho melhor [...].”
(Entrevistado 1- filiado a FS).

“[...] é muito difícil assim, você medir a eficácia desses programas de qualificação. O tema, por ser difícil de medir a eficácia, já significa que tem algo que é para ser repensado, pois quando uma coisa é eficaz, você sabe que é eficaz desde o início, desde o planejamento, então coloca dúvidas com relação à eficácia desse tipo de programa, porque pra mim, enquanto dirigente sindical eu penso que esses cursos de qualificação, de formação, não de requalificação, mas de formação mesmo, tem que tá, inserido direto na sociedade [...].” (Entrevistado 4- filiado a FS).

O detalhe em questão reside no fato de através da atuação da ação sindical junto a educação, principalmente a profissional, nesse tempo de crise do capital, crise do trabalho e crise do Estado - que não consegue implementar políticas junto ao capital, para gerir postos de trabalho, muito pelo contrário, as medidas tomadas são no sentido de eliminar tais postos - se verifica que não há um rompimento com os pressupostos ideológicos presentes e inculcados no processo educativo.

Quando analisamos a proposta dos cursos elaborados pelas centrais estudadas, observamos que a formação profissional está voltada a preparar:

[...] o trabalhador para o processo capitalista, para o trabalho alienado, [...] através de formas de organização do trabalho dividido, de estratégias administrativas, tais como rotatividade interna, alargamento da tarefa e nível de participação nas decisões, treinamento para a execução do trabalho [...]. Com isso, o objetivo central é a constituição de um trabalhador que combine a posse de um conjunto de habilidades técnicas necessárias [...] a um conjunto de condutas convenientes, de modo a assumir, o mais espontaneamente possível, sua função de trabalhar alienado ao mesmo tempo em que assegure as condições necessárias à sua própria reprodução. (KUENZER, 1989, p. 77-78).

A educação profissional, configura-se dentro de um projeto no qual toda a articulação e elaboração das políticas públicas no campo social estão marcadas pela presença dos enfoques economicistas da Teoria Capital Humano³⁹, resgatando a relação entre educação e desenvolvimento econômico no contexto histórico do capitalismo, engendrado pela regulação fordista. A educação passa a ser analisada dentro de novas perspectivas, com

³⁹ O cerne da Teoria do Capital Humano consiste na consideração de que o somatório imputado à produtividade do estoque de capital físico, e estoque de trabalho da economia, ao longo de determinado tempo, corresponde apenas a uma parcela do crescimento econômico [...] a Teoria do Capital Humano pretende complementar os fatores explicativos do desenvolvimento econômico, segundo a concepção neoclássica, dando sua interpretação à alta de salários do fator trabalho nos países mais desenvolvidos na época de ouro do capitalismo e explicando o nível individual, os diferenciais de renda (FRIGOTTO apud SOUZA, 2003). De acordo com os princípios dessa teoria, largamente divulgada e discutida nos meios acadêmicos, a estreita relação entre qualificação/força de trabalho e crescimento é evidente, na medida em que a aquisição de conhecimentos leva a um aumento de produtividade, à elevação de renda do trabalhador, e conseqüentemente, ao desenvolvimento da sociedade como um todo. Desse modo, os trabalhadores transformam-se em capitalistas na medida em que, ao investirem na aquisição de conhecimentos, eles se tornam proprietários de capacidades economicamente valiosas (FARTES, 2000).

alicerce e viés de desempenho no mercado, cuja expansão potencializa o crescimento econômico, ou seja, formula-se um novo paradigma educacional imposto pela globalização e o ajuste neoliberal.

Na concepção de Debrey (2003, p. 31):

Ambos de caráter seletivo e excludente, impostos num momento em que o modelo fordista de produção entra em declínio, para ceder lugar ao modelo toyotista de organização do trabalho e da produção capitalista. Essa nova realidade, mistificada e fetichizada podem colocar profundos obstáculos a educação básica [...] pelo interesse de ideólogos da globalização em manter uma educação reificada e instrumentalizada, a serviço do mercado e dos homens de negócios.

Dentro da versão renovada da Teoria do Capital Humano, o conhecimento não pertence mais ao indivíduo, tampouco é pensado a partir do mesmo. A empresa é quem deve tratar de adquirir todo o capital humano que possa aproveitar. Assim, há exigência de indivíduos flexíveis que possam ser utilizados para depositar e reproduzir conhecimento útil para o capital. Um dos entrevistados faz a seguinte observação:

“Eu acho quem tem que qualificar é o capital, porque o trabalhador vai ser subordinado a ele, nós achamos que o capital tem que fazer qualificação para esse tipo de trabalhador.” (Entrevistado 6 - filiado a CUT).

Contudo, a fim de se eximir da responsabilidade, empresários e Estado formulam um novo paradigma educativo ditado pelas agências internacionais⁴⁰, remodelando o campo jurídico estatal no processo de construção dos parâmetros educacionais a serem apropriados pelo capital.

Através desse campo jurídico estatal, intensifica-se a alienação do sujeito, a instrumentalização da razão ou ainda a reificação e a ideologização das relações sujeito-

⁴⁰ No caso brasileiro, sob recomendação do Banco Mundial o poder público passou a priorizar investimentos no ensino fundamental, para que este pudesse ser complementado por qualificação profissional de curta duração e baixo custo. No que concerne às ações de educação profissional, considerada processo prolongado e caro, a recomendação é de que sejam repassadas, progressivamente, para a esfera privada (KUENZER, 1999). Dessa forma, ancorada nos diversos fatores oriundos da crise estrutural do capitalismo e as suas mutações sistêmicas intrinsecamente expressas, a nova LDB brasileira (9394/96) é aprovada com unanimidade. Partilhando das recomendações internacionais, o governo brasileiro procurou articular um grande consenso nacional envolvendo empresários e trabalhadores em torno de novos requisitos educacionais, demandados tanto pela produção quanto pela sociedade. A aprovação e a sanção ocorrem sem nenhum veto, não correspondendo às aspirações alimentadas em quase duas décadas, de elaborar um ensino que viesse propor conscientização ou preparar o indivíduo de forma a permitir que este tenha outras escolhas na vida, além do trabalho. A nova lei seguiu os ditames expressos pela reconfiguração e reestruturação reprodutiva no Brasil, ou seja, o Estado passou a organizar-se e executar as leis de acordo com o contexto de mudança do quadro econômico e político mundial. O apelo à comunidade, foi reiterado pela campanha televisiva Amigos da Escola. Esse deslocamento de responsabilidade, do governo para a sociedade civil, estava previsto na Lei 9394/96 que mudou o conceito de educação para o de formação (SHIROMA, 2000).

objeto, a não consciência crítica do real. Tem-se a construção dos parâmetros educacionais edificadas - com o auxílio dessas agências (Banco Mundial, BIRD) – através da conexão entre conhecimento e ordem, constituindo assim, um núcleo sólido para as proposições e formulação das diretrizes educacionais na década de 90. Projeta-se na educação o campo para a formação deste cidadão que tem como função ajudar a expandir o capital, e assim consumir as necessidades por ele criadas (LEHER, 1999).

Com a abertura e seguimento aos pressupostos das agências internacionais, delibera-se, como já foi visto, e incorpora-se à educação profissional um complemento e um estímulo para a suplência de educação. Para Fidalgo e Machado (2000, p. 97) “[...] alimenta-se, ainda, a expectativa de que esta educação profissional seja organizada a partir de bases contínuas flexíveis e que, contemplem alternativas de aprendizagem, de qualificação e de especialização.”

Contudo, observamos em estudos anteriores,⁴¹ um quadro em que as propostas de qualificação elaboradas pelo capital e implementadas pelo estado, principalmente no Estado do Paraná perpassam as noções de flexibilização ou inserção de conhecimentos, que venham a tornar o estudante apto a exercer vários tipos de trabalho no meio produtivo. A proposta de racionalizar os custos sociais, ou seja, proposta apregoada pelas agências internacionais (BIRD e Banco Mundial) de que a sociedade deveria arcar com os custos de alguns setores educativos, incluindo a educação profissional.

Nesse sentido, a ação sindical passa a ser parceira e executora dessa política, ofertando cursos de curta duração, com pouca atenção a escolaridade básica e sem atentar para a necessidade de articular conteúdos básicos e específicos. Apesar de constar em alguns documentos, principalmente da CUT a preocupação de que:

[...] os programas de educação profissional para a formação, qualificação e requalificação, desenvolvidos no âmbito da CUT, devem viabilizar a

⁴¹ Na monografia Ensino Profissionalizante nas Políticas Educacionais no Brasil e no Paraná: um estudo de caso do Centro Estadual de Educação Profissional – CEEP- Prof^a Maria do Rosário Castaldi (2002), pesquisamos a acentuação da interferência das leis de mercado dentro do sistema educativo, analisando o impacto das políticas educacionais na Educação Profissional e assim avaliando sua repercussão no ensino técnico do Estado do Paraná, considerando a preparação para a inserção dos jovens na Educação Profissional, de forma a capacitar e qualificá-los. Nesta pesquisa verificamos que, a realidade que supostamente originou a necessidade de redefinição da Educação profissional de Nível Técnico no final da década de 90, não resolveu o problema de inserção no mercado de trabalho, já que há o acirramento da competitividade e a falta de postos de emprego no mercado de trabalho, além de estimular a privatização dessa modalidade de ensino. As ofertas de emprego ou de ocupações no setor formal estão diminuindo cada vez mais, particularmente no setor industrial, dada às características estruturais da etapa de desenvolvimento das forças produtivas. Os cursos ofertados em nível pós-médio, pelo CEEP Castaldi cumprem predominantemente “funções ideológicas,” de justificação do “novo” mercado de trabalho, incentivando o desenvolvimento de atributos para o empreendedorismo. Negligenciando explicitamente funções de desenvolvimento dos fundamentos científicos do processo de trabalho, ou seja, os conteúdos e as práticas consideradas modernas no tão divulgado “novo” mercado de trabalho.

recuperação da educação básica e a elevação da escolaridade dos trabalhadores, investindo no desenvolvimento e aprofundamento de metodologias próprias que articulem a educação básica com a formação profissional; convertam-se em modelos alternativos ao governamental e possibilitem a disputa na sociedade para a educação que os trabalhadores concebem e defendem. (CUT, 1999).

Por isso, no presente capítulo pretendemos responder alguns argumentos que nos despertaram um profícuo interesse pela temática: relação Trabalho e Educação Profissional dentro do projeto neoliberal e propostas de qualificação (educação) para os trabalhadores, oriundas do capital e implementada pelo Estado, no período que compreende 1998 a 2002.

Analisaremos, respectivamente, o Estado do Paraná⁴², visto que o desemprego estava bem acentuado. Dessa forma, de acordo com esse contexto procuramos observar quais foram as principais ações da ação sindical, de forma a envolver os trabalhadores, contra o mesmo. Contudo, nossa análise irá privilegiar como estudo de caso a região de Londrina.

3.1 As lideranças sindicais paranaenses e os cursos de qualificação ofertados aos trabalhadores de 1998 a 2002.

Antes de expor a compreensão das lideranças sindicais, sobre os cursos de qualificação, vamos pontuar o porquê optamos por entrevistas. Tivemos por objetivo compreender os meios e o processo que acarretou as mudanças na relação trabalho e educação profissional dentro do projeto neoliberal, juntamente com as respostas dadas pela ação sindical. Buscamos a análise, relacionando-a com as perspectivas que permeiam o debate sobre as políticas sociais.

O material fornecido pelas entrevistas abertas permitiram que pudéssemos fundamentar a análise do objeto levantando as condições objetivas (transformações no padrão de acumulação capitalista que sempre impõem novas formas de intensificar a exploração dos trabalhadores), bem como, as condições subjetivas (as propostas que estão sendo implantadas pela ação sindical no sentido de respaldar os pressupostos neoliberais dentro desse estágio, de regulamentação e acumulação do capitalismo e as conseqüências que estas propostas estariam

⁴² Os indicadores econômicos do Estado pontuam que cerca de 12% da população estava desempregada (550 mil pessoas) em 2005, quando em 1995 e 1999, respectivamente, esse número era de 265 mil e 450 mil. No período, o índice de desemprego no Paraná cresceu acima de 70%, e mesmo considerando os principais fatores que levaram a esse quadro, como o baixo crescimento da economia, o aumento da produtividade sem elevação de salários, a baixa competitividade no mercado externo, os juros altos e a carga tributária (DIEESE, 2005).

acarretando na base da ação sindical, as disposições, as idéias dominantes, as críticas a esse estágio da regulamentação, o alcance dessas críticas).

Assim, trabalhamos com a historicidade dos processos simultaneamente às suas particularidades internas, preservando suas especificidades (PAULO NETTO, 1996). Os estudos revelaram que as raízes da crise sindical atual podem ser compreendidas a partir das transformações no padrão de acumulação capitalista, que sempre impõem novas formas de intensificar a exploração dos trabalhadores. Portanto, quando falamos em gênese histórica e particularidades do processo, estamos falando que a “parte” educação e ação sindical, compõem um movimento histórico maior (a totalidade), que pode ser apreendido no desenvolvimento do capitalismo. A “parte” se constitui no “todo”, e obviamente, compõe e contribui para a constituição do “todo”.

Dessa forma, no limiar do século XXI, a ação sindical enfrenta os impasses e desafios postos pelo processo de reestruturação, se preocupando, em particular com a educação profissional do trabalhador. A atuação em questão vem se delineando pela antecipação de propostas no âmbito das políticas públicas, e de intentos de intervenção nas iniciativas empresariais dirigidas à área, com isso os trabalhadores paranaenses não estão fora desse contexto.

Podemos agrupar as iniciativas das ações sindicais, no que se refere a educação profissional, em três tipos distintos. O *primeiro grupo* das iniciativas educativas que não se diferenciam dos cursos regulares conveniados, ora com o Senai, Sesc, Sesi etc., ora com os órgãos públicos (governos municipais, estaduais etc.) e entidades assistenciais; o *segundo grupo*, os de iniciativas que surgem a partir dos anos 90, autônomas em relação às estruturas e propostas institucionais.

Tais iniciativas, poderiam ser classificadas da seguinte maneira, quanto aos objetivos a que se propõem e ao público a que se destinam: *Subgrupo A* – iniciativas na perspectiva da chamada "formação contínua", destinadas aos trabalhadores empregados, com o objetivo de capacitá-los para novas qualificações (em decorrência das mudanças tecnológicas e novas formas de organização e gestão do trabalho) e/ou melhorar suas condições de concorrer no mercado de trabalho; *Subgrupo B* – iniciativas de reciclagem para trabalhadores desempregados; *Subgrupo C* – cursos técnicos regulares para jovens (em idade escolar) voltados para os filhos dos associados e abertos à comunidade local; *Subgrupo D* – cursos de formação profissional, de caráter mais intensivo, destinados à população adulta de baixa renda (de caráter intensivo) na comunidade; *Subgrupo E* – iniciativas de alfabetização para jovens e adultos; *Subgrupo F* – iniciativas de formação profissional voltadas para as

necessidades da própria organização: programa de cooperativas do Movimento Sem Terra. Essas iniciativas, em termos de abrangência, embora abarquem uma gama diferenciada de propostas e atividades no campo da formação profissional, ficam restritos àquelas promovidas pelos maiores sindicatos dos grandes centros urbano-industriais.

Já o *terceiro grupo* inclui as escolas estruturadas e reconhecidas pelos órgãos educacionais competentes, mas que, por serem mantidas com recursos de entidades sindicais de trabalhadores, cujas diretorias promoveram discussões políticas sobre sua natureza e função, estão passando por processos de reestruturação e redimensionamento. Idealizadas para atender prioridades político-culturais que fazem parte do horizonte dos trabalhadores, estão sendo reestruturadas com a introdução de inovações curriculares, metodológicas e nas formas de gestão. Tais experiências, recentes e embrionárias, na concepção de Souza (2005, p. 19):

[...] são numericamente pouco expressivas e revelam a preocupação política de setores mais organizados do movimento sindical brasileiro em se envolverem com a elaboração de propostas em defesa da escola popular e pública, capaz de atender aos interesses da classe trabalhadora brasileira, criadas a partir de seus espaços de governabilidade.

Contudo, no Estado do Paraná, observamos que as atuações do movimento sindical (Força Sindical e Central Única dos Trabalhadores) inserem no primeiro grupo. São cursos já ofertados por setores da área privada, ou seja, do Sistema S (SENAR, SENAC, SESI, SENAT, SESC).

Para entender como a ação sindical atuou no período analisado conversamos com 16 lideranças sindicais. No entanto, foram feitas apenas 08 (oito) entrevistas. Tivemos dificuldades em encontrar as lideranças sindicais filiadas CUT que participaram da organização dos cursos na época, pois quando procurados estavam com muitos compromissos de trabalho.

Os sindicatos filiados a Força não demonstraram nenhuma resistência em responder as questões. Dessa forma, foram entrevistadas seis lideranças de sindicatos filiados a Força Sindical (Sindicato dos Empregados de Condomínio e Imobiliários de Londrina e o Sindicato dos Empregados do Comércio, Hotelaria e Similares de Londrina⁴³; Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Gráficas do Estado do Paraná; Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação de Londrina (SIEMACO); Sindicato dos Empregados em Empresas de Refeições Coletivas, Regiões Norte e Oeste do Paraná; Sindicato dos

⁴³ Os dois representantes acompanharam a entrevista, mas apenas uma mencionou sobre os cursos.

Metalúrgicos de Londrina). E duas lideranças sindicatos filiados a CUT, do Sindicato dos Bancários de Curitiba e 01 (uma) liderança do Sindicato dos Bancários de Londrina e membro da Federação dos Bancários representando as regiões de Apucarana, Cornélio Procópio e Arapoti. Enfatizamos que a proposta apresentada consistiu em entrevistar lideranças sindicais que estivessem envolvidas com os trabalhadores da área privada, ou seja, aqueles que não têm estabilidade no emprego e estão em constante risco de perder o trabalho.

3.2 Contradições nas falas das lideranças sindicais sobre as ações das centrais na oferta de cursos de “qualificação”

Ao percorremos os sindicatos londrinenses, observamos que as ações das centrais no tocante a oferta de cursos de formação profissional ofertados na região, atenderam alguns sindicatos. Veja que as centrais não conseguiram atender de forma equitativa todos os sindicatos filiados, apesar de que segundo THOMAZ Junior (2000) desde que o governo FHC reordenou a educação e suas diretrizes, as principais entidades sindicais, com destaque para as centrais, se inserem para disputarem algumas fatias do bolo⁴⁴ do FAT/PLANFOR que, aliás, significou elevada monta de recursos.

Mediante o quadro, fomos buscar sindicatos que teriam passado pela experiência de montar turmas para atender as especificações das centrais. Em Londrina os Sindicatos filiados a CUT, exceto o sindicato dos bancários, são em maioria, sindicatos dos trabalhadores dos serviços públicos, por isso as falas sobre as experiências com cursos de qualificação são de lideranças sindicais dos bancários.

⁴⁴ Conforme informações divulgadas pelo CODEFAT, somente no ano de 1999, a distribuição de recursos entre as centrais foi a seguinte: Força Sindical (FS) R\$18 milhões, Central Única dos Trabalhadores (CUT - R\$ 16,5 milhões, Central Geral dos Trabalhadores (CGT) - R\$5 milhões e a inexpressiva SDS, R\$ 4 milhões). Já em 2000 a CUT recebeu 35 milhões, enquanto a FS que obteve 38 milhões. Em 2001 a CUT recebeu R\$30.000.000,00 e a Força Sindical ficou com R\$36.000.000,00. No último ano 2002, antes do governo Lula fazer os cortes, a CUT recebeu cerca de R\$35.000.000,00 e a FS embolsou R\$38.000.000,00 (vide capítulo dois).

Os sindicatos filiados a Força Sindical ⁴⁵ são da área privada ⁴⁶.

Em princípio, pretendíamos averiguar a participação dos sindicatos filiados às centrais: CUT e da Força Sindical, a fim de verificar a participação desses sindicatos no processo de expansão dos Programas de Educação Profissional do PLANFOR. O resultado foi no mínimo interessante.

O Sindicato dos Bancários filiado a CUT, ofertou cursos de qualificação aos seus filiados até meados de 2000, após esse período permaneceram com os cursos de formação para formadores. Isso se deu em virtude de contratempos, e a liderança entrevistada expôs que:

“[...] conseguimos os recursos e o funcionamento que foi um pouco complicado, porque, agora eu não sei como está, era aprovado o projeto e aí o projeto ia pra... como é que chama quando abre concorrência pública, para licitação para as empresas, que iam concorrer e era o menor preço que ganha. Então o que acontecia é que nós tínhamos a demanda, só que a gente não conseguia acompanhar a qualidade desses, exigir a qualidade, porque em cima daquela demanda, a secretaria abria o processo de licitação, a empresa que ganhava era de menor preço, e muitas vezes, nós do sindicato que tinha a maior demanda, tinha que arcar com materiais, com tudo, e a empresa venceu a licitação, mas não oferecia qualidade dos cursos. [...] como é prazo aí vencia, por exemplo, o processo de licitação demorava pra sair, a gente já tinha a lista de demandas lá, aí o curso de repente aprovava e vinha o recurso você tinha, a secretaria tinha aquela obrigação de gastar em dois meses, um curso de 70 hs, 90 hs tinha que ser dado em um mês, então foi bastante complicado isso. Tinha turmas que a gente tinha que remanejar, e os sindicatos, os 10 sindicatos tiveram problemas, porque com a menor eles tinham que arrumar estrutura desde xerox até oferecer café né, espaço, lanche pra pessoas e avaliação que a gente fez por isso mesmo.” (Entrevistado 8- filiado a CUT).

Além de não romper com os propósitos de dar mais conhecimentos ao trabalhador para facilitar a sua exploração do trabalho, os recursos liberados esbarravam na

⁴⁵ Enfim, a parceria entre capital e trabalho é o horizonte máximo da Força Sindical. O sindicalismo de enfrentamento deve ser substituído pela busca de harmonia, tanto quanto possível, entre assalariados e proprietários. De forma sintética, pode-se dizer que um sistema satisfatório de relações entre capital e trabalho deve ser capaz de propor mecanismos de arbitragem eficientes entre os interesses de trabalhadores e empresários e entre os interesses destes grupos sociais e o Estado, induzir ganhos de produtividade e criar condições para que esses aumentos sejam, pelo menos em parte, apropriados pelos trabalhadores através do aumento do salário real. Também a noção de cidadania abraçada pela Força Sindical é muito parecida com aquela esposada pela formalidade liberal, que faz abstração das determinações mais agudas (ou seja, as distintas posições decorrentes da estrutura de classes) dos chamados agentes econômicos (GRACIOLLI, [s.d.]).

⁴⁶ Quanto a não presença de sindicatos do funcionalismo público isso decorre em virtude da Força Sindical ter se constituído com uma prática política que defendia as privatizações, a desregulamentação do mercado de trabalho, das reformas da previdência do setor público e da reforma administrativa, sem falar que no momento da adesão dessa central ao neoliberalismo, havia toda uma campanha com a finalidade de depreciar a figura do funcionário público, para privatizar todas as empresas estatais (TRÓPIA, 2002).

lentidão da burocracia. Nesse sentido, a Federação achou importante tomar o seguinte procedimento.

“A avaliação que a gente teve assim que era muito ruim assim, foi bom em certo ponto, trouxe né, os bancários viram um outro papel do sindicato, papel de cidadão, mas a utilização desses recursos a gente achou muito precária, [...] nós lá da FETEC não demos continuidade por conta disso assim, e o que a gente buscou fazer com os sindicatos é buscar outras formas de dar essa qualificação profissional, que é fazer é parcerias com entidades escolares, fazer credenciamentos assim né, e oferecer pros bancários sócios uma forma de convênios com várias entidades de formação e tal, e acho que isso acho que trouxe um melhor resultado.”

(Entrevistado 8 - filiado a CUT).

Nota-se que o problema residiu no fato dos sindicatos não ter conseguido em tempo hábil, pegar os recursos e assim aplicar a formação em questão, ou seja, os cursos de inglês, espanhol, informática. A preocupação foi interromper os cursos por conta das dificuldades acarretadas pelos trâmites burocráticos, e não porque estava dando continuidade ao discurso oficial, pelo contrário.

“Era muito ruim assim, foi bom em certo ponto, trouxe né, os bancários viram um outro papel do sindicato, papel de cidadão, mas a utilização desses recursos a gente achou muito precária [...].” (Entrevistado 8 - filiado a CUT).

Cursos esses que não aparecem com a preocupação, pelo menos no discurso da liderança, em ter conteúdos que se oponham ao conceito neoliberal da empregabilidade, ou mesmo com a recuperação da educação básica e a elevação da escolaridade dos trabalhadores, investindo no desenvolvimento e aprofundamento de metodologias próprias, que articulem a educação básica com a formação profissional, para que se convertam em modelos alternativos ao governamental e possibilitem a disputa na sociedade para a educação que os trabalhadores concebem e defendem. O diferencial foi que passaram a encaminhar os trabalhadores para fazerem os cursos com outras entidades, provavelmente o Sistema S (SENAR, SENAC, SESI, SENAT, SESC).

Percebemos, por conseguinte, que a ação sindical cutista nesse caso, tende a “reforçar” os principais pressupostos neoliberais tão apregoados e inseridos no contexto de reestruturação produtiva. Isso acontece porque a noção de qualificação, proposta pela educação profissional, prende-se à flexibilização do mundo do trabalho e à apreensão de conhecimentos que tornem o indivíduo apto a exercer vários tipos de funções no meio produtivo, não instigando um aprendizado dos saberes e fazeres técnico-teóricos das profissões em questão (SOUZA, 2002).

Contudo, encontramos sindicatos que se desfilaram e estão ligados, agora, a outras centrais, ou são autônomos. A Força Sindical foi a central que mais teve perda de filiados. Encontramos uma lista no site da Força Sindical que mostra sindicatos filiados, desses havia informações de 10 sindicatos filiados.

REGIONAL NORTE			
Entidade	Categoria	Presidente	Cidade
SIND.TRAB.IND.VESTUARIO APUCARANA E REG.	INDÚSTRIA	MARIA LEONORA BATISTA	APUCARANA
SIND.TRAB.IND.ALIM.APUCARANA E REGIAO	ALIMENTAÇÃO	ERNANE GARCIA FERREIRA	APUCARANA
SIND.SERV.PUBL.MUN.ARAPONGAS	PÚBLICO	CARMEM SUELI MAZARON	ARAPONGAS
SIND.TRAB.IND.ALIM.ARAPONGAS E ROLANDIA	ALIMENTAÇÃO	NATALINO PINHEIRO BARBOSA	ARAPONGAS
SIND.TRAB.RURAI S FIGUEIRA	RURAL		FIGUEIRA
SIND.TRAB.IND.FABR.ALCOOL JACAREZINHO	INDÚSTRIA	JOSE RAMOS VASCONCELOS	JACAREZINHO
SIND.TRAB.IND.FABR.ACUC.ALIM.JACAREZINHO	ALIMENTAÇÃO	VANDERLEY GOMES REZENDE	JACAREZINHO
SIND.EMPR.EMP.ASSEIO CONSER.LONDRINA E REGIÃO	ASSEIO	IZABEL APARECIDA DE SOUZA	LONDRINA
SINDICATO NACIONAL DOS APOSENTADOS DE LONDRINA	APOSENTADOS	ANTONIO DIAS LOBATO	LONDRINA
SIND.EMPR.CONDOMINIOS E IMOB.DE LONDRINA**	TURISMO	JOÃO DE DEUS CORREIA	LONDRINA
SIND.EMPR.COM.HOTEL.SIMILARES LONDRINA**	TURISMO	FRANCISCO PEREIRA DOS SANTOS	LONDRINA
SIND.TRAB.IND.GRAFICAS EMP.JOR.LONDRINA**	INDÚSTRIA	REGINALDO CESAR DE CAMPOS	LONDRINA
SIND.EMPR.EMP.REF.COL.REG.NOR.OESTE PR. **	OUTROS	DORIS ANDRADE DA CRUZ	LONDRINA
SIND.TRAB.IND.FIAÇÃO TECELAGEM LONDRINA **	INDÚSTRIA	CARLOS ROBERTO DUARTE	LONDRINA
SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE LONDRINA**	METALÚRGICO	SEBASTIÃO RAIMUNDO SILVA	LONDRINA
SIND.TRAB.IND.ALIM.AFINS C.S.LONDRINA	ALIMENTAÇÃO	FRANCISCO CARLOS FERREIRA	LONDRINA
SIND.EMPR.POSTO COMB.DER.PETR.LONDRINA	DIVERSOS	VERA LUCIA SILVA	LONDRINA
SIND.TRAB.IND.ALIM.PORECATU	ALIMENTAÇÃO	CELSO FERNANDES DE MATTOS	PORECATU
SIND.TRAB.IND.ALIM.AFINS JAGUAPITÁ	ALIMENTAÇÃO	CLAYSON RAMOS MATTOS	JAGUAPITÁ
SINDICATO NACIONAL DOS APOSENTADOS DA FORÇA SINDICAL CORNELIO PROCOPIO	APOSENTADOS	MAURO DE PAULA RAMOS	CORNELIO PROCOPIO

Fonte: <http://www.forcasindical-pr.org.br/index.php?endereco=entidades.php&edregional=3>

**** Sindicados filiados a Força Sindical que atenderam a pesquisadora**

No total entrevistamos oito representantes de sindicatos. Sendo que desses, quatro sindicatos estavam se desfilando da FS. O Sindicato dos Empregados de Condomínio e Imobiliários de Londrina, o Sindicato dos Empregados do Comércio, Hotelaria e Similares

de Londrina, Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Gráficas do Estado do Paraná e o Sindicato dos Empregados em Empresas de Refeições Coletivas, regiões Norte e Oeste do Paraná. Apenas o sindicato dos gráficos não havia oficializado o descredenciamento da Força Sindical.

Os motivos de desligamento são variados, contudo apenas um quis registrar o porquê da saída da entidade da Força Sindical.

“Na verdade a gente continua lá com proposta de filiação, lá tem lá só que a gente não cumpre, já não tá mais participando, até porque as centrais, elas monopolizaram os comandos Rio - São Paulo, ela é voltada mais para o sindicato dos metalúrgicos, então coisa, ela não vem de encontro aos anseios do trabalhador gráfico. Então, nos achamos por bem nós ausentarmos temporariamente, até pra ver o que vai se decidir futuramente, o que vai acontecer com as centrais, hoje elas já estão legalizadas, vamos ver o que, qual vai ser as ações delas daqui pra frente.”
(Entrevistado 2 - filiado a FS)

Ao perguntarmos sobre a atuação da ação sindical na oferta dos cursos observamos que as ações das centrais sindicais não apenas em Londrina, mas em outras regiões eram ou são, em sua maioria, pertencentes ao *Subgrupo A* – iniciativas na perspectiva da chamada "formação contínua", destinadas aos trabalhadores empregados, com o objetivo de capacitá-los para novas qualificações (em decorrência das mudanças tecnológicas e novas formas de organização e gestão do trabalho) e/ou melhorar suas condições de concorrer no mercado de trabalho; e ao *Subgrupo C* – cursos técnicos regulares para jovens (em idade escolar) voltados para os filhos dos associados e abertos à comunidade local.

Vejamos que, os sindicatos filiados a Força Sindical ao utilizar os recursos do FAT, ofereceram cursos na chamada formação contínua, e na realidade esses cursos, no período analisado, segundo as lideranças foram destinados para:

“[...] todas as áreas. Tinha para área de turismo, hotelaria, alimentação, metalúrgico tinha várias áreas. Cursos de telemarketing, curso de recepcionista de hotel, de garçom, injeção eletrônica, montagem de computadores.” (Entrevistado 5 - filiado a FS).

“[...] desde 2001, dados cursos de informática que além do trabalhador comum se estende a seus familiares também. Até os 16 anos pode se fazer os cursos de informática na nossa escolinha própria, custeado é, por recursos próprios do sindicato do empregados em comércio hoteleiro e também dos empregados em condomínios.” (Entrevistado 1 - filiado a FS).

“[...] ele é aberto pro dependentes da pessoa desde que tenha mais de 16 anos. Porque o mercado oferece hoje diz que a empregabilidade é depois dos 16 anos.” (Entrevistado 2 - filiado a FS).

“[...] voltado sempre pro seus associados e pro seus dependentes, o trabalhador da base metalúrgica sempre tem. Sempre a gente tá procurando havendo procura assim, interesse em tá realizando esses cursos, a gente procura montar turmas já e trazer os cursos.” (Entrevistado 5 - filiado a FS).

Observamos com base nos relatos dos filiados a FS, que tais cursos não eram abertos a comunidade geral. Já os cursos ministrados pela CUT, não na região de Londrina, já buscavam atender outros grupos sociais. Segundo um entrevistado o sindicato no qual ele é filiado quando recebeu dinheiro do FAT começou a trabalhar:

“[...] uma espécie de pequeno colégio, acho também que é uma pequena, vamos dizer assim, talvez colônia, não nas férias. Acho que são 80 meninos, que, meninos assim com, são família abaixo da linha da pobreza. Então está lá, mantém a escolinha, a escola. Então, esse o sindicato do Bancário de Curitiba, já o de São Paulo trabalha com a FENABAN, com os meninos de rua.” (Entrevistado 6 - filiado a CUT).

Veja que as iniciativas são para cumprir o papel do Estado, que com o passar do tempo está se eximindo de responsabilidades com a educação dos filhos do trabalhador e daqueles que estão sobre a sua tutela ou política assistencial, como os meninos de rua. São ações paliativas destinadas a minimizar a pressão social sobre a questão do emprego e dos próprios cursos de qualificação.

O Sindicato dos Bancários da região de Londrina ofertou cursos:

“[...] de inglês, nós fizemos a partir daí um projeto de qualificação profissional para os bancários, incluindo cursos de inglês, espanhol, informática com várias etapas.” (Entrevistado 8 - filiado a CUT).

Na entrevista, a liderança colocou que foi a pedido dos próprios filiados. Outra entrevistada expôs que seu sindicato ofertou cursos diversos, desde:

“[...] de matemática financeira, cursos de dança, curso de língua, cursos de várias coisas com recursos do FAT [...]” (Entrevistado 7 - filiado a CUT).

Ao mesmo tempo em que percebemos um conformismo, vemos também nos relatos dos entrevistados, questionamento sobre a finalidade desses cursos feitos com recursos do FAT, que para alguns são formas de:

“Agora, na verdade, esses são trabalhos, do meu ponto de vista dentro daquela linha de responsabilidade social. São trabalhos dentro dos limites do capital. Trabalhos que são na verdade pra esconder a grande miséria, da exploração, a grande opressão, que o capital faz com os trabalhadores.”
(Entrevistado 6 - filiado a CUT).

“[...] se a proposta era ampliar a consciência daquele trabalhador, em relação à vida sindical, eu não acredito, eu acho que muito pelo contrário, deturpou porque a pessoa não vê o sindicato mais como um instrumento de luta, e de reivindicação e luta, e de transformação social, mas vê o sindicato com um prestador de serviços que vai lá por cursos a disposição pra pessoas estarem se aperfeiçoando em alguma área, então particularmente eu tive essa crítica em relação à participação do sindicato nesses projetos dos FAT.” (Entrevistado 7 - filiado a CUT).

Talvez o fato de ser lideranças militantes da CUT há certo tempo, e tendo como base de formação a defesa da apropriação do conhecimento, o direito à educação como direito inalienável, como condição necessária não apenas a participação ativa do trabalhador nas políticas de geração de emprego e renda, mas também como medida de suas possibilidades no exercício pleno da cidadania, fez com que não conseguissem executar quando aplicada na prática os cursos de qualificação.

Uma das questões que nos preocupava era saber como e para que os recursos do FAT tinham ido. Dessa forma, vimos que foram investimentos em cursos que já são ofertados pelo Sistema S, ou pelo próprio SINE (Sistema Nacional de Emprego) e a rede privada, não inovando tanto assim, pois na verdade foram atividades formativas, que indicam intervenções pontuais, emergenciais de curta duração, ou seja, um tipo de formação profissional sem preocupação com a educação básica. Servindo ao aprofundamento da precarização das relações de trabalho e convertendo-se em adestramento dos trabalhadores; “adestramento” cujo modelo tem sido historicamente desenvolvido pelo sistema S, a serviço do capital, para formar mão-de-obra e não para formar trabalhadores, a partir de abordagens conceituais de direito social e cidadania, condição *sine qua non* para o pleno exercício da cidadania e para o debate e o embate por políticas públicas de geração de emprego e renda.

Os cursos mais ofertados foram o inglês, espanhol, montagem de computador, dança, matemática financeira também foram ofertados no período de análise. Conforme, podemos averiguar na maioria dos relatos das lideranças sindicais tais cursos não inovaram, não qualificaram no sentido apreendido por Karl Marx, de dar subsídio aos trabalhadores, para que estes viessem a conhecer o processo produtivo na sua totalidade, e sim condições para dobrar suas funções parcelares, e muito menos havia dentro do curso

possibilidade de discutir e auxiliar os trabalhadores a compreender as transformações das relações de trabalho.

Contudo, observamos no discurso de algumas lideranças sindicais que esses cursos não resolveram e nem amenizaram o problema. Aceitam esses cursos impostos pelas centrais, a contragosto, visto que os cursos não atendiam as demandas mais emergentes de todos e sim para alguns ou os trâmites burocráticos atrapalhavam uso correto dos mesmos. A insatisfação das lideranças não tinha a ver com o fato de tais cursos não serem voltados para a apropriação do conhecimento social e historicamente acumulado, assim como o conhecimento científico e a produção tecnológica, direitos inalienáveis dos trabalhadores.

Entretanto, as lideranças de sindicatos filiados as Força Sindical foram muito enfáticas sobre o assunto. O sindicato responsável pela FS que repassava as atividades entendia que estava tudo ocorrendo nos conformes. Vejamos a fala.

“[...] eram feitos uma pesquisa, vendo qual a necessidade, de qual área que necessitava mais né. isso é dividindo entre todos os segmentos dos sindicatos filiados: alimentação, vestuário, fiação, metalúrgicos, gráficos, saúde. Então, é analisada assim de maneira geral, pra região o que precisa. Já os cursos do sindicato, que são realizados pelo sindicato são depende do interesse da categoria, então nós sempre deixamos assim, se as pessoas interessadas, hoje, por exemplo, eu quero curso de inglês, vamos tentar fechar uma turma. Se fechar a turma geralmente a gente tenta realizar.” (Entrevistado 5 - filiado a FS).

Nem todos os filiados foram atendidos. Uma vez que as centrais deixaram em segundo plano a preocupação com escolaridade básica, aqueles que não tinham nenhuma escolaridade nem foram convidados a aprender novos conhecimentos, que os tornassem mais polivalentes, ou seja, foram excluídos na participação desses cursos, apenas as lideranças do sindicato o fizeram.

Em princípio alegou que

“[...] por falta de estrutura a gente não tinha essa estrutura na época, nós tínhamos aquele a outra parte de lá, mas sim não está fora dos planos não, temos planos sim. [...] não, nós aqui do sindicato participamos [...], nos cursos de computação [...]. Eu participei de cursos na área da saúde, saúde da mulher, participei de um curso de beleza, participei, [...] participei de vários cursos para sindicalista, para a formação sindical.” (Entrevistado 3 - filiado a FS)

Contudo, no decorrer da entrevista a mesma expôs que:

“[...] enquanto sindicato eu acho que tem muito mais a ser feito, muito mais a ser feito em relação a Educação mesmo, é nos temos a nossa categoria por ser, não é uma categoria baixa, longe de mim querer

menosprezar, mas a nossa categoria a maioria das pessoas são muito simplória, elas são assim bem simplória mesmo, no sentido real da palavra, então eu acho que deveria ser implantado pra todas as pessoas da nossa categoria, é ensino, desde o primeiro ano até uma qualificação maior, [...] gostaria que os sindicatos se unissem e dessem essa chance para o trabalhador, porque nós temos trabalhador na nossa categoria, que para assinar o nome dele, ainda usa a almofada de carimbo né, então, não, né mas é ainda muito constrangedor uma pessoa que não é que não tem uma formação escolar nenhuma, então acho que deveria começar do alicerce.” (Entrevistado 3 - filiado a FS).

Isso porque a Força Sindical é uma das centrais que em tese, alegam que a Formação Profissional e a escolarização estão atreladas e por conta disso, juntas, devem responder aos problemas de competitividade das empresas, da exclusão social e da geração de empregos.

Em outras falas temos lideranças que fecharam turmas, para participação, mas eram cursos impostos que vieram.

“De cima pra baixo não. Nós não tivemos, até porque essa situação de cima para baixo, não foi muito proveitosa, é não vou dizer assim em regra geral né, pelo menos para nós não. Porque todos os cursos que a gente solicitou tiveram poucas vagas e não atendeu as demandas [...]”. (Entrevistado 1 - filiado a FS).

Outra liderança filiada a Força Sindical expôs que:

“Pediram o que a gente precisava, nós elaboramos a nossa pauta, mas fomos atendidos em nenhum item do que a gente precisava que era pra área gráfica, ao não ser o básico de informática, mas o básico de informática ele não contempla.” (Entrevistado 2 - filiado a FS).

Aproveitamos o ensejo, para indagar sobre a qualificação, ou seja, se tais cursos realmente conseguem realizar os objetivos de profissionalização. Observamos que a reflexão das lideranças sindicais sobre a qualificação em si tem pontos de vista divergentes, mas o resultado final foi o mesmo, quer dizer, estão fazendo algo com relação ao emprego. Contudo, sem buscar empreender um debate mais crítico sobre a situação do mundo do trabalho, pois consideram o trabalhador muito alienado da realidade, e com pouco interesse.

Para eles ou é

“[...] complexo na verdade para o trabalhador entender toda essa sistemática, por mais que você queira é ter boa vontade de fazer essas explicações e toda essa coisa aí, ela realmente é meia confusa na cabeça do trabalhador. O trabalhador tem as coisas mais simples, ele entende bem é, vamos dizer assim o mercado de trabalho por oferta e da procura. Você entende, essa situação de enxugar é postos de trabalho, né, substituindo homem pela máquina é uma coisa mais complicada né, isso já vem desde

lá do tempo da lavoura quando vou erradicado o café, e o maquinário passaram a ir fazer as plantações de soja, daí o homem veio para a cidade e ficou meio desamparado. É uma situação meia caótica aí vamos dizer com relação a esse entendimento.” (Entrevistado 1 - filiado a FS).

Ou a

“ [...] atuação do sindicato, e também vai depender das lideranças, que estão no sindicato se a liderança que está ocupando, fazendo o papel de formador, e que vai contratar os cursos técnicos e que vai transmitir para aquela base sindical, se fizer todo um preparatório com aqueles trabalhadores que estão inscritos no curso até poderia haver esse diferencial né, mas eu conheci as pessoas que estavam envolvidas, em alguns deles, e eu não percebo essa capacidade revolucionária, essa preocupação de conscientizar, na verdade era pra cumprir um protocolo e justificar a entrada daqueles recursos na maioria dos casos.” (Entrevistado 7 - filiado a CUT).

Ou melhor, isso ocorreria se o instrutor ou o professor de determinado curso fosse da base sindical, e tivesse essa preocupação como bandeira de luta, assim o espaço para pensar essas questões criticamente seria utilizado.

Alem do mais para essa liderança a:

“[...] pessoa vai dar o curso de inglês ou de espanhol, ele não está preocupado em transmitir a luta de classe ou as contradições do sistema, as dificuldades da relação capital/trabalho, ele vai lá pra ensinar a língua espanhola ou a língua inglesa, e para ele é importante aquilo, a transmissão daquele conhecimento técnico, então eu não vejo e mesmo assim na área de informática, da matemática financeira e mesmo porque eu não vejo em que espaço do curso de matemática financeira que aquela, aqueles alunos e aquele professor ou professora vão ter a oportunidade de parar agora, não vamos mais discutir esse assunto vamos discutir o sistema, então mesmo porque esvaziaria o curso, porque as pessoas que estão indo fazer o curso, eles já não estão propensos a debater política eles vão lá pra adquirir aquele conhecimento técnico que é necessário no trabalho dele.” (Entrevistado 7 - filiado a CUT).

Caso se busque realizar a conscientização ou uma educação emancipadora depende

“Então a atuação do sindicato, e também vai depender das lideranças, que estão no sindicato se a liderança que está ocupando, fazendo o papel de formador, e que vai contratar os cursos técnicos e que vai transmitir para aquela base sindical, se fizer todo um preparatório com aqueles trabalhadores que estão inscritos no curso até poderia haver esse diferencial né, mas eu conheci as pessoas que estavam envolvidas, em alguns deles, e eu não percebo essa capacidade revolucionária, essa preocupação de conscientizar, na verdade era pra cumprir um protocolo e justificar a entrada daqueles recursos na maioria dos casos.” (Entrevistado 7 - filiado a CUT).

Nesse caso enquanto os sindicatos não conseguissem romper com a lógica do capital na área educacional, como expõe Mészáros (2005) não será possível se realizar uma educação de aspiração emancipadora.

Contudo, há aquelas lideranças que pertencem a tendências mais à esquerda da CUT, que concordam que a gestão dos recursos deve estar a cargo dos trabalhadores, mas não concordam com a participação da central na formulação e gestão dos cursos de qualificação (THOMAZ JUNIOR, 2000).

Tanto que em uma das falas essa liderança se posicionou alegando ser:

“ [...] contra o sindicato é fazer qualificação sócio profissional.”
(Entrevistado 6 - filiado a CUT).

Ele observa que

“[...] quem tem que fazer isso é o patrão, quer dizer, não vai fazer a sócio, mas pelos menos a profissional. Eu acho quem tem que qualificar é o capital, porque o trabalhador vai ser subordinado a ele, nós achamos que o capital tem que fazer, hoje o livre dinheiro do FAT não tem que ser usado pro capital qualificar [...]” (Entrevistado 6 - filiado a CUT).

Ele entende que esses investimentos devem ser feito de forma a retomar as bandeiras históricas de combate ao desemprego, redução da jornada de trabalho, "reforma agrária já e sob o controle dos trabalhadores" e a construção do socialismo (THOMAZ JUNIOR, 2000). Contudo, compreende que o uso do recurso do PLANFOR deve ser voltado para a construção do socialismo, ou seja:

“[...] hoje tem a economia solidária que é um espaço que no nosso ponto de vista é a volta da construção do socialismo, [...] que na nossa concepção estratégica são cooperativas, então organizar todos esses complexos de cooperativas que a gente fala e qualificar os trabalhadores, porque na verdade a nossa mão de obra está na miséria, é o povo do sem carteira, não tem, é pouca escolaridade, pouca qualificação, nenhuma poupança.”
(Entrevista 6 - filiado a CUT).

Nota-se uma mudança na forma e na destinação dos recursos que na verdade não irá romper com a lógica capitalista, pois até que ponto formas de economia solidária, como a operação através de cooperativas, seriam alternativas viáveis tanto nos interstícios do sistema capitalista por conta das “fraturas” de um regime de acumulação insustentável, como em espaços mais expressivos da dinâmica de reprodução das economias contemporâneas (TAUILE, 2001).

Entendemos que há, de fato, nestas economias (“solidárias”) inúmeros novos condicionantes e nuances de seu funcionamento que indicam possibilidades efetivamente viáveis de adoção bem sucedida e difusão mais significativa de formas novas e alternativas de organização social da produção. Porém, ao livre sabor de uma economia de mercado, não adianta fazer considerações ou juízos de valor social se tais alternativas não forem economicamente viáveis; nesta hipótese, elas somente poderão ser adotadas caso se considere a possibilidade de intervenção do Estado para arcar explicitamente com o ônus de determinados custos sociais (TAUILE, 2001).

Então como construir um outro espaço econômico, uma vez que como disse o próprio entrevistado:

“[...] isso tem que ser transformado,[...] com o espaço econômico junto com a economia capitalista neoliberal, é como um copo de azeite e água, são coisas diferentes [...]”. (Entrevistado 6 - filiado a CUT).

Contudo, para que elas funcionem há necessidade de contar com a intervenção e patrocínio do Estado, só que na atualidade, está se tornando inviável, visto que existe uma diminuição da intervenção estatal nas seqüelas da questão social e a compensação se dá via crescimento da intervenção da sociedade civil. Enfim são elementos que devem ser repensados.

Ainda sobre a questão do espaço para a reflexão sobre a situação do trabalho nesse momento de crise das relações de trabalho, no processo de reestruturação produtiva, ouvimos de uma liderança de sindicato, filiada a Força, responsável em repassar, no período os cursos, a seguinte argumentação que os mesmos conseguiram dar uma base crítica sobre as questões do trabalho, ou seja:

“[...] em todos os cursos, nós temos inclusive uma parte de cidadania. Sempre no início do curso, são dois dias passando essa parte de cidadania, mostrando os direitos e deveres de cada um.” (Entrevistado 5- filiado a FS).

Tivemos acesso a um dos materiais utilizados, cujo nome é Dicionário de Cidadania. No material encontramos mensagens sobre paz, ética, moral, igualdade, solidariedade. A parte, que foi mencionada pela entrevistada 5, sobre cidadania, na verdade não é um texto propriamente, e sim um verbete, extraído do Dicionário, que define a cidadania como “Qualidade de cidadão. Indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de

um Estado, ou no desempenho dos seus deveres.” (FORÇA SINDICAL DO PARANÁ, [s.d.], p. 18).

Contudo, esta definição se encontra junto a outras também extraídas no Dicionário Aurélio, como democracia, ética, moral, lei, valor, sociedade, solidariedade, políticas públicas. Verifica-se que não tem nenhuma informação a mais, que suscite no leitor uma reflexão mais crítica sobre a realidade, na qual o trabalhador está inserido. Apenas propagandas sobre as principais lideranças que ocupam cargos de destaque na executiva da central, e maneiras de como a secretária e recepcionista devem se portar no ambiente de trabalho, desenvolvendo várias funções.

O fato de não se perceber a importância de um esclarecimento maior sobre as questões do trabalho na contemporaneidade, se dá em virtude da Força Sindical reproduzir o discurso oficial de qualificar para se manter ou conseguir um emprego. Esse discurso está tão visível que a liderança filiada a Força Sindical reforça que:

“A qualificação profissional é a base para tudo, pra você continuar, se manter no mercado de trabalho ou até mesmo se inserir dentro do mercado de trabalho e o sindicato tem um papel importantíssimo nisso, porquê ele é um representante, ele é que representa o trabalhador, então ele o sindicato que tem que buscar, tem que oferecer isso, pra população.”
(Entrevistado 5 - filiado a FS).

A central cumpre a risca o papel de legitimar as políticas focalizadas e compensatórias, colocando o sindicato como agente responsável em criar condições que corroborem para a empregabilidade do trabalhador. Interessante é que a maioria comunga desse discurso, cada um a sua maneira, mas sem rompimento ou um olhar crítico.

Vejamos as falas:

“[...] em parte, eu acho que em parte e não totalmente porque não depende só da qualificação e não acho que é só a qualificação, que vai, vamos dizer o seguinte, melhorar as condições do trabalhador é um conjunto de situações que vai fazer isso ficar um pouquinho melhor [...].”
(Entrevistado 1 - filiado a FS).

“[...] procuro estar orientando o meu trabalhador, o trabalhador da área gráfica, a si profissionalizar, quanto mais melhor porque o mercado é exigente, então não fique parado achando que sabem tudo, que todo dia tem coisa nova, principalmente como eu já frisei, a área gráfica todo dia tem alguma coisa nova. O esclarecimento já esses curso que o sindicato proporciona, então a pessoa, o trabalhador ele deve enxergar se tem uma um caminho para ele seguir, se vai ser benéfico, então que se engaje nisso e faça realmente, se valer da sua experiência, dos seus conhecimentos,

para tar em primeiro lugar no mercado de trabalho, porque quem não souber trabalhar fica fora mesmo.” (Entrevistado 2 - filiado a FS).

“Eu acho que a questão desse tipo de programa de qualificação não dá pra gente medir o alcance positivo disso tudo, a questão sim é que se movimenta as pessoas [...].” (Entrevistado 4 - filiado a FS).

“[...] toda a participação tem que ser 100% ou seja, os sindicatos têm que dar condições ao cidadão de fazer os cursos, de aprender ou de se qualificar, mas consciente de que ele terá um trabalho ou não.” (Entrevistado 3 - filiado a FS).

Com relação ao discurso das lideranças⁴⁷ filiadas ou a CUT, há um olhar mais crítico, contudo não rompe com o que está aí, apesar de saber do quadro. Vejamos:

“Há uma culpa daquele desempregado, porque ele acha que ele não, ele está sendo demitido porque ele não tem a qualificação que a empresa exige, mas na verdade não é isso, o desemprego é estrutural mesmo, a gente sabe que tem uma massa de, essa de massa de operários, de trabalhadores que estão fora do mercado, é uma massa altamente qualificada, então já foi feito pesquisa sobre isso que a maior parte dos desempregados são pessoas com nível superior, então que não conseguem, terminam a faculdade com muito custo, mas não conseguem se colocar no mercado de trabalho [...].” (Entrevistado 8).

Mesmo lideranças mais críticas não rompem com os pressupostos, não rompem com a lógica do capital e muito menos com o fato do sindicato estar cumprindo as funções do Estado. Até porque a CUT abandonou uma postura de maior enfretamento, optando por soluções paliativas e compatíveis com a lógica do capital (GALVÃO, 2006). Aliás, os sindicatos já inculcaram a função de gestor.

Com isso, observa-se que há tendências mais moderadas da CUT que defendem abertamente tanto a gestão tripartite do PLANFOR e dos recursos do FAT como um todo, como também a participação ativa na qualificação do trabalho, com a ressalva que essa deve ser integrada à educação básica e que não seja adestradora (THOMAZ JUNIOR, 2000). Entretanto, verifica-se a adesão ao sindicalismo propositivo que assumi novas tarefas, como a prestação de serviços ao trabalhador, se apresentando com um sindicalismo cidadão.

Outras lideranças filiadas a Força Sindical, não abrem mão de gerenciar os recursos públicos. Apenas em alguns casos exigem mais autonomia para usá-los, ou que não fiquem na dependência da central.

⁴⁷ Essas lideranças pertencem ao grupo mais à esquerda da CUT que concordam que a gestão dos recursos deve estar a cargo dos trabalhadores

Veja essa fala:

“Poderia estabelecer uma parceria como sindicato, o governo poderia carrear, recursos direto para o sindicato, não precisava ser via central sindical, poderia ser um recurso direto para o sindicato aplicar, porque nos enquanto sindicato de categorias diferentes a gente sabe onde está o nosso futuro trabalhador, nós sabemos, podemos carrear esse recurso, todo esse trabalho, pois já temos experiência, nós sabemos lidar com as pessoas, sabemos qual é a necessidades, nossa trabalhadora ela tem filhos jovens, elas tem filhos adolescentes.” (Entrevistado 4 - filiado a FS).

De qualquer forma, nota-se que as centrais não se revelaram sintonizadas, o que pode ser atestado através das avaliações precisas que lhes permitam intervir com eficácia para coibir o desemprego, ainda mais para adequar a demanda por emprego aos cursos sistematizados de requalificação profissional, que estão se ampliando sobremaneira, reproduzindo os postulados assistencialistas, muito fortemente arraigados na cultura sindical brasileira (THOMAZ JUNIOR, 2000).

Diante disso, consideramos que, a participação do sindicalismo⁴⁸ na qualificação do trabalho não é seguida, ou não tem a contrapartida de ações políticas específicas e de grande envergadura, capaz de preparar as entidades sindicais para intervirem diante aos desafios iminentes, portanto quaisquer que sejam, a central não influi na escolha dos conteúdos, dos objetivos pedagógicos e técnicos, bem como no perfil do trabalhador que se quer atingir, não influenciando também sobre as condições favoráveis do mercado de trabalho e da política macroeconômica do governo (THOMAZ JUNIOR, 2000).

Nesse sentido, um aumento da vulnerabilidade das entidades do movimento sindical, que se desdobra da seguinte maneira: a central fica dependente do Estado, o sindicato, da central e conseqüentemente, o trabalho continua preso às amarras do capital e os riscos para a classe-que-vive-do-trabalho são *incalculáveis*. Sendo assim, pelo menos duas dimensões da questão devem ser aprofundadas. A primeira delas, trata-se da complexidade das articulações entre as concepções em pauta sobre requalificação profissional que, de um lado, são defendidas no âmbito estatal e público, na área de ação da SEFOR, e de outro lado defendidas pelas entidades do movimento sindical. O debate aberto e amplo deve ocupar o

⁴⁸ Com isso não se está negando a importância da confrontação com o Estado e com a burguesia. O que se põe em relevo é que é possível sim, os sindicatos e as centrais lutarem para que haja transparência na gestão dos recursos públicos e que esses estejam prioritariamente sob fiscalização direta dos trabalhadores, como é o caso do FAT. Deve comparecer na análise, a distinção entre gestão "tripartite" dos recursos e lisura na sua gestão - o que de pronto, colocaria um basta nos anunciados desvios de recursos públicos para o sistema S - da responsabilidade de sinalizar o perfil ideal do trabalhador, para essa ou aquela atividade, comprometendo-se também a tornar-se dependente das verbas do FAT, absurdamente centralizadas pelas centrais, o que gera em alguns casos, disputas, pois as entidades sindicais independentes podem ser alijadas do esquema (THOMAZ JUNIOR, 2000).

centro das atenções, para que então, sem rodeios, possa se discutir abertamente as diferentes avaliações em pauta (incluindo as formas de gestão dos recursos financeiros), a ponto de esclarecer os trabalhadores sobre os principais apontamentos que tanto o Estado pretende implementar, quanto as entidades privadas, mas em especial as sindicais (THOMAZ JUNIOR, 2000).

Porque até então, as centrais sindicais como disse uma entrevistada, não fizeram nenhuma reflexão, o que acontece elas fazem apenas execução, ou seja:

“Não houve possibilidade de reflexão sobre absolutamente nenhum dos itens acima citados, na verdade os sindicatos apenas fizeram o papel de inscrever pessoas e mandar para o curso. Neste processo os recursos vieram do FAT que repassaram pela a central nacional e a central nacional encaminhou para a central estadual, que posteriormente encaminhou para as regionais. a contribuição dos sindicatos parceiros foi em recursos financeiros para cobrir despesas de custeio. sobre o montante geral não tive acesso á essas informações.” (Entrevistado 4 - filiado a FS)

Dessa forma, ao se pretender a qualificação do trabalho, antes de despertar somente as atenções para as questões que costumeiramente se apresenta, faz-se necessário estimular a sociedade e fundamentalmente os trabalhadores, nesse momento, para se discutir sobre qual (is) o (s) formato (s) de organização societal capaz (es) de redescobrir os sentidos, que sustentam a lógica destrutiva do capital. A começar pela reflexão sobre a eliminação da superexploração do trabalho⁴⁹. Assim, estar-se-ia diante de outra lógica do metabolismo societário (THOMAZ JUNIOR, 2000).

Em suma, analisamos que para que isso ocorra será preciso uma mudança drástica, porque segundo os discursos das lideranças sindicais não há por parte dos filiados um interesse em se organizar, eles estão preocupados em manter o seu trabalho. Veja essas falas:

“ [...] algumas pessoas sim, algumas pessoas se manifestam, comentam, demonstra qual a sua opinião, outras já se inculcam, não gostam de comentar, tem gente, hoje infelizmente no Brasil, as pessoas não gostam de falar de política, não gostam de comentar nem religião essas coisas, então algumas pessoas sim, a gente observa.” (Entrevistado 5 - filiado a FS)

“O trabalhador ele reclama pra você, olha a hora que chega na hora do pega pra capar mesmo, ele pergunta já, como já perguntarem para mim, num caso de uma greve que propus, uma greve numa empresa. E se o patrão me mandar embora você vai lá comprar o arroz na lá em casa? Mas não é eu que tenho que ver isso você quer comprar meio quilo, ou que me

⁴⁹ Nos momentos que se antepõem diante de nós, para discutirmos o que ensinar e por que aprender e aproveitar, nada mais providencial do que refletirmos profundamente, temas que se sobrepõem a esses assuntos e que estão sendo abolidos do dia-a-dia da luta política sindical e dos cursos de formação política.

pagar cinco quilos se pra você tiver bom comprar de meio quilo em meio quilo, então não posso mudar sua vida, não posso te ajudar.”
(Entrevistado 2 - filiado a FS).

Percebemos que as lideranças também estão desanimadas com o quadro predominante, e algumas estão mais preocupadas em manter suas posições de diretoria dentro do sindicato.

3.3 Ação Sindical e os Cursos de Qualificação na Gestão Lula

A Força Sindical foi a central mais afinada com o governo Fernando Henrique Cardoso. Defendeu abertamente o "maior acordo do mundo" para pagamento das perdas do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), além de apoiar a proposta de "flexibilização" da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). A situação da central mudou com o governo Lula, em virtude dos cortes feitos na distribuição dos recursos do FAT.

Mesmo sem esses recursos a mais, em Londrina, alguns sindicatos filiados as essas centrais continuam a prestação de serviços com a participação do empresariado, Sistema S, DIEESE, etc. e através da contribuição mensal dos filiados.

O Sindicato dos Metalúrgicos tem dado continuidade aos cursos. Contudo, são cursos mais pontuais. Veja a fala:

“Nós temos sempre, trazemos qualificação profissional, tanto pros diretores qualificando, nós fizemos até cursos do DIEESE, feito agora de negociação coletiva, curso de PLR (Participação em Lucros e Resultados), mas sempre estamos montando turma de informática básica, secretariado que é uma turma quem está em andamento, voltado sempre pros seus associados e pros seus dependentes, o trabalhador da base metalúrgica sempre tem. Sempre a gente tá procurando havendo procura assim, interesse em tá realizando esses cursos, a gente procura montar turmas já e trazer os cursos.” (Entrevistado 5 - filiado a FS).

A Força Sindical perdeu espaço na gestão Lula para a corrente majoritária⁵⁰, pertencente a Central Única dos Trabalhadores, que segundo Galvão (2006) faz uma crítica

⁵⁰ A CUT, é hoje, uma entidade fragmentada, e poderíamos até afirmar, desprovida de qualquer identidade aglutinadora de suas diferentes facções. A explicitação inequívoca de tal fragmentação decorreu da profunda crise em que está mergulhado o mundo do trabalho, e em parte, dela decorreu. Esta fragmentação, cujo germe, na realidade, remonta ao tempo de sua fundação, tornou-se, gradativamente mais aguda. Ela gestou, portanto, no âmbito da própria central, a partir da ação de agentes e de agências a ela vinculados que, agora, apoiados na hegemonia conquistada, movem-se em direção a interesses distintos daqueles que constituíram suas bandeiras iniciais de luta (RUMMERT, 2005).

superficial ao governo, denunciando os efeitos colaterais da política econômica, como desemprego elevado e a queda na renda, mas não exige a ruptura do modelo adotado.

Contudo, são essas facções que apóiam o gerenciamento dos recursos governamentais para qualificação dos trabalhadores. Assim como, também acreditam que o fortalecimento da identidade política e metodológica cutista é fundamental para o seu posicionamento em defesa da classe trabalhadora, considerando-se o novo contexto da correlação de forças na disputa em torno de um novo modelo de desenvolvimento em nosso país.

Ao ser notificada sobre os cortes de repasses, a CUT se manifestou com grande preocupação, visto que acreditavam estar usando os recursos do FAT, para melhorar as condições de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, que vem sofrendo com a exploração do desemprego e da informatização dos vínculos de contratação. Até porque isto implica que os trabalhadores e as trabalhadoras que constroem a CUT estejam inseridos em distintos espaços, públicos e privados, realizando uma intervenção propositiva qualificada, que se desdobre em ações concretas na sociedade, na política e na cultura. O objetivo maior da Política Nacional de Formação é aquele que aponta para a consolidação do projeto político e sindical da CUT em todas as suas dimensões. (CONCUT, 2003).

Contudo, entendemos a centralidade que as ações da CUT passaram a expressar no âmbito da educação da classe trabalhadora, e que não resultou de um significativo processo de compreensão, por parte da maioria das entidades cutistas, da importância da problemática da educação básica e profissional, em decorrência de seu papel essencial para a formação integral dos trabalhadores, tendo em vista a construção de uma reação contra-hegemônica aos ditames do Capital.

Não significou, assim, a expressão de uma plena valorização da temática educacional, mas decorreu, sobretudo, de uma ênfase conferida por pelo menos duas vertentes externas: a exigência explicitada pelo capital, de que a classe trabalhadora apresentasse maior grau de escolaridade e qualificação e a política pública de formação profissional implementada pelo governo federal, que possibilitou o acesso, por diferentes agências da sociedade civil, entre elas as sindicais, a significativos recursos oriundos do FAT. (RUMMERT, 2005).

Por um lado, não devemos ignorar o fato de que, ao longo da vigência do PLANFOR, embora o montante de recursos tenha se alterado de modo significativo a cada

ano, comparativamente, a CUT recebeu uma parcela significamente menor, em relação por exemplo, ao recebido pelo Sistema S, e menos do que a Força Sindical, para realizar as ações de formação profissional. Por outro lado, é necessário registrar que, apesar disso, tais recursos eram bastante expressivos para a agência, num período de ampla retração do emprego formal, e conseqüentemente, de redução de arrecadação pelas entidades sindicais.

Vários estudos demonstram que o volume de recursos destinados à CUT para o desenvolvimento das ações educativas, ao longo dos últimos anos, vem superando, em muito, o orçamento anual de várias entidades sindicais. Tal aspecto mobilizou de forma significativa vários setores da Central, que viram no FAT uma via de ampliação de recursos para o movimento sindical (RUMMERT, 2005).

De qualquer forma, os recursos do FAT distribuídos via PLANFOR nesse período, apesar de permitirem as entidades sindicais ampliar espaços, criar escolas, contudo, não auxiliou a resgatar os trabalhadores para a defesa de seus direitos, como direito a um emprego, mas sim, a ser “adestrado” para ser mais polivalente no trabalho, ou até mesmo empreendedor. Sendo assim, não se buscou a realização de uma educação emancipatória, mas uma confluência com a ação do empresariado e do governo na busca de formação/qualificação profissional como fator de produtividade e de competitividade de empresas (SOUZA, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final do século XX, passamos por várias transformações nas relações de trabalho, oriundas das novas formas de trabalho inseridas nas empresas, no setor produtivo, com novos padrões organizacionais e tecnologicamente avançados, resultado na introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como, da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços (Antunes, 2000).

Sendo assim, tais mudanças tiveram um forte impacto sobre os trabalhadores e os sindicatos, levando a precarização e o enfraquecimento da ação coletiva, pulverizando o poder sindical e colocando os sindicatos numa posição defensiva (DRUCK; FIQUEIRAS; NEVES, 2000). Esse enfraquecimento atenua-se, principalmente do ponto de vista político, diante da incapacidade de neutralizar o fortalecimento dos mecanismos de controle do trabalho pelo capital.

O desemprego crescente tende a reforçar a não negociação com os trabalhadores diante as formas e conseqüências da reestruturação produtiva. A partir do momento em que ocupa uma posição defensiva, a ação sindical brasileira obriga-se a reconfigurar seus espaços de ação, buscando outros campos de atuação, como na definição das políticas públicas para qualificação e requalificação da força de trabalho, sobretudo, daquela colocada na reserva, ou seja, no desemprego.

O quadro delineado em funções desses fatos já citados faz com o movimento sindical brasileiro, que em outros momentos tinha um perfil - em especial a CUT - combativo (reivindicativo - econômico), passe a mudar para um modelo mais defensivo, pautado em ações moderadas, nas quais se enfatiza mais as reivindicações realistas, a negociação e o fortalecimento da sociedade civil (BILEK, 2004).

Temos, na atualidade, um movimento sindical que não está mais limitado a negociar os direitos dos trabalhadores, mas também a gerir, principalmente, os fundos e as cooperativas, desenvolvendo assim o sindicalismo gerencial. Sindicalismo esse de dirigentes que executam políticas definidas em outras instâncias, por exemplo, no âmbito do capital e do Estado (BILEK, 2004).

Os sindicatos passam a gerir formas orientadas e delineadas pelo capital, e formas essas resultantes da crise do próprio sistema capitalista. Lembrando que por conta dessa crise todas as instituições estão sendo remodeladas, para auxiliar no processo de recuperação da acumulação, incluindo os sistemas de ensino. Sendo assim, a educação profissional tem um papel de destaque, pois ao invés de ajudar a constituir um processo

formativo integral que busca compreender a problemática social do trabalhador, como sujeito de direitos e de ações na sociedade, reduzem-no a mera condição de capital humano em formação (SINDOCEFET, 2005), promovendo e criando condições para a privatização dessa área de ensino. No lugar dos sindicatos reagirem fortemente contra essas iniciativas e ao fechamento desse espaço público destinado a educação profissional, passam a assumir o gerenciamento e execução de cursos rápidos de qualificação profissional, com recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

[...] e com os próprios empresários de educação profissionalizante [...] Além de executarem uma política de formação extremamente excludente, ajudam a reforçar o caráter ideológico dado a falta de qualificação, indicada como causa de emprego para muitos trabalhadores. (BILEK, 2004, p. 120).

Essa situação foi sendo delineada à medida que construímos nossa análise, apesar de ter enfrentado muitas dificuldades para entrevistar os dirigentes e lideranças responsáveis pelos sindicatos filiados às centrais: CUT e FS. Tanto que o número de entrevistados cutistas foi pequeno, mas significativo, enquanto os outros (sindicatos filiados a Força Sindical) foram mais participativos e menos resistentes. Verificamos que a qualificação profissional promovida pelos sindicatos em especial a FS, apresentou e apresenta (uma vez que mesmo sem recursos do FAT ainda estão em andamento) na realidade, uma forma de adaptar o trabalhador a ser mais flexível no trabalho, ter mais habilidades com equipamentos, ser mais vigilante das máquinas, visto que, o curso de informática tem sido a vedete, quando abertos aos sindicalizados e seus dependentes.

Observamos também nos relatos que nem todos os sindicatos filiados às centrais, principalmente a FS, foram atendidos com os cursos de “qualificação”, devido o grau de instrução dos filiados. A liderança e presidente do sindicato, em principio alegou que o sindicato não tinha estrutura para fechar turmas e receber os cursos. No fechamento da entrevista percebemos que era por conta da dificuldade dos filiados que tiveram pouca escolaridade ou nenhuma.

Contudo, os cursos em questão não tinham a finalidade de abarcar conhecimentos que fornecessem condições de escolarizar esses trabalhadores, vejamos então que a FS teve no período dificuldade em conciliar discurso e prática, visto que em seus documentos o enfrentamento dos desafios do contexto atual, faz de acordo com a integração entre os sistemas produtivo e educacional, no sentido de que a formação profissional e a escolarização, juntas, respondam aos problemas de competitividade das empresas, da exclusão social e da geração de empregos.

Nesse sentido, por que os filiados desse sindicato permaneceram de fora, cabendo apenas as suas lideranças dirigentes participarem dos ofertados. Por isso, consideramos que a política de formação adotada foi excludente, porque não atendeu a todos e sim uma minoria.

E os cursos foram direcionados apenas para complementar a formação do trabalhador com mais um conhecimento parcelar e não total, nesse sentido, se faz necessário pessoas que já tenham a base escolar, leitura e escrita solidificadas, para que não se perca tempo, visto que os cursos são de curta duração dentre 40 a 100 horas.

Desta forma, a análise que fizemos dessas ações defensivas no campo das políticas públicas foi que a ação sindical não rompeu com o projeto neoliberal, ou seja, as propostas implementadas pela ação sindical tenderam a “reforçar” os principais pressupostos neoliberais implementados dentro do contexto de reestruturação produtiva. E isso ocorre porque a noção de qualificação e requalificação, trabalhada pela educação profissional prende-se à flexibilização do trabalho e à apreensão de conhecimentos que tornem o indivíduo apto a exercer vários tipos de funções no meio produtivo.

Tem-se uma continuidade nas ações dos capitalistas e do Estado ou podemos dizer uma grande parceria estimulada por diversos interesses. O Estado subordina a educação profissional visando tornar essa modalidade educativa um trampolim para a modernização das relações de trabalho, mas sem a sua participação no sentido de gerenciar e executar tais ações. Tem-se o processo de desresponsabilização e abertura a parcerias multipartites, paritários, etc., nos conselhos, coordenadorias. Nesse sentido, ele apenas fomenta e articula as políticas globais e repassa para o gerenciamento da sociedade civil, em especial aos sindicatos.

Ao olharmos como eram as ações do movimento sindical, quando na sua formação no país tem se um quadro bem diferente da atualidade. A educação era uma bandeira de luta para garantir e melhorar as condições de trabalho e a reivindicação de direitos sociais e não apêndice do sistema capitalista. Passado quase um século da articulação entre ação sindical e a educação no Brasil tem se um quadro em que movimento sindical “bebe” e “comunga” dos pressupostos ditados tanto por capital, como empresários e agências internacionais e, por órgãos estatais como a Secretaria de Formação (SEFOR).

Os cursos organizados e ofertados pela ação sindical vêm ao encontro com interesses desses segmentos da sociedade, no sentido de adestrar e treinar os trabalhadores. Apesar da Força Sindical usar na introdução das apostilas verbetes sobre cidadania, ética, democracia, etc. acreditando que estavam inserindo conhecimentos que complementem a vida

dos trabalhadores no sentido de melhorar de forma individual. Entretanto, na verdade, são conceitos importantes demais para estimular o pensar crítico dos trabalhadores no coletivo, do que usá-los somente para conformação do quadro em que se encontram as relações de trabalho.

Mesmo dentro da reflexão das lideranças mais críticas cutistas que não concordam inteiramente com as ações, mas também não procuraram desenvolver outras atuações que rompessem como quadro, ao contrario no período em que os recursos do FAT foram disponibilizados a preocupação eram conseguir realizar os cursos 100%, sem relacionar dentro ou do curso de dança ou matemática financeira questões sobre a realidade do trabalhador.

Algumas lideranças se preocuparam em culpar o trabalhador, que não gosta ou tem medo de expor, exigir direitos, não gosta de falar sobre essas questões, etc. Mesmo assim, avaliamos que houve uma omissão de todos no processo, não só da classe trabalhadora, mas das organizações da mesma, que aderiram sem muita resistência a ordem vigente, sem reforçar as bases, de forma a fortalecer para romper com esses medos, receios, etc. e assim estimular a participação mais crítica e resistir por mais tempos aos imperativos do capital.

Os cursos promovidos com recursos do FAT que poderiam ser usados para organizar os trabalhadores e assim preparar a resistência dos mesmos, tendo como bandeira a educação⁵¹ profissional, foram utilizados para formar os trabalhadores para empregos precarizados. Sem a preocupação em informá-los sobre os perigos da reestruturação produtiva, das reformas: trabalhista e previdenciária.

Compreendemos então, que essa não informação do trabalhador ocorreu em virtude dos sindicatos não priorizarem nesses cursos para a formação sindical. Desse modo, abriu-se campo para se negligenciar a participação e discussão de um projeto político e educacional, voltado para emancipação. A preocupação da ação sindical residiu em captar recursos para manter a estrutura burocrática das centrais. Tanto que ao ser anunciado em 2003 o corte desses recursos as principais centrais receptoras (CUT e FS), ficaram exasperadas porque tiveram que fechar escolas, dispensar professores e instrutores, etc.

Uma outra questão que norteou o trabalho foi analisar se dentro do discurso da CUT havia um rompimento com relação a questão da empregabilidade. Haja vista que a FS tem a empregabilidade como bandeira de luta, ou seja, essa central trabalha a perspectiva que

⁵¹ Uma educação que se fundamente dentro do processo de trabalho visto como principio educativo, com uma concepção de educação profissional politécnica, voltada para a formação omnilateral e o ensino integrado que objetivam uma formação humanizadora, visando à libertação, a inclusão e a transformação social.

ao oferecer tais cursos eles estão seguindo caminho certo no sentido de preparar o trabalhador para enfrentar, com maiores chances de sucesso, a luta por um espaço no mercado de trabalho. Entendem que os cursos criam condições para garantir a empregabilidade e o desenvolvimento de cada cidadão (FORÇA SINDICAL PARANÁ, [s.d.]).

Já a Central Única dos Trabalhadores, em tese, analisa que o fato dos trabalhadores estarem fora ou dentro do mercado não é por ocasião de estar ou não qualificado, visto que não há trabalho para todos. Por conta disso, acreditam que o viés para resolver essa problemática seria através da Economia Solidária⁵². Não se observa na maioria dos relatos sobre a questão de estarem participando ativamente desse processo de formação profissional, tirando um espaço que por obrigação é de responsabilidade do Estado ou do capital. São poucas as lideranças que têm essa compreensão, dois entrevistados expuseram que quem qualifica é o capital. Ou que o sindicato poderia participar desse processo com parceiro sem interferência direta das centrais e como mediador. O detalhe é que o Estado utiliza os sindicatos e as centrais, assim como, os canais abertos na sociedade civil para não ter que arcar 100% com a responsabilidade.

Dessa forma, o quadro de qualificação trabalhado pelas centrais em estudo não abriu ou rompeu com a ordem vigente e muito menos se criou canais para se analisar criticamente junto com os trabalhadores a realidade imposta por essa ordem. Os sindicatos, assim como outras instituições sociais estão à mercê dos imperativos desse contexto de crise do capital. Desse modo, os cursos de educação profissional ofertados são formas de articular as necessidades do mercado as dos trabalhadores, ou seja, o próprio sindicato reforça a idéia de que é o curso que mantém o trabalhador em situação de emprego, e não expõe que há falta de empregos.

⁵² Essa discussão extrapola os limites desse trabalho, mais informações ver texto Tauli (2005).

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Nova Ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectiva do trabalho: o Brasil nos anos noventa. In: TEIXEIRA, Francisco J.S.(org.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**: novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996. p. 109-161.

ALVES, Giovanni. Do "novo sindicalismo" à "concertação social" ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.15, nov. 2000, p. 1-24.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São paulo. Boitempo, 2000.

ALVES, Giovanni. **Toyotismo, novas qualificações e empregabilidade mundialização do capital e a educação dos trabalhadores no século XXI**. Disponível em: <<http://globalization.sites.uol.com.br/ult2001.htm>>. Acesso em: 17 dez. 2005.

ALVES, Giovanni. Desemprego estrutural e trabalho precário na era da globalização. **Boletim Eletrônico Economia Net**. Artigo aceito em 01/10/2003. Disponível em: <<http://www.economiabr.net/2003/10/01/desemprego.htm>>. Acesso em: 5 fev. 2006.

ALVES, Giovanni. **Toyotismo como ideologia orgânica da produção capitalista**. Disponível em: <<http://sites.uol.com.br/globalization/toyota.htm>>. Acesso em: 18 abr. 2000.

ALVES, Giovanni. Crise estrutural do capital, trabalho imaterial e modelo de competência: notas dialéticas. In: _____ (org.). **Trabalho e educação**: contradições do capitalismo global. Londrina: Práxis; Maringá: Massoni, 2006. p. 47-81.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Eder; GENTILE, Paulo. (orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 9-23.

ANDRADE, Flávio Anício. **A formação do "cidadão-trabalhador"**: educação e cidadania no contexto do "novo industrialismo". Disponível em: <<http://www.ppgte.cefetpr.br/gtteanped/trabalhos/andradefl>> . Acesso em: 3 fev. 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria Aparecida Moraes. **O avesso ao trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BALTAR, Ronaldo. Neoliberalismo, modernização empresarial e organização sindical. **Revista da ADUEL - Sindiprol**, Londrina, ano 1, n.1, p. 47-50, fev. 1996.

BANCO MUNDIAL. Documento das metas 2005. **Resumo sobre o Brasil**: progressos no desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.bancomundial.org.br/index.php/content/view/7.html>>. Acesso em: 7 abr. 2006.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: LIMA SOBRINHO, Barbosa [et. al.]. **Em defesa do interesse nacional**. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 99-144.

BATISTA, Roberto Leme. Reestruturação produtiva, ideologia e qualificação: crítica às noções de competência e empregabilidade. In: BATISTA, Roberto Leme; ARAUJO, Renan (orgs.) **Desafios do trabalho: capital e luta de classes no século XXI**. Londrina: Práxis; Maringá: Massoni, 2003. p. 143-172.

BATISTA, Roberto Leme. A panacéia das competências: uma problematização preliminar. In: ALVES, Giovanni (org). **Trabalho e educação: contradições do Capitalismo Global**. Londrina: Práxis; Maringá: Massoni, 2006. p. 82-114.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de M. Fim de Século. **São Paulo em Perspectiva**, SEADE, São Paulo, v.12, n.2 abr./jun.,1998. p.21-26.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de M. A transfiguração crítica. In: _____. **Valor e capitalismo**. São Paulo, Brasiliense, 1980. Cap. 3.

BERNARDO, J. Integração econômica mundial e ilusões nacionalistas. In: _____. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores: ainda há lugar para os sindicatos?** São Paulo: Boitempo, 2000. Cap. 2.

BIANCHETTI Lucídio; PALANGANA, Isilda Campaner. Sobre a relação histórica entre escola e sistema produtivo: desafios qualificacionais. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v.26, n.2, maio/ago. 2000. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/BTS/262/boltec262d.htm>>. Acesso em: 22 jan. 2006.

BIHR, Alain. **Da grande noite a alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BILEK, Luiz Lauro. **Mundialização do capital e crise do sindicalismo: o caso do sindicato dos Bancários de Londrina (1985-2004)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, 2004.

BOITO JUNIOR, Armando. **O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical**. Campinas: Hucitec, 1991.

BOITO JUNIOR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. Campinas: Xamã, 1991.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. (Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional). Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 25 maio. 2006.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Políticas Públicas. Departamento de Qualificação Profissional. **PLANFOR 2000: repasse de recursos 2000**. Disponível em: <<http://www.mtb.org.br>>. Acesso em: 12 jan. 2004.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Políticas Públicas. Departamento de Qualificação Profissional. **PLANFOR 2001**: repasse de recursos 2001. Disponível em: <<http://www.mtb.org.br>>. Acesso em: 12 jan. 2004.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Políticas Públicas. Departamento de Qualificação Profissional. **PLANFOR 2002**: repasse de recursos 2002. Disponível em: <<http://www.mtb.org.br>>. Acesso em: 12 jan. 2004.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

CASAGRANDE, Nair. As transformações no mundo do trabalho na virada de século: qual a educação predominante?. **Revista Eletrônica Argumento**, v.1, 2004, Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/tramse/argos/2004_04_19_trab.html>. Acesso em: 6 dez. 2005.

CATTANI, A. (org.). **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. Petrópolis: Vozes, 1997.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Outubro: Revista do Instituto de Estudos Socialistas**, São Paulo, n.5, p. 7-28, 2001.

CHESNAIS, François. A globalização e o curso do capitalismo no fim de século. Economia e Sociedade. **Revista do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas**, Campinas, n.1, p.1-30, ago. 1992.

CONCUT (2000). Resoluções do 8º CONCUT. Disponível em <http://www.sindicato.com.br/7concut/textobase.htm>. Acesso em: 7 jun. 2006

CUT. A política da CUT sobre Formação Profissional. **9º plenária da CUT. 1999**. Disponível em: <<http://ilo.law.cornell.edu/public/spanish/region/ampro/cinterfor/temas/worker/doc/sind/xvi/index.htm>>. Acesso em: 6 set. 2006.

CRUZ, Antonio. **Janela estilhaçada**: a crise de discurso do novo sindicalismo. Petrópolis: Vozes, 2000.

DEBREY, Carlos. **A lógica do capital na educação brasileira**: a reforma na educação profissional (1990-2000). Goiânia: Alternativa, 2003.

DELUIZ, Neise. O modelo das competências profissionais no mundo do trabalho e na educação: implicações para o currículo. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v.27, n.3, set/dez. 2001. Disponível em <<http://www.senac.br/informativo/BTS/273/boltec273b.htm>>. Acesso em: 22 jan. 2006.

DELUIZ, Neise; GONZALES, Wânia; Pinheiro. Ongs e políticas de educação profissional: propostas para a educação dos trabalhadores. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v.29, n.2, maio/ago. 2003

DIEESE. Formação profissional: um novo espaço de negociação. **Boletim nº 207**. 1998. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/bol/esp/estago98.xml>>. Acesso em: 15 jan. 2004.

DIEESE. **Nota à Imprensa**. São Paulo: DIEESE, 2005. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/EstudiososPesquisadores/PDET> . Acesso em: 11 jan. 2005.

DRUCK, Graça; FIQUEIRAS, Luiz; NEVES, Laumar. Sindicatos e dirigentes sindicais na Bahia dos anos 90: diagnóstico e perspectiva. **Cadernos CRH**, Salvador, n.33, p. 143-178. jul./dez. 2000.

DESEP. **Emprego e renda**: evolução do mercado de trabalho em 1999; o mercado de trabalho no 1º trimestre de 2000, n.3 maio 2000.

EDUCAÇÃO de trabalhadores é pauta na CUT: entidade debate projeto de formação profissional e para a cidadania. **Informação em Rede**. São Paulo, ano 3, n.22. p. 1-14, nov./dez. 1999. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org>>. Acesso em: 8 dez. 2005.

ESPOSITO, Mauricio. Poder sindical é dividido no FAT. **Folha de São Paulo**. 27 jul., quinta feira, 1999. Caderno Dinheiro B1.

FARTES, Vera Lúcia Bueno. O diálogo entre economia e educação como chave para entendimento da aquisição da qualificação. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v.26, n.1, jan./abr. 2000. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/BTS/262/boltec262d.htm>>. Acesso em: 22 de jan. 2006.

FERNANDES, Fátima; ROLLI, Cláudio. Sindicatos vão encolher com mudanças. **Folha de São Paulo**. 10 nov., quinta feira, 2002. Caderno Dinheiro B1.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERREIRA. Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da Língua portuguesa**. 3.ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FIDALGO, Fernando; MACHADO, Lucilia. O PLANFOR e a reconstituição da educação profissional. **Trabalho e Educação**. Revista do NETE. jul./dez.1999 e jan/jun 2000. p. 93-110.

FONSECA, Marília. O Banco Mundial e a educação. In: GENTILE, Pablo. (org.) **Pedagogia da exclusão**: o neoliberalismo e a crise da escola pública. Petrópolis: Vozes, 1995.

FORÇA SINDICAL DO PARANÁ. **Secretária recepcionista com internet**. [Curitiba]: Coordenação Estadual de Qualificação, [s. d.].

FREITAG, Bárbara. **Escola, estado e sociedade**. São Paulo: Edart, 1980.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador: impasses teóricos e práticos. In: NOSELLA, Paolo. **Dilemas na educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez, 1989. p. 13-25.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: (re)exame das relações entre educação e estrutura econômica social capitalista.** São Paulo: Cortez, 1993.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILE, Pablo (org.) **Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública.** Petrópolis: Vozes, 1995. p. 77-108.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real.** São Paulo: Cortez, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do trabalho: perspectiva de final de século.** Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

FRIGOTTO Gaudêncio. Modelos ou modos de produção e educação: dos conflitos às soluções. **Tecnologia Educacional**, Rio de Janeiro, v.29, n.147, p. 7-14, out./nov. 1999.

FREYSSINET, Michel. A divisão capitalista do trabalho. **Tempo Social. Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v.1, n.2, p. 73-103, semestral. 1989.

GALVÃO, Andréia. O movimento sindical frente ao governo Lula: dilemas, desafios e paradoxo. **Outubro: Revista do Instituto de Estudos Socialistas**, n.14, 2 sem. 2006.

GENTILE, Pablo. O que há de novo nas novas formas de exclusão na educação? Neoliberalismo, trabalho e educação. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, Faculdade de Educação do Rio Grande do sul, v.20, n.1, p. 5-15, jan/fev. 1995.

GENTILE, Pablo. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e crise do trabalho: perspectiva de final de século.** Petrópolis: Vozes, 1998. p. 27-42.

GONZALEZ, Cláudio. Sem verbas do FAT, centrais sindicais irão suspender centros de atendimento. **Revista Eletrônica Diário Vermelho.** Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/diario/2005/0910/0910_centrais.asp>. Acesso em: 20 set. 2005.

GRACIOLLI, Edilson José. **O ideário neoliberal e a Força Sindical.** Disponível em: <<http://globalization.sites.uol.com.br/Sindical.pdf>>. Acesso em: 17 dez 2005.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

HARVEY, David. As transformações políticas: econômicas do capitalismo no final do século XX. In: _____. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Loyola, 1993. p. 115-184.

HELOANI, Roberto. **Organização do trabalho e administração: uma visão multidisciplinar.** São Paulo: Cortez, 2002.

HERRERA, Rémy. O motor quebrado do crescimento. 2003. Disponível em: <<http://www.economiabr.net/2003/10/01/motor.html>>. Acesso em: 8 dez. 2005.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **Educação e movimento operário**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1987.

IANNI, Octavio. Globalização e neoliberalismo. **São Paulo em Perspectiva**, SEADE, São Paulo, v.12, n.2, p.27-32, abr/jun.1998.

IBGE. Censo de 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 20 ago 2004

INVERNIZZI, Noela. **Qualificação e novas formas de controle da força de trabalho no processo de reestruturação da indústria brasileira**: tendências dos últimos vinte anos. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, DPC/IG. 2000.

JULIO, Marcelo. Crise do capital no campo no Estado de São Paulo: fragmentação e alienação no trabalho. In: BATISTA, Roberto Leme; ARAUJO, Renan (orgs). **Desafios do trabalho**: capital e luta de classes no século XXI. Londrina: Práxis; Maringá: Massoni, 2003. p. 115-142.

KORNIS, George E. M. Entre o futuro do capitalismo e o capitalismo futuro: a long and winding road. **São Paulo em Perspectiva**, SEAD, São Paulo, v.12, n.2, p.92-99, abr./jun.,1998.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da fábrica**: as relações de produção e educação do trabalhador. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

KUENZER Acácia Zeneida. Desafios teóricos metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectiva de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998.

KUENZER Acácia Zeneida. Educação profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho. **Boletim Técnico do Senac**, v.26, n.1, maio/ago. 1999. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/BTS/252/boltec252e.htm>>. Acesso em: 22 jan. 2006.

KUENZER, Acácia. O ensino médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano XXI, n.70, p. 17-33, abr. 2000.

KURZ, Roberto. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna a crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LAIMER, Adriano Guedes. **Novo papel dos sindicatos**. São Paulo: LTr, 2003.

LEITE, Eunice M. Reestruturação produtiva, trabalho e qualificação no Brasil. In: BRUNO, Lucia (org.). **Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 1996. p. 20-42.

LEHER, Roberto. Um novo senhor da Educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Outubro: Revista de Estudos Socialistas**, São Paulo, p. 19-30, maio. 1999.

LIMA, Almerico – A CUT e os novos desafios da educação profissional. In: **A CUT e os novos desafios da Formação Sindical e da Educação**. Núcleo Temático Educação do Trabalhador. São Paulo, Escola Sindical/CUT, 2000. p. 70-76. (Série Formação Sindical em Debate; 3).

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez, 1996.

MANFREDI, Silvia Maria; BASTOS, Solange. Experiências e projetos de formação profissional entre trabalhadores brasileiros. **Educação e Sociedade**. Campinas, ano 18, n.60, p. 1-19, dez. 1997.

MANFREDI, Silvia. Desafios da CUT no campo da educação do Trabalhador. In: **A CUT e os novos desafios da Formação Sindical e da Educação**. Núcleo Temático Educação do Trabalhador. São Paulo, Escola Sindical/CUT, 2000. p. 70-76. (Série Formação Sindical em Debate; 3)

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINS, Marcos Francisco. **Ensino técnico e globalização: cidadania ou submissão?** Campinas: Autores Associados, 2000.

MAZZUCHELLI, Frederico. **A contradição em processo: o capital e suas determinações conceituais constitutivas**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

MÉSZÁROS, István. **Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda**. Disponível em: <<http://www.vinculando.org>>. Acesso em: 26 abr. 2006.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

NAGEL, Lizia Helena. **O conhecimento a serviço do desenvolvimento: uma “revolução” conceitual e prática** (1997). Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/ru25_conhecimento.htm>. Acesso em: 31 mar. 2006.

PAULO NETTO, José. Para a crítica da vida cotidiana. In: CARVALHO, Maria Conceição B; PAULO NETTO, Jose (orgs.). **Cotidiano: conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 1996, p. 64-93.

POCHMAN, Marcio; BARRETO, Reginaldo Muniz; MENDONÇA, Sergio Eduardo Arbulu. Ação sindical no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, SEAD, São Paulo, v.12, n.1, p. 10-24, abr./jun.,1998.

PETRAS, James. Os fundamentos do neoliberalismo. In: RAMPINELLI, José Waldir; OURIQUES, Nildo Domingues (orgs.). **No fio da navalha**: crítica das reformas neoliberais de FHC. 2.ed. São Paulo, Xamã. [s.d]. p. 15-38.

QUEIROZ, Antonio Augusto de. **Movimento sindical**: passado, presente e futuro. 2.ed. Brasília: DIAP, 2000.

RAMOS, Marise Nogueira. A educação profissional pela pedagogia das competências: para além da superfície dos documentos oficiais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.23, n.80, set. 2002

ROGGERO, Rosemary. Breve reflexão sobre as relações entre novas demandas de qualificação e formação profissional no movimento do capitalismo contemporâneo. **Boletim Técnico do Senac**, São Paulo, v.27, n.2, p. 1-18. maio/ago. 2000. Disponível em <<http://www.senac.br/informativo/BTS/262/boltec262e.htm>>. Acesso em: 22 jan. 2006.

RUMMERT, Sonia Maria. Entidades representativas dos interesses do trabalho: expressão da hegemonia do capital? **Revista Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, ano 3, n.3, p. 1-25. 2005.

SANCHIS, Enric. **Da escola ao desemprego**. Rio de Janeiro: Agir, 1997.

SANDRINI, João. Desemprego entre os jovens atinge 32%. **Folha de São Paulo**. São Paulo, quinta feira, 14 set. 2006. Caderno Dinheiro B1.

SANDRONI, Paulo. **Novo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller; Circulo do Livro, 1994.

SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes dos. Teoria do capital intelectual e teoria do capital humano: Estado, capital e trabalho na política educacional em dois momentos do processo de acumulação. **EPSJV**, FioCruz, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/27/gt09/t095.pdf>> Acesso dia 06 de fevereiro de 2006

SANTOS, Ariovaldo de Oliveira. Antigos e novos campos da ideologia do capital na educação do trabalhador. In: ALVES, Giovanni (org). **Trabalho e educação**: contradições do Capitalismo Global. Londrina: Práxis; Maringá: Massoni, 2006. p. 82-114.

SANTOS, Eliana Maria dos. **Limites e potencialidade dos espaços institucionais democráticos**: a experiência do Conselho Estadual do Trabalho. Dissertação (Mestrado em Sociologia das Organizações). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

SARDENBERG, Ronaldo Mota. Brasil, a política multilateral e Nações Unidas. **Estudos Avançados**, IEA/USP, São Paulo, v.19, n.53, p. 30-48, jan/abr. 2005.

SAUL, Renato. As raízes renegadas da teoria do capital humano **Sociologias**, Porto Alegre., n.12, p. 1-26, jul./dez. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 31 jan. 2006.

SENAC. **Educação e trabalho**: a educação profissional no Brasil. São Paulo: SENAC. Disponível em: <<http://www.senac.br/conheca/referenciais/ref2.htm>>. Acesso em: 01 mar. 2006.

SHIROMA, Eneida Oto. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SINDOCEFET. Políticas públicas para a educação profissional e tecnológica: uma análise crítica. **Cadernos de Debates**, Curitiba, abr. 2005.

SINGER, Paul. A dinâmica do capitalismo. In: _____. **O capitalismo, sua lógica e sua dinâmica**. São Paulo. Ed. Moderna, 1995. Cap. 3.

SINGER, Paul. Globalização e empregos: debate com Paul Singer (medidor). **Novos Estudos CEBRAP**, Brasília, n.45, p. 133-149, jul. 1996.

SOARES, Maria Clara Couto. Banco Mundial: políticas e reformas. In: TOMMASI, Livia De; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio. (orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez; PUC, 1996. p. 15-38.

SOUZA, Francisco Heitor de M. **Estratégias do Banco Mundial e definição de políticas educacionais no Brasil**. Disponível em: <www.apropucsp.org.br/revista/r14_r04.htm>. Acesso em: 02 abr. 2006.

SOUZA, Jose dos Santos. A nova cultura do trabalho e seus mecanismos de obtenção do consentimento operário: os fundamentos da nova pedagogia do capital. In: BATISTA, Roberto Leme; ARAUJO, Renan (orgs.). **Desafios do trabalho**: capital e luta de classes no século XXI. Londrina: Práxis; Maringá: Massoni, 2003. p. 173-201.

SOUZA, José dos Santos. A nova institucionalidade da política de educação e ação sindical. In: ALVES, Giovanni (org). **Trabalho e educação**: contradições do Capitalismo Global. Londrina: Práxis; Maringá: Massoni, 2006. p. 299-342.

SOUZA, Maria das Graças Galvão de. **A complementação da escolaridade do trabalhador na empresa**: uma experiência baiana. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/gtteeaped/20ra/GT09>>. Acesso em: 30 jan. 2006.

SOUZA, Donaldo Bello de; SANTANA, Marco Aurélio; DELUIZ, Neise. Novos cenários produtivos e a educação profissional: a perspectiva das centrais sindicais. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v.26, n.2, maio/ago., 2000. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/BTS/262/boltec262a.htm>>. Acesso em: 2 jan. 2005.

SOUZA, Nilda Rodrigues de. **Globalização e educação**: o ensino médio e sua atuação na Integração Nacional. Monografia (Bolsa de Estudo da Fundação Milton Campos e do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, Menção Honrosa) – Brasília/DF, 1998.

SOUZA, Nilda Rodrigues de. **Trabalho, qualificação e as políticas para o ensino médio no Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina, 2000.

SOUZA, Nilda Rodrigues de. **O ensino profissionalizante nas políticas educacionais no Brasil e no Paraná**: um estudo de caso do Centro Estadual de Educação Profissional - CEEP - Profª. Maria do Rosário Castaldi. Monografia (Especialização em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina, 2003.

TAUILE, José Ricardo. **Para (re) construir o Brasil contemporâneo**: trabalho, tecnologia e acumulação. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

TAUILE, José Ricardo. Do socialismo de mercado à economia solidária: trabalho submetido ao seminário internacional. **Teorias de Desenvolvimento no Novo Século**. 2001. p. 1-18. Disponível em <<http://www.ie.ufrj.br/prebisch/pdfs/16.pdf#search='economia%20solidaria>>. Acesso em: 10 out. 2006.

TAVARES, Maria Conceição. O dissenso de Washington: In: SOBRINHO, Barbosa Lima [et. al.]. **Em defesa do interesse nacional**. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 67-80.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Qualificação do trabalho: adestramento ou liberdade?: uma contribuição para o entendimento dos desafios postos ao movimento sindical diante da reestruturação produtiva do capital. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, v.63, n.69, p. 1-22, ago. 2000. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-69-63.htm#dez>>. Acesso em: 3 jun. 2006.

TIRAMONTI, Guillermina. O cenário político e educacional dos anos 90: a nova fragmentação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.100, p.21-35, mar. 1997.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. **O neoliberalismo no sindicalismo**: uma análise das bases sociais da Força Sindical 2002. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/download/Patricia1doc>>. Acesso em: 14 jan. 2004.

TUMOLO, Paulo Sergio. **Da contestação à conformação**: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

WOLFF, Simone. A informática enquanto ferramenta da mundialização do capital. **Revista da Aduel-Sindiprol**, Londrina, n.4, jan./jul. 1999.

ZANETTI, Maria Aparecida. **Política educacional e LDB**: algumas reflexões (1997). Disponível em: <www.milenio.com.br/ifil/Biblioteca/zanetti.htm>. Acesso em: 31 mar. 2006.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)